

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LAUREEN SILVA

O PÊNDULO DA ERVA-MATE: DO CAMPO À INDÚSTRIA (1930-1960)

PONTA GROSSA

2025

LAUREEN SILVA

O PÊNDULO DA ERVA-MATE: DO CAMPO À INDÚSTRIA (1930-1960)

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa Discursos, representações: produção de sentidos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Evelyn Roberta Nimmo

PONTA GROSSA

2025

Silva, Laureen

S586 O pêndulo da erva-mate: do campo à indústria (1930-1960) / Laureen Silva.
Ponta Grossa, 2025.
168 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho.
Coorientadora: Profa. Dra. Evelyn Roberta Nimmo.

1. Trabalhadores rurais. 2. História ambiental. 3. Erva-mate. 4. Industrialização do Paraná. 5. Cooperativismo rural. I. Carvalho, Alessandra Izabel de. II. Nimmo, Evelyn Roberta. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. IV.T.

CDD: 338.17377

TERMO DE APROVAÇÃO

Laureen Silva

O pêndulo da erva-mate no Paraná: do campo à indústria (1930-1960)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 7 de abril de 2025, pela seguinte banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO
Data: 08/04/2025 13:31:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Alessandra Izabel de Carvalho (Orientadora)



Documento assinado digitalmente
EVELYN ROBERTA NIMMO
Data: 08/04/2025 13:41:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Evelyn Roberta Nimmo (Coorientadora)



Documento assinado digitalmente
MARCOS GERHARDT
Data: 08/04/2025 16:45:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)

Prof^a. Dr^a. Rosângela Maria Silva Petuba (UEPG)



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA MARIA SILVA PETUBA
Data: 11/04/2025 14:01:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

À Karen, minha companheira de vida e de profissão, que foi meu suporte, inspiração e incentivo.

À Lurdinha, que (nem sempre) aguardava tão pacientemente até meus intervalos de escrita, porque sabia quando eu precisava recarregar minhas energias.

À minha família – mãe, pai, mana, Mano –, que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis e celebraram cada conquista.

Às minhas orientadoras, Ale e Eve, que, além de guiar esta pesquisa com maestria, foram o apoio e confiança que me fortaleceram nos momentos mais vulneráveis.

À minha banca de qualificação e de defesa, Marcos Gerhardt, Rene Seifert e Rosângela Petuba pela disponibilidade, pelas valiosas contribuições e pelas críticas construtivas que enriqueceram este trabalho.

Aos colegas do CEDerva e aos parceiros do trabalho de campo, que proporcionam experiências imprescindíveis para minha formação pessoal e profissional e são exemplos de luta pelos direitos dos agricultores agroecologistas.

Aos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza, que compartilham seus conhecimentos e contribuem para a minha formação enquanto historiadora ambiental.

Ao Museu Campos Gerais, Museu Paranaense, Casa da Cultura de Ipiranga e ao Paulo da Fígaro, por disponibilizarem seus acervos.

Ao Uriel Nogueira (*in memoriam*), cujo tento pelo registro possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho é, pois, um resultado do esforço coletivo; ele também pertence a cada um de vocês. Serei eternamente grata.

Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas. Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico: que estamos devorando alguma coisa por onde passamos. Aquela orientação de pisar suavemente na terra de forma que, pouco depois de nossa passagem, não seja mais possível rastrear nossas pegadas está se tornando impossível: nossas marcas estão ficando cada vez mais profundas. E cada movimento que um de nós faz, todos fazemos. Foi-se a ideia de que cada um deixa sua pegada individual no mundo; quando eu piso no chão, não é o meu rastro que fica, é o nosso. E é o rastro de uma humanidade desorientada, pisando fundo [...]. Mudam de repertório, mas repetem a dança, e a coreografia é a mesma: um pisar duro sobre a terra.

(Ailton Krenak, em *A vida não é útil*).

RESUMO

O surgimento da indústria da erva-mate reconfigurou a cadeia produtiva dessa cultura silvícola visto que, aliadas ao desenvolvimento de um novo sistema de produção, as relações com a natureza e com os trabalhadores foram intensamente modificadas. Principal produto da economia paranaense no século XIX, essa economia enfrentou o declínio a partir da década de 1930, atingindo sumariamente o elo mais vulnerável da cadeia, os produtores ervateiros. Pautada na História Ambiental, essa pesquisa, com recorte temporal de 1930 a 1960, analisa como ocorreu o distanciamento das comunidades ervateiras do capital gerado pelo mercado da erva-mate – ainda que fossem responsáveis pela matéria-prima e por inúmeras tentativas de beneficiamento e exportação, esse comércio seguiu restrito aos grandes industriais historicamente vinculados à oligarquia. Como resultado, identificou-se que os novos barões da erva-mate não apenas concentravam o capital, mas também detinham poderes políticos e estavam à frente das decisões governamentais, direcionando para si os incentivos estatais e os créditos agrícolas subsidiados; eram a eles restritos as tecnologias, que potencializavam a produção e atendiam a especificações inalcançáveis através da tradicional estrutura de barbaquá; e, além disso, através de uma complexa rede de intermediários, estruturaram canais de comercialização externa que, até a década de 1940, eram inacessíveis aos produtores rurais. Por outro lado, os agricultores afetados por esse sistema desenvolveram processos de resistência através de organizações sociais, como o pioneiro cooperativismo agrícola do Paraná, movimento que perdurou por três décadas, até ser estrangulado pelas forças contrárias à organização política do campo; mas, especialmente, aportados na identidade ambiental, resistiram através da permanência no meio rural. Mesmo com a diversificação de produção, foram estas as bases para a constituição de uma comunidade de prática que permitiu, aos erveiros, o reconhecimento das suas ações enquanto determinantes à preservação do patrimônio cultural e natural materializada na produção de erva-mate sombreada.

Palavras-chave: Erva-mate; Industrialização do Paraná; Cooperativismo Rural; Trabalhadores Rurais; História Ambiental.

ABSTRACT

The emergence of the yerba mate industry reconfigured the production chain of this silvicultural crop, as the development of a new production system intensely altered the relationships with nature and with workers. As the main product of the Paraná economy in the 19th century, this economy faced a decline starting in the 1930s, directly affecting the most vulnerable link in the chain, the yerba mate producers. Grounded in Environmental History, this research, focusing in the period from 1930 to 1960, analyzes how the yerba mate communities became increasingly distanced from the capital generated by the yerba mate market – despite being responsible for the raw material and numerous attempts at processing and exporting, this trade remained restricted to large industrialists historically linked to the oligarchy. As a result, it was identified that the new barons of yerba mate not only concentrated capital but also held political power and were at the forefront of governmental decisions, directing state incentives and subsidized agricultural credits to themselves; they had exclusive access to technologies that enhanced production and met specifications unattainable through the traditional barbaquá structure; moreover, through a complex network of intermediaries, they established external commercial channels that were inaccessible to rural producers until the 1940s. On the other hand, farmers affected by this system developed resistance processes through social organizations, such as the pioneering agricultural cooperativism in Paraná, a movement that lasted for three decades until it was suppressed by forces opposed to the political organization of the countryside; however, especially anchored in their environmental identity, they resisted through their continued presence in rural areas. Even with production diversification, these were the foundations for the establishment of a community of practice that allowed yerba mate producers to recognize their actions as crucial to the preservation of cultural and natural heritage, materialized in the production of shaded yerba mate.

Keywords: Yerba Mate; Industrialization of Paraná; Rural Cooperativism; Rural Workers; Environmental History.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Barricas sendo produzidas em Curitiba.....	39
Imagem 2. Barricas de erva-mate sendo destinadas à exportação.....	40
Imagem 3. Barricas e caixotes de erva-mate para exportação (1938).....	41
Imagem 4. Custo para cancheamento de erva-mate no barbaquá.....	42
Imagem 5. Recebimento e exame de erva-mate cancheada (1916/1928).....	44
Imagem 6. Custo de beneficiamento de erva-mate no engenho.....	46
Imagem 7. Primeiro prédio da Universidade Federal do Paraná (UFPR).....	48
Imagem 8. Engenho Adalberto Araújo & Cia.....	53
Imagem 9. Vila Odete.....	58
Imagem 10. Palacete Leão Júnior.....	59
Imagem 11. Inscrição fixada no Moinhos Unidos Brasil Mate S.A.....	63
Imagem 12. Casa para funcionários da Leão Junior.....	65
Imagem 13. Industrial e proprietário no erval em Prudentópolis (1925).....	87
Imagem 14. Tarefeiros colhendo erva-mate em Prudentópolis (1925).....	91
Imagem 15. Tarefeiros transportando erva-mate em Prudentópolis (1925).....	92
Imagem 16. Tarefeiros transportando erva-mate em Prudentópolis (1925).....	93
Imagem 17. Trabalhadores envolvidos na produção de erva-mate em Prudentópolis (1925).....	94
Imagem 18. Trabalhadores do erval.....	95
Imagem 19. Localização das cooperativas de erva-mate do Paraná.....	95
Imagem 20. Produtores de Ipiranga a caminho do 1º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil.....	110
Imagem 21. Cooperados da Cooperativa dos Produtores de Mate de Ipiranga.....	112
Imagem 22. Última sede da Cooperativa dos Produtores de Mate de Ipiranga.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Exportações de erva-mate entre 1855 e 1925.....	37
Gráfico 2. Exportações de erva-mate do Paraná (1925-1980).....	67
Gráfico 3. Distribuição das exportações entre as principais empresas (1945-1960).....	76
Gráfico 4. Número de empresas exportadoras de erva-mate entre 1945 e 1960.....	78
Gráfico 5. Distribuição de cooperados por município em 1943.....	109
Gráfico 6. Distribuição de cooperados por município em 1959.....	117
Gráfico 7. Exportação de erva-mate (1945-1960).....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Engenhos do Paraná em 1930.....	51
Tabela 2. Principais empresas exportadoras de erva-mate entre 1945 e 1960.....	75
Tabela 3. Participação da indústria paranaense no total da indústria nacional (1907-1970)....	82
Tabela 4. Cooperativas de erva-mate.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CEDErva	Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate
Centrex	Centro dos Exportadores Brasileiro de Erva-mate
COCPM	Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
FETRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INM	Instituto Nacional do Mate
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
NPMCN	Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza
SINDIMATE	Sindicato da Indústria do Mate
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 O MECANISMO: SUSTENTÁCULOS DA TRANSIÇÃO.....	25
1.1 A ESSÊNCIA DA TÉCNICA.....	25
1.2 O INSTRUMENTO DA INDEPENDÊNCIA.....	33
1.3 RACIONALIDADE PRODUTIVA	38
2 A DOMINAÇÃO: O CAPITAL COMO FORÇA MOTRIZ.....	54
2.1 PARQUE INDUSTRIAL.....	54
2.2 A VERTENTE FABRIL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	64
2.3 POLÍTICAS DE FACHADA.....	70
3 A EXPERIMENTAÇÃO: ENSAIOS DE EQUILÍBRIO DESDE O CAMPO	91
3.1 OS TRABALHADORES DOS ERVAIS	91
3.2 A CLASSE DOS INTERMEDIÁRIOS	103
3.3 “TODO PODER À MAIORIA” – EXPRESSÕES DO COOPERATIVISMO.....	109
3.4 A DESTITUIÇÃO DA BASE	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
APÊNDICE A – FONTES.....	152
ANEXO A – PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA-MATE (1880).....	161
ANEXO B – RELAÇÃO DOS INDUSTRIAIS, EXPORTADORES E ASSOCIAÇÕES DE ERVA-MATE DO PARANÁ	164

INTRODUÇÃO

Antes do almoço e antes do café da tarde e antes de dormir. A casa dela estava sempre lotada por mulheres de meia idade que contavam sobre suas vidas, desabafavam, recebiam conselhos, fofocavam, lembravam de outros tempos e de seus causos e folclores. Elas simplesmente chegaram e, sem precisar dizer nada, todos sabiam como seria: Dona Rachel colocaria água para ferver, pegaria a cuia, um pouco da erva da lata de alumínio, colocaria na cuia e faria aquele *toc-toc-toc* da bomba batendo contra a madeira da cuia, para ajeitar a erva. Com um pouco de água quente na cuia, ela então chupa a bomba e cospe o líquido na pia; perspicaz, sabe que dessa forma elimina o pó remanescente, desagradável ao paladar, além da água ainda gelada de dentro da bomba. Só então, a primeira rodada se iniciaria por aquela que prefere o chimarrão mais forte. Eram rodadas e rodadas e rodadas, sempre abastecidas pela anfitriã, em meio a conversas e cadeiras de palha que se multiplicavam naquela pequena cozinha. Em dias de frio, aglomeravam-se todas ao redor do fogão à lenha; nos de calor, aproveitavam a brisa na varanda e ainda podiam interagir com todos os conhecidos que passavam pela rua. Todos os dias. Todos. Por anos, décadas. Durante toda a linda existência da minha avó.

Para além de uma experiência pessoal, essa cena (ou algo muito similar a ela) está presente na memória¹ de boa parte daqueles que viveram as rodas de conversa de chimarrão² (Maciel, 2022), o que em outras regiões pode se chamar de "tomar mate" em grupo (Goulart, 2007), ou "uma cebada de mate" (sendo a "cebada" o ato de preparar e servir o mate, feito pelo "cebador") (Silveira, 2015). Essa tradição tem uma importância crucial na cultura do campo e das pequenas cidades do Sul do Brasil, onde a vida se adequa a esses encontros – frutos de relações sociais intensamente construídas, eles são *constituintes* da rotina.

Entrelaçando-se ao modo de vida dessas comunidades, a cultura do chimarrão carrega consigo o *costume*³, e não meramente o consumo de um produto alimentar. Tomar chimarrão não serve somente para matar a sede, ou para desfrutar das suas propriedades estimulantes

¹ Nesse contexto, o conceito de memória é admitido como o “resultado de la práctica colectiva de rememoración, de diversas instancias de intervención política y de la elaboración de narrativas impulsadas por distintas agrupaciones e instituciones surgidas tanto de la sociedad civil como del Estado” (Franco; Levín, 2006, p. 1).

² De acordo com o dicionário etimológico Houaiss da Língua Portuguesa, o termo "chimarrão" tem origem espanhola, *cimarrón* (selvagem, podendo ser ampliado para as plantas selvagens, em contraposição às plantas domésticas), significando uma "bebida feita com erva-mate, água quente e, opcionalmente, açúcar, tomada em cuia com bomba", enquanto "mate" tem origem quéchua, *mati* (o mesmo que cuia), e é "o mesmo que chimarrão" (Houaiss, 2009).

³ Como tratado por Thompson em *Costumes em comum* (1998), é desta forma que, lentamente, as práticas e normas são reproduzidas ao longo das gerações.

(provenientes da cafeína presente na folha), mas sim para compartilhar as ideias, para acolher e se sentir acolhido, para se conectar ao outro (Thomé, 2013). Nesse sentido, aportada na identidade dessas populações, a tradição ervateira se torna um patrimônio cultural (Barreto, 2014; Funari e Pelegrini, 2006) derivado da atividade que contribuiu para o triunfo econômico paranaense entre o final do século XIX e o começo do século XX.

O relato sobre a roda de chimarrão, uma memória de infância, tem como plano de fundo uma pequena cidade chamada Ipiranga, no Sudeste do Paraná (IPARDES, 2010) e parte dos Campos Gerais. Ainda que essa pesquisa não concentre sua análise somente em Ipiranga, sabe-se que diversos municípios da região do estudo compartilharam processos semelhantes – isso possibilita que as referências a seguir sejam utilizadas como um exemplo representativo para contextualizar as transformações econômicas e territoriais paranaenses nos diferentes momentos nos quais a economia da erva-mate já transitou. A partir desta breve janela interpretativa, serão levantados os problemas a serem discutidos ao longo da dissertação, abarcando tantos outros municípios do Paraná que vivenciaram processos análogos na economia ervateira.

Dos primeiros povoados até a atualidade, Ipiranga não abandonou suas bases rurais. Entretanto, nas últimas décadas, o município enfrenta dificuldades provenientes das práticas agrícolas contemporâneas – dentre tantas, ressalta-se a exposição às mudanças climáticas, saúde pública fragilizada, impactos sociais e a homogeneização cultural. Mas o que poucos sabem, inclusive seus próprios habitantes, é que a agricultura deste município, enquanto atualmente tem uma dependência extrema de empresas do agronegócio, já foi um dos maiores exemplos de inserção de pequenos produtores autônomos na exportação de um produto já beneficiado, com margem de lucro garantida. A erva-mate pronta para o consumo era comercializada até para países extracontinentais, uma conquista intermediada pelo Estado, que assegurava não apenas a valorização da produção ipiranguense, mas também a autonomia produtiva e a manutenção dos saberes tradicionais, ainda que por um curto período de tempo.

Como pode, então, a cultura econômica se transformar de tal maneira que os próprios munícipes desconhecerem a amplitude que a erva-mate já representou, e reduzi-la simplesmente à “cultura de beber chimarrão”? Como um potencial – e certa estabilidade – da economia dos pequenos municípios do Paraná Tradicional⁴ foi impactada pela opção de classe do Estado?

⁴ O Paraná Tradicional é a parte do estado que compreende a região litorânea até o centro sul, sendo formado centros de funcionamento que se interligavam geograficamente (Correa, 1989).

As respostas para esses questionamentos exigem, primeiramente, a compreensão de que a erva-mate foi, no Paraná, a base para a instalação da lógica comercial ainda nos oitocentos. Ademais, mesmo essa inserção no comércio não ocorreu de forma natural, mas articulada com base na cultura de preparo e consumo de erva-mate pelos povos Guarani, Kaingang e Xokleng (Noelli *et al.*, 2019; Peres, 2014).

Quando se trata do território que hoje compreende o município de Ipiranga, o primeiro recorte narrativo, destacavam-se os povos Kaingang. Tal população, que detinha o conhecimento sobre o processamento do produto, foi violentamente expulsa pelas tropas de extermínio que percorriam o sul do Brasil aniquilando as aldeias a serviço dos governos provinciais, visando a instalação de colônias europeias. Após a tomada de terra dos indígenas, a partir do século XIX as expedições portuguesas partindo de Ponta Grossa resultaram na fundação oficial do município. Mesmo com a violência colonial aportada nos vieses civilizatórios, nesse contexto, de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, “já havia um bom número de moradores” (p. 255), e, por mais que o objetivo fosse a europeização da população brasileira, os povoados já firmados por outros grupos foram a base para a instalação dos europeus, sobretudo poloneses, alemães e holandeses. Nas décadas seguintes, a presença massiva de brasileiros natos nesse território foi foco de diversas conduções desenvolvimentistas, nos eixos que compreendiam a educação e a cultura, até mesmo a inserção de eixos econômicos que fizessem sentido à lógica agroexportadora, dentre eles, a erva-mate.

Por mais que Ipiranga hoje possua pouco mais de 14 mil habitantes (IBGE, 2022), tenha se desmembrado de duas grandes colônias (Ivay e Bitumirim) e, portanto, perdido sua notoriedade, o município durante os séculos XIX e XX foi estruturado pelo liberalismo progressista – sua elite econômica e política, aportada no viés positivista e maçônico (Moretto, 2020), propiciou o desenvolvimento da cidade associado a essa rede de apoio que compartilhava interesses e valores (Amaral, 2000). Nesse contexto, sua posição estratégica, tanto política quanto geográfica, firmou um importante canal de comercialização com São Paulo, capital, fornecendo seus produtos agrícolas (milho, trigo, feijão, batata-inglesa, centeio, arroz e uva) e suas “imensas reservas florestais” (p. 256), característica que se destaca na descrição da cidade na mesma Enciclopédia.

Vale ressaltar que, pertencente à região dos campos, os Campos Gerais, o município se estabeleceu com o fornecimento de suprimentos para as fazendas de invernagem dos municípios próximos (Tibagi, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul), porém, ao mesmo tempo, estando este numa zona limítrofe desta fitogeografia com a Floresta Ombrófila Mista, com araucárias

majestosas e farta biodiversidade, sua ocupação foi mais lenta mas, quando considerado o massivo uso da madeira no século XX, economicamente superior.

Por se tornar um importante entreposto comercial, Ipiranga era um misto de cidade moderna com cidade pacata do interior, chegando a 18 mil habitantes em 1950, de acordo com o Recenseamento Geral. Esse momento de efervescência da cidade era com frequência lembrado nas conversas da minha avó com suas amigas – falavam das fantasias utilizadas no carnaval que atraía turistas, das suas idas ao cinema⁵ e dos viajantes que tornavam o cotidiano do município bastante agitado. Eram 3 hotéis e 2 pensões que acomodavam os compradores de produtos alimentares (sobretudo cereais) e extrativistas (incluindo árvores já processadas e transformadas em papel e papelão), ao tempo em que aproveitavam para vender outros itens que seus moradores necessitavam, mas não produziam (IBGE, 1959).

Em meio a esse intenso comércio, as ruas eram disputadas por carros e carroças carregadas com erva-mate, provenientes das comunidades rurais com destino aos depósitos dos municípios vizinhos, ou, posteriormente, ao da própria cidade. A cidade de Ipiranga tinha grande potencial para esse produto e foi favorecida pelas alianças políticas, acarretando na instalação de um depósito pertencente ao maior produtor de erva-mate do mundo, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul (Moretto, 2020).

A cidade, que foi impulsionada pela economia dessa planta, é parte do território constituído por fartos ervais nativos que se espalhavam pelo sul da América do Sul. A presença desses ervais foi a base para o desenvolvimento de uma forma peculiar de organização camponesa, os faxinais, que têm como princípio o uso comunitário do território. Estabelecidos no sul do Brasil, essas terras coletivas entrelaçam o social e o afetivo, permitindo que várias famílias cultivem no mesmo espaço (Schuster; Löwen Sahr, 2009), sem cercamentos. Nos faxinais, o que se separa é apenas a “terra para plantar” da “terra para criar” (Nerone, 2015), estrutura cujos poucos remanescentes ainda são importantes para a produção ervateira.

Mesmo considerando a pluralidade em suas características internas, a identidade faxinalense está ancorada na criação de porco e na colheita de erva-mate (Chang, 1988), e, por mais que hoje a ideia de terra compartilhada fuja do habitual, na primeira metade do século XX

⁵ Desde 1916 havia cinema em Ipiranga, instalado em um antigo engenho de erva-mate que pertencia a Hildebrando de Araújo. Para o funcionamento, foi necessário torná-lo o primeiro estabelecimento com energia elétrica na cidade, mesmo que restrito aos domingos. Em 1923, existiam duas casas de espetáculo: o Cinema Ipiranga e o Teatro Dolores. No cinema, inicialmente havia apenas a reprodução de imagens, e o som ficava a cargo da orquestra, constituída por diversos instrumentos: clarinete, violino, sanfona, bandolim, violão e saxofone (Lavalli, 1996). Há, também, relatos do Cine São Joaquim, que contava com 200 lugares (IBGE, 1959) e foi, a princípio, movido por um gerador de energia (Moretto, 2020), funcionando até 1980 (Cruz; Carvalho, 2018). Mais de um século após a existência do primeiro cinema, atualmente a cidade não possui uma estrutura dedicada exclusivamente à reprodução de filmes, apenas um teatro municipal inaugurado em 2022.

essas comunidades chegaram a ocupar 20% do território paranaense e “representavam a forma predominante de organização social e de condução das atividades no campo” (Silva; Viseu; Seifert, 2015, p. 226). No município de Ipiranga, o Faxinal dos Lemes é um exemplo dessa estrutura que, assim como os demais, segue vítima de constante pressão da lógica produtivista atual.

Sobre o Faxinal dos Lemes, ou Faxinal do Barreiro, sabe-se que em 2005, data da última pesquisa publicada, possuía uma área de 24 alqueires e era habitada por 6 famílias. Desde o século XIX, essa comunidade funcionava pelo sistema de faxinal, sendo constituído por residências e demais construções utilitárias (incluindo estruturas de beneficiamento de erva-mate), um local cercado destinado à produção agrícola, e metade das terras coberta por vegetação nativa, na qual os porcos crioulos eram criados soltos. Nessa floresta do criadouro, a presença das árvores de erva-mate possibilitava que a renda dessas famílias não dependesse exclusivamente de uma fonte, e contribuía para a participação dessa comunidade na economia de Ipiranga (Lemes; Löwen Sahr, 2005).

No entanto, o Faxinal dos Lemes é mais uma das comunidades tradicionais que foram assoladas pelas transformações econômicas da estrutura agropecuária. O simples aumento de tráfego nas estradas que o cercava acabava permitindo que os porcos escapassem para a área agrícola, causando danos à produção; mas, sobretudo, os maiores prejuízos originaram da fiscalização sanitária que sitiava a criação suína crioula, somando-se à possibilidade produtivista de se criar porcos amontoados nos pequenos espaços exigidos para as granjas. Assim, por mais que o município continuasse sendo uma potência na produção suína, o manejo animal passou por grandes mudanças, e gradualmente os proprietários se tornaram reféns das empresas que financiavam os novos empreendimentos (Lemes; Löwen Sahr, 2005). A modernidade, pois, mostrou seu primeiro viés: a expropriação dos meios produtivos (Marx, 1867/2006).

Ainda assim, o que mais contribuiu para a decadência do Faxinal do Lemes foi a introdução da cultura fumageira na década de 1980, a partir de uma campanha massiva desenvolvida por empresas do setor e por instituições estatais que tinham fortes vínculos com esses agricultores. Com o fumo, os prejuízos ao faxinal foram substanciais: iniciou-se o uso de adubos e inseticidas químicos, elementos que até então não faziam parte dos cultivos; as matas nativas passaram a ser derrubadas para o uso nas fomalhas de secagem de fumo, visando, também, ampliar a área do monocultivo; sem mata, os pés de erva-mate foram também extintos, impactando na segurança financeira dessas famílias; e os proprietários das terras perderam sua estabilidade ao se tornarem dependentes dessas empresas fumageiras. A longo prazo, o

desmatamento, a exposição constante a agentes cancerígenos (Sambuichi *et al.*, 2007), a insegurança alimentar pelo aumento das áreas de monocultivo e o endividamento promoveram a desarticulação do faxinal, restando, hoje, somente a *paisagem* de faxinal, e não a organização social característica (Lemes; Löwen Sahr, 2005).

Com a perda da biodiversidade do Faxinal, houve também a derrubada das árvores de erva-mate e consequente interrupção da colheita. E, por mais que essa seja a situação de *uma* das unidades produtoras de erva-mate de *um* dos municípios ervateiros, sabe-se que, gradualmente, as áreas que primeiro foram colonizadas do Paraná Tradicional foram também as primeiras áreas a extinguirem seus ervais, seja pelo uso desenfreado da natureza, mas especialmente pela valorização de outros setores agrícolas. Tem-se, aqui, outro ponto importante: a área produtora de erva-mate para comércio não seguiu uma linearidade durante os séculos XIX e XX, mas foi constantemente empurrada conforme os massivos populacionais se formavam. Nesta, as regiões mais distantes desses centros se tornaram as grandes produtoras, especialmente desenvolvendo a erva-mate em municípios menores da região Centro-Sul do Paraná.

Analisando as duas regiões do Paraná a qual esse estudo compete – Centro-Sul e Sudeste –, sabe-se que, enquanto perdurou a proeminência econômica da erva-mate no século XX, o desenvolvimento industrial foi marcado por conflitos e jogos de interesses, ora pela sobreposição ora pela abstenção do Estado, e por trabalhadores do campo que seguiam desamparados nas tomadas de decisão. Mesmo desassistida, essa população foi responsável pela continuação das boas práticas de manejo da planta, o que repercutiu significativamente na qualidade do produto comercializado ainda hoje e na manutenção de mercados exigentes (Costa, 1995).

Superando a extinção de boa parte dos ervais nativos com a ascensão da economia madeireira, e, posteriormente, a modernização e explanação da agricultura, a manutenção das práticas associadas aos sistemas tradicionais de erva-mate foi, e ainda é, capaz de manter um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica do Paraná:

[...] a erva-mate tem uma importância fundamental nas identidades ambientais e culturais dessas pessoas que lutam para dar continuidade ao sistema de produção e da floresta na qual ela ocorre. Com toda a diversidade de práticas, contextos e realidades na produção de erva-mate sombreada, percebe-se a existência de uma essência comum, baseada na relação direta entre o ser humano e as florestas (Nimmo *et al.*, 2022, p. 4).

Nas últimas décadas, as práticas aplicadas ao manejo da erva-mate sombreada para preservação ambiental são, justamente, associadas ao *uso* dessa floresta – e não à conservação

florestal por exclusão, que dissocia os humanos de seus territórios. Em um movimento contrário às atividades predatórias, essas comunidades se aportaram nos conhecimentos tradicionais para permitir que haja uma produção sustentável, uma perpetuação. É devido ao potencial desses conhecimentos que comunidades como essas vêm sendo amplamente defendidas por órgãos internacionais que atuam no combate à perda da biodiversidade e às mudanças climáticas que assolam o mundo todo; como exemplo, tem-se a Década de Agricultura Familiar e a Década de Restauração dos Ecossistemas da Organização das Nações Unidas (ONU), que atuam aportadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e, recentemente, com a conquista do reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), do sistema sombreado de erva-mate como um Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM).

As populações ervateiras residem na região Centro-Sul e Sudeste do Paraná, e fazem parte de uma comunidade de prática⁶ que vem sendo estudada, discutida e defendida pela academia que visa defender o patrimônio agrícola da erva-mate sombreada e agroecológica da Floresta com Araucária. Com propósito equivalente, essas pesquisas, ao reconhecerem que os povos que mantêm esse modelo produtivo de erva-mate tiveram suas histórias negligenciadas e que, por isso, deixaram de conquistar direitos, terá, com esse trabalho, uma das suas lacunas preenchidas.

Partindo da História Ambiental, essa dissertação tem como objetivo compreender a relevância econômica e geopolítica que a erva-mate teve para a frente de desenvolvimento industrial do Paraná, ao tempo em que impactou e foi impactada pelas populações ervateiras, cujas histórias se fundem aos ervais. Ainda que essas populações fossem as responsáveis pela matéria-prima e por inúmeras tentativas de beneficiamento e exportação, esse comércio se manteve restrito às grandes indústrias cuja posse era de famílias tradicionais. Entretanto, pouco se sabe como isso ocorreu, e como cada setor se comportou diante disso. Assim sendo, a questão de partida dessa dissertação é: quais fatores distanciaram as comunidades ervateiras do capital gerado pelo mercado da erva-mate? Ou seja, como as relações entre os diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva da erva-mate – desde os trabalhadores rurais e posseiros até os industriais e intermediários – moldaram os processos de mobilidade social e a apropriação da riqueza gerada por este produto?

Para além de uma criança curiosa que teve acesso a histórias locais através de um intenso convívio com anciões, a pesquisadora que idealizou esse trabalho é também fruto de outras

⁶ Comunidade de prática se refere a uma comunidade estabelecida naturalmente ou intencionalmente em torno de interesses e tarefas compartilhadas, onde a aprendizagem ocorre por meio da colaboração, troca de experiências e reflexão conjunta sobre a prática comum (Moura; Andrade, 2006).

importantes instituições, que orientam as crenças e práticas na vida comum, mas, nesse caso, o olhar historiográfico (Certeau, 1982). Primeiramente, do conjunto de pesquisadores que fomentam o estudo da História Regional – o Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza (NPMCN), da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O NPMCN me apresentou a possibilidade extraordinária do estudo das humanidades quando se leva em conta o ambiente natural que as cerca; e, além disso, instigou a cautela quando se trata das diferentes culturas, esquivando-se do cartesianismo. Além disso, outro importante aporte teórico e campo empírico foi minha atuação profissional no Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate (CEDErv), que, a partir da pesquisa participativa, tem seus estudos pautados nas demandas elencadas pela população que maneja erva-mate no Paraná através dos sistemas sombreados e agroecológicos (técnica bastante similar ao que se fazia nos séculos passados). A cultura que esses povos tradicionais defendem está diretamente relacionada ao uso da floresta como meio de subsistência, aportados na sustentabilidade desse ambiente (Nimmo *et al.*, 2022).

Nessa dissertação há, portanto, uma forte influência da pesquisa participativa e do engajamento na Agroecologia e no Socioambientalismo – sem os quais não teriam sido levantados os problemas aqui trabalhados. A vivência com agricultores erveiros⁷, os descendentes da erva-mate tradicional, acarretam um novo olhar às produções teóricas de E.P. Thompson, James C. Scott, Warren Dean e José Augusto Pádua, os grandes nomes da História Ambiental e Social aqui trabalhados. Como fonte, esse trabalho utilizou documentações arquivísticas, especialmente relatórios de órgãos estatais (como o Instituto Nacional do Mate), documentos pessoais, e fontes visuais, como fotografias e mapas.

A partir do olhar historiográfico munido de experiências junto ao NPMCN e ao CDErv, deve ser esclarecido: quem são, afinal, os agentes atuantes na cadeia da erva-mate? E, por consequência, quem são os indivíduos do pêndulo da erva-mate?

Proveniente de um sistema físico, o pêndulo consiste em um corpo rígido suspenso em um ponto no qual seu movimento angular é possível. A cada oscilação, ocorre uma troca entre energia cinética e energia potencial gravitacional: ao retirar o objeto do repouso absoluto, o início do movimento de ida torna a energia cinética máxima; quando o pêndulo está exatamente abaixo do ponto de suspensão, a energia cinética fica mínima e a energia gravitacional é máxima; e, quando sua direção muda e o pêndulo retorna, a primeira situação se repete. A

⁷ Erveiro é a autodenominação dos agricultores que produzem erva-mate sombreada e agroecológica, visando distinguir-se dos ervateiros, que são os industriais do setor.

energia desse sistema, em determinado momento, depende do local no qual se encontra o objeto em relação ao ponto de suspensão: ora será representado pela energia cinética ora pela energia potencial. Ainda que as duas formas de energia coexistam em determinados períodos e que, quando somadas, compreendam a energia de todo o sistema, quanto maior for a diferença de altura entre a base e o ponto máximo ao qual o objeto for submetido, maiores serão as discrepâncias entre essas energias. São os chamados *períodos de oscilação* (Roque, 2014).

Na visão filosófica, o conceito do pêndulo foi utilizado por Schopenhauer para explicitar a materialidade da vida, afirmando que as ações humanas ultrapassam a racionalidade do equilíbrio, estando estas sujeitas a uma infinidade de forças que influenciam o comportamento, como no caso das energias que atuam sobre o sistema pendular na física. Nesse sentido, ainda que haja uma busca incessante pelo equilíbrio, este estado é uma utopia (Dambros, 2014).

Não apenas se tratando dos indivíduos, mas da sociedade como um todo, os desequilíbrios (ou períodos de oscilação) é que geram movimento. E a economia ervateira, enquanto um produto da sociedade, não seria diferente – os industriais, mesmo desfrutando das facilidades de uma economia consolidada, estavam ligados aos agricultores ervateiros e dependiam da estrutura rural para seu crescimento, assim como um pêndulo simples depende do seu ponto de energia cinética máxima para que possa ascender novamente. No caso da erva-mate, o equilíbrio pleno seria o crescimento, o acúmulo de capital e o poder político para os industriais, mas também a autonomia, preços justos e melhores condições de vida para os agricultores. Entretanto, isso não é possível em um sistema econômico pendular.

O "pêndulo da erva-mate", portanto, representa essas transferências de energia e discrepâncias entre os diferentes atores na introdução dos moldes capitalistas nessa produção. Ainda que o objetivo dos agentes da erva-mate fosse o mesmo – o crescimento desse comércio –, os esforços de categorias diferentes se mostraram paradoxais, por vezes contraproducentes. O intuito estava no fortalecimento desse setor, mas a forma como isso deveria acontecer é um dilema do século passado que até hoje não foi respondido.

A complexidade se dá, especialmente, devido ao dualismo agricultor-industrial ser uma interpretação reducionista da complexidade da cadeia da erva-mate no século XX. O espaço, investimentos e políticas convenientes estavam em xeque: tratava-se de um período em que esse setor perdeu seu protagonismo, e o território passou a ser disputado por outros eixos da economia, especialmente pela introdução da agricultura de larga escala. A população aumentava e a exportação era tomada como imprescindível; portanto, mais espaços produzindo alimento se tornou uma necessidade primordial, ainda que isso custasse recursos naturais e humanos.

Assim, já que a visão antagônica dos agentes da erva-mate não basta, o caminho a se percorrer é longo. Baseado no materialismo dialético, essa dissertação buscará identificar as contradições entre os diferentes agentes que atuavam na cadeia da erva-mate, analisar as relações sociais para, então, compreender o processo histórico de marginalização de quem estava na base da cadeia – os agricultores. Ao abordar as contradições, os conflitos e as transformações que caracterizaram a cadeia produtiva da erva-mate no Paraná, cujo recorte temporal é 1930 a 1960, essa dissertação busca oferecer uma contribuição à historiografia agrária regional. A análise deste período permite compreender os impactos da industrialização sobre as comunidades tradicionais, as dinâmicas de poder e resistência no campo, a transição para a lógica industrial que se intercalava à manutenção das práticas tradicionais, e as consequências socioambientais dessas mudanças. Trata-se de um esforço analítico que busca ressaltar a relevância das comunidades produtoras como agentes históricos fundamentais na conformação econômica e social do Paraná.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo analisa o contexto histórico da colonização do Paraná e o desenvolvimento da economia da erva-mate até a década de 1930, com ênfase na transição da produção artesanal para a industrial. A transformação da erva-mate de um elemento cultural indígena em um produto comercial pode ser compreendida como um primeiro movimento do pêndulo, movendo-o do equilíbrio para um estado de desequilíbrio impulsionado pelo capital. Com isso, a discussão principal será o surgimento da indústria como um produto das técnicas ervateiras ancestrais, da política pós-imperialista e da busca incessante pela eficiência ocorrida na modernidade, que refletiu nos novos modos de produção e nas esferas sociais e políticas.

Ainda que anteriormente essa economia tivesse maior reputação no Paraná, é no momento da intitulada *crise* da erva-mate, na década de 1930, que os moldes industriais se consolidaram e, somados às variáveis exógenas, levaram-na ao pioneirismo tecnológico. No capítulo 2, então, será explanado o funcionamento do parque industrial ervateiro a partir da década de 1930, aportado no remanejamento de trabalhadores visando constituir uma classe operária e em políticas formuladas por e para as oligarquias locais – ou seja, a consolidação do poder dos industriais, com o balanço do pêndulo atingindo seu pico para um dos lados. De caráter exploratório, as informações, indagações e conclusões neste capítulo contidas se baseiam, também, em fontes já utilizadas por outras biografias que historicizam o comércio de erva-mate. Revisitadas décadas mais tarde, essas fontes possibilitam que, através dos novos vieses da História, obtenha-se um panorama do desenvolvimento da lógica industrial desse setor em consonância com o mundo natural e seus trabalhadores.

A nova racionalidade instaurada a partir do nascimento da indústria da erva-mate – o momento de “contra-balanço” do pêndulo – exigiu dos empresários e dos agricultores novas formas de organização interna, mas, sobretudo, uma reforma nas relações entre esses diferentes agentes. Nesse cenário de imprecisão, somado a uma indústria aportada na linha tênue que separava o poder público do privado, acabava o elo mais fraco da cadeia sendo sumariamente atingido, ou seja, os agricultores. Nesse sentido, o capítulo 3 se dedicará ao estudo das populações dos ervais, que, ao se tornarem fornecedora de matéria-prima para a indústria em ascensão, deixou de ter seu trabalho essencialmente compassado com o tempo natural, enquanto tentava manter suas culturas e sociabilidades em ritmo orgânico. Essa discrepância entre trabalho e costumes era, ainda, acometida pela pobreza persistente e pela desvalorização social por serem mantenedores de práticas tradicionais.

Somando-se a isso, a cadeia da erva-mate foi continuamente acrescida por intermediários que estavam entre quem colhe e quem consome, influenciando na mercantilização das relações sociais. Visando eliminar esses intermediários e se inserir efetivamente na economia de exportação, os agricultores buscaram, através das primeiras cooperativas rurais do Paraná, reorganizar essa cadeia de modo que fosse capaz de abarcar outras formas de organizações sociais e trabalhistas. Ao envolver uma parcela significativa dos produtores ervateiros, o movimento cooperativista rural, ainda que existente por apenas três décadas, trouxe à tona a necessidade de abertura do setor dominante a negociações. Eram, afinal, limites que estavam sendo construídos, em um terreno que apresentava insegurança para ambas as partes.

Mesmo que ainda houvesse a produção para autoconsumo, trataremos aqui da produção em larga escala, voltada para a exportação; e, assim sendo, havia, também, a interferência das relações internacionais e do poderio alcançado por países importadores: se este apresentasse problemas econômicos ou políticos, a economia ervateira paranaense como um todo era prejudicada.

Se de um lado havia industriais defendendo seus privilégios, havia também a busca pelo lucro por atravessadores, por comerciantes, e a matéria-prima sendo produzida por milhares de trabalhadores que dominavam as técnicas de manejo da erva-mate. Mesmo considerando a rede de privilégios dos industriais, a influência política continuada, as novas formas de gerência e seu êxito em outras atividades lucrativas; sem a folha da erva-mate, não haveria exportação de erva-mate. E, por mais que se reproduza o poder do capital, não faltam exemplos de empresas que tentaram diminuir sua dependência dos setores tradicionais de produção, e tiveram seus experimentos fracassados.

Os agentes do pêndulo da erva-mate são, portanto, indissociáveis. Mas como tais agentes históricos influenciaram na conformação econômica, social e cultural do Paraná?

1 O MECANISMO: SUSTENTÁCULOS DA TRANSIÇÃO

1.1 A ESSÊNCIA DA TÉCNICA

Façamos um exercício de reflexão.

Os mais antigos indícios arqueológicos que se tem conhecimento indicam que a população Guarani teve uma importância fundamental na aproximação humana com a erva-mate (Noelli *et al.*, 2019; Peres, 2014). Esse povo seminômade, caracterizado pelas habilidades agrícolas, não apenas repercutiu na ampliação territorial das araucárias por ser um dispersor de semente⁸ – o que consequentemente criou um ambiente favorável para o fortalecimento dos ervais, endêmicos da Floresta com Araucárias –, como também desenvolveu técnicas eficazes de colheita e processamento das folhas dessa planta (Nimmo; Nogueira, 2019).

Ao contrário das frutíferas, que disponibilizam facilmente o alimento, o consumo do mate é, necessariamente, precedido por complexas etapas. Mesmo que houvesse abundância de árvores, um pé de erva-mate pode chegar a 15 metros de altura, sendo mais uma das árvores de grande porte comuns desse bioma que beira os 50 metros (Baggio; Vilcahuaman; Correa, 2008). Se atualmente uma exploração desse tipo apresentaria desafios, no período pré-colonial foi necessário o desenvolvimento de práticas específicas de escalada e o uso de ferramentas de colheita. Além disso, obtidas as folhas, o consumo não é imediato: as folhas apresentam um amargor significativo, mesmo após sua fervura. Visando contornar esse desafio, a população ameríndia passou a submeter as folhas ao fogo, para só depois escaldar (Nimmo; Nogueira, 2019).

As práticas de manejo, processamento e consumo da erva-mate têm raízes nas culturas indígenas dos Guarani e Kaingang, e foram assumidas e ressignificadas desde o início da colonização europeia. Essa combinação das folhas de erva-mate com o fogo foi a base para as tecnologias desenvolvidas posteriormente, incluindo as que constituem as indústrias modernas. No entanto, mesmo que haja um movimento histórico que busca o aperfeiçoamento das técnicas que envolvem a erva-mate, o objetivo final, no últimos séculos, foi significativamente modificado: enquanto no contexto inicial visava puramente a melhoria da experiência, ao utilizá-la como bebida social ou chá ritualístico, a guinada em torno do capital dissociou a conexão dessa planta com o misticismo e aproximou-a do pragmatismo.

⁸ Ao longo dos últimos 2 mil anos, a relação dos humanos com a floresta foi responsável pela transformação da morfologia e da diversidade biológica da Floresta com Araucária (Bonomo *et al.*, 2015; Lauterjung *et al.*, 2018 *apud* Nogueira, 2021), dispersando a araucária através do manejo agroecológico, o que culminou no avanço dela sobre outros sistemas, como a região de campos (Bitencourt; Krauspenhar, 2006 *apud* Nogueira, 2021).

Sabe-se que, anterior à popularização do consumo de erva-mate, o amplo conhecimento dos Guarani sobre o manejo dessa planta e a suposição de propriedades afrodisíacas causou represálias de europeus que há pouco habitavam o território sul-americano. Nesse contexto, ressalta-se a aversão dos jesuítas, que estrategicamente tinham um contato direto com as populações ameríndias, objetivando articular, através da religião, uma mão-de-obra nativa para servir à colônia (Nimmo; Nogueira, 2019). Gradualmente, essa longa imposição de valores culinários europeus acometeu o conhecimento indígena sobre o preparo e consumo de alimentos, gerando não apenas a alteração os sistemas alimentares, mas também a imposição de uma hierarquia de saberes que marginalizou as práticas alimentares nativas (Janer, 2013).

Sendo primordialmente chamada de “erva-do-diabo” (Costa, 1995), progressivamente o consumo de erva-mate passou a ser interesse dos espanhóis que, no século XVI, chegaram à Bacia da Prata (Folch, 2010). A produção de erva-mate, que antes integrava a cultura alimentar e espiritual de quem a produzia, teve sua primeira expansão devido à utilidade: há relatos de seu uso para disfarçar o aspecto terroso da água (Bacilla, 1940) e para “encher a barriga” dos viajantes (Costa, 1995), que nem sempre detinham o conhecimento de como obter alimento nessa nova natureza, tal qual a população local.

O hábito de consumir erva-mate foi, gradualmente, adotado como um importante conglomerado cultural brasileiro. No século XIX, o viajante europeu Robert Avé-Lallemant, tal qual Saint-Hilaire, se aventurou de Norte a Sul do Brasil, encontrando no mate um símbolo de união e compreensão (Linhares, 1969). Como um intelectual alemão oitocentista, valeu-se da ironia para descrever:

As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo que em nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício, tudo que é elevado e profundo e bom impulso da alma humana, do coração, está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servi-lo e tomá-lo em comum (Avé-Lallemant, 1953, p. 251 *apud* Linhares, 1969, p. 136).

Vindo das províncias mais ao Sul, foi no Paraná que o cotidiano atrelado ao mate chamou mais atenção de Avé-Lallemant, o que tornava evidente a dependência deste produto para as relações sociais, perpassando a dependência à economia. Ainda que primordialmente se aportasse nos moradores locais, gradativamente esse hábito foi explanando para outras fronteiras; ou seja, a partir do momento em que a barreira cultural passa por transformação, tornando esse consumo um hábito entre os colonizadores, a erva-mate ganha o interesse comercial e os sistemas dos povos indígenas passaram a ser explorados, transformando significativamente os modos produtivos. Quando comparada à produção artesanal, por mais

que a estrutura de beneficiamento permanecesse – ou seja, uso do carijó –, a solidificação do comércio da erva-mate transformou o objetivo dessa produção: a exploração dos meios visava o lucro, partindo de uma maximização produtiva aportada na população marginal.

Em uma das mais tradicionais obras a respeito dos usos dessa planta, *História econômica do mate*, Temístocles Linhares afirma que “a América nasceu bebendo mate” (1969, p. 3). Para esse *formar-se*, a população ameríndia, que foi consolidada muito antes de qualquer influência europeia (Said, 1993), desenvolveu eficientes práticas de produção ervateira. Existem relatos do período colonial que falam sobre um local de preparo de erva-mate utilizada pelo povo Guarani chamada “carijó” (Nimmo; Nogueira, 2019), cujo vocábulo provém de “karichó” ou “kari’ó” (Bertoni, 1927 *apud* Chaimsohn; Souza, 2013). O carijó é descrito como:

[...] uma estrutura de aproximadamente 1,20 m de altura, feita de achas de pinho (espécie de co-nífera), era rústicamente construída para formar uma grade de varas fincada no chão através de esteios. Sobre a grade, as folhas e as ramas sapecadas eram dispostas de forma que essas últimas ficassem acima das primeiras e, com brasas embaixo, ambas eram mantidas em temperatura estável (Rosa; Souza, 2019, p. 17).

Apesar de eficiente, o carijó dependia continuamente de vigilância para que se mantivesse na temperatura ideal: muito quente, a erva teria sabor de queimado; muito frio, não secaria corretamente, correndo o risco de embolorar. E lá permanecia de 7 a 8 dias, para só então ser triturada com soque, geralmente movido à força humana, embalada em sacos de couro, os surrões, e destinada ao transporte (Rosa; Souza, 2019). Fundamental para o processo e presente ainda hoje em algumas propriedades de agricultura familiar que beneficiam erva-mate para autoconsumo, o carijó, desde a construção até o manuseio, depende de um vasto conhecimento sobre a fisiologia da planta e a energia do fogo – chegar ao ponto ideal de torra é uma arte tal qual ocorre com os grãos de café: a temperatura e o tempo devem ser ideais, senão o amargor é acentuado.

A experiência indígena, de colher as folhas de uma árvore, processar e consumir, exprime uma ação que não é puramente mecânica, mas sim um conhecimento construído que apresentava possibilidade de replicação sistemática. A partir dessa potencialidade, desenvolveu-se a produção artesanal da erva-mate, que, mesmo em escala reduzida, visava atender o comércio local. Posteriormente, com a popularização desse consumo e valoração por outros grupos sociais, os objetivos ocidentais de maximização da economia tornaram essa prática tradicional uma técnica cujo fim é a quantificação. Surgiram, então, os primeiros anseios de expansão desse comércio, valendo-se da técnica enquanto conhecimento sistematizado e racional, que foi por séculos moldado pelo contexto social e cultural.

Influenciada pelos portugueses e baseada nas técnicas indígenas, a exploração sistemática dos ervais paranaenses iniciou após o fim da Província de Guairá em 1640, resultante do recuo dos espanhóis para a margem esquerda do Rio Paraná. Especialmente no século XVIII, a expansão desse comércio em direção aos demais países da Bacia da Prata foi utilizada como instrumento de conquista portuguesa do sul da América. Nesse contexto, a exportação de erva-mate era justificada pelo rei D. João V como a única possibilidade de manutenção da população miserável:

[...] me deu conta, em carta de 17 de junho de 1720, que vendo a suma pobreza em que vivem os moradores das últimas vila desse Estado do Brasil, da parte Sul, não só da sua muita preguiça mas também de não terem mais comércio que as pescarias, farinha de pão (mandioca) e algumas a cordoeira de Embé, que tudo apenas fazem para permutarem com vestuário que lhes vêm das embarcações de Santos e Rio de Janeiro [...]. Me pareceu dizer-vos que não só permito a que os moradores das últimas povoações da parte Sul, possam ir comercializar à Nova Colônia do Sacramento, mas a todos os portos do Brasil (Conselho Ultramarino, 1722 *apud* Costa, 1995, p. 37).

Visando validar a exploração ervateira, os monarcas utilizavam o discurso de salvaguarda dos pobres, como se essa fosse a única forma de atingir a civilidade e os livrar da “muita preguiça”, ainda que o caráter extrativista dessa atividade fosse um forte argumento para a hostilidade. Essa pobreza, em geral, advinha da população cabocla marginal à criação de gado para a prática tropeira que, ao não conseguirem se inserir efetivamente no mercado devido a autossuficiência dos setores dominantes (Pereira, 1992), traz à tona a controversa mercantil desta economia: o Brasil colonial, mesmo modelado por uma economia de mercado, era excludente com uma parte significativa da população, impedindo que houvesse o pleno funcionamento desse sistema. Por esse motivo, mesmo que a exploração e comercialização desse produto tenham sido autorizadas somente em 1722 pela Coroa Portuguesa, anteriormente outros moldes de negociação envolvendo erva-mate já estavam inseridos no Paraná, através da coleta de forma esparsa em terras sem dono ou nas extremidades de propriedades particulares, onde os donos não se opunham. Essa categoria de indivíduos, os primeiros coletores, são chamados por Bacilla como “bandeirantes verdes do mate”:

Mas os bandeirantes verdes do mate - os fazedores de erva e plantadores de cidades, os novos caboclos destemidos [...], foram escravizados pelos ervais que formavam. Avançando para o oeste ou para o sul, onde encontravam erval em sêr, ali, na densa floresta bruta, acampavam com a família debaixo de árvores. Depois, erguiam o rancho e entravam a limpar o mato bruto e bárbaro, transformando o erval em sêr, em erval frondoso e produtivo. Tôda a família trabalhava nos duros meses de inverno, na produção do mate. Depois, os burros, em tropas enormes, afundavam um caminho para o litoral, silenciosamente através do vasto sertão, em dias e dias de viagem, meses até, carregando esse fruto de labor titânico e de ousadia desprendida. Mas, ao voltar ao sertão para os seus ranchos, o resultado dessa cadeia de sacrifícios eram um pouco de sal, de açúcar preto, que até ser dia de azedo, farinha, uns riscadinhos de chita e...

pronto.

A faina tremenda resultava nessa pobreza irremediável e escrava: a erva-mate mal dava para os manter. Eram os escravos que voltavam ao sertão, conquistados pelo mate, sujeitos à imposição dos senhores e engenhos de soque do litoral (Bacilla, 1940, p. 17-18).

Durante os séculos XVIII e XIX, mesmo sendo responsáveis pelo fornecimento da matéria-prima, tendo exposto sua família às constantes dificuldades da mata bruta e ao trabalho árduo, e sendo responsável pelo transporte primitivo utilizando tropas, o retorno econômico era mínimo, recebendo-o através de produtos básicos que não era possível produzir em suas roças. Bacilla evidencia um sistema de exploração onde os trabalhadores viviam em condição de pobreza permanente, ao tempo em que favorecia os donos dos engenhos do litoral.

Tornando a situação ainda mais delicada, após o crescimento do valor comercial da erva-mate, os proprietários rurais começaram a envolver seus próprios funcionários na colheita ou passaram a exigir uma parcela da coleta como pagamento pelo acesso às suas terras (Valentini, 1999 *apud* Witte, 2017). Quando sistematizada, a atividade extrativista se dava com um grande montante de trabalhadores se deslocando pela mata, com uso de carretas ou burros, e fixando acampamento com moradias provisórias e estruturas de beneficiamento do mate. A extração da erva-mate era uma atividade sazonal, concentrada nos meses de inverno. O processo começava durante as primeiras horas do dia, quando os ramos eram coletados com o uso de ferramentas manuais (facões e machados) e organizados em pilhas. As atividades se estendiam até o período noturno, quando trabalhadores de diferentes idades, incluindo jovens e idosos, participavam do processo (Witte, 2017). Depois de colhidos, os galhos e folhas de erva eram sapecados rapidamente através das chamas de uma fogueira, e, em seguida, destinados ao carijó.

As paisagens antropogênicas⁹ presentes no território que viria a ser Brasil, Paraguai e Argentina foram um grande facilitador para o desenvolvimento ervateiro. De caráter extrativista, ao pular a etapa do plantio e ter a colheita como primeiro passo de produção, essa economia distinguia-se consideravelmente dos demais produtos agroalimentares, possibilitando à população local, antes alheia à economia, a inserção enquanto fornecedores de matéria-prima. Mesmo tendo a primeira chance de participar da economia, esses indivíduos não possuíam o principal meio de produção, já que, por mais que no princípio da exploração ervateira, a população não-indígena do Paraná não chegasse a 20 mil habitantes, e, até o surgimento da província (1853), não atingisse 70 mil habitantes (Soares; Medri, 2002), era a população branca

⁹ Paisagem antropogênica se refere à porção do espaço geográfico cujas características e estrutura resultam predominantemente da ação humana, isto é, de transformações promovidas por atividades como urbanização, agricultura, construção de infraestrutura e outras intervenções que modificam os elementos naturais originais (Danelon; Barcelos, 2022).

que detinha a posse legal das terras. Para elucidar, em Ipiranga, na década de 1920, as grandes propriedades rurais pertenciam aos importantes ervateiros ou a antigos fazendeiros dos Campos Gerais; ao percorrer as muitas trilhas e estradas, que saíam do centro da cidade com destino aos municípios vizinhos, a cada 50 quilômetros havia um casarão com muitas dependências anexas, habitadas pelos agregados (Lavalle, 1996). Quando os trabalhadores se dedicavam à colheita do mate, a falta de terras os levava a realizá-la em áreas devolutas ou nas extremidades dessas grandes fazendas, sob autorização dos proprietários.

Desapossadas, as populações locais, praticantes da agricultura de subsistência – os chamados *caboclos*¹⁰ –, eram dependentes dos arrendamentos, ou, caso não conseguissem arcar com os tributos, tinham como alternativa tomar posse de alguma terra privada, correndo o risco de serem expulsos, ou se assentar em uma terra devoluta, na qual era menor a chance de expulsão (Witte, 2017). Somando-se a isso, após às mudanças estruturais da economia, a queda da pecuária no século XIX acarretou a superlotação das fazendas de invernagem, levando também os agregados, antes subordinados aos fazendeiros em troca de terra, a se unirem à classe dos posseiros e dos “trabalhadores avulsos” (Chang, 1988, p. 31) do mate. Suscetíveis às constantes expropriações, aos caboclos, a falta da propriedade da terra foi um caminho vedado para a ascensão social (Thomé, 2007 *apud* Witte, 2017).

O fluxo da população dos campos limpos rumo à floresta contribuiu para o acréscimo de agricultores/extrativistas em uma mata que já era habitada pela população que historicamente esteve à margem do tropeirismo – nos chamados “sertões”, incluindo a Floresta com Araucária, os caboclos praticavam a agricultura de subsistência e apenas eventualmente comercializavam o excedente (Boneti, 2009). Nessa mata mista, repleta de ervais nativos, sobretudo na porção Sul do estado, constituía-se um primitivo comércio extrativista (Linhares, 1969; Costa, 1989), no qual a erva-mate, somada ao couro de animais silvestres e à criação de suínos do mato, eram a base da estrita economia cabocla ao menos até a chegada em massa de imigrantes. Nele, a comercialização do couro de animais silvestres servia para obter produtos locais, e o restante dos itens de primeira necessidade eram adquiridos a partir da venda do mate para a Argentina (Boneti, 2009).

¹⁰ Nesse contexto, a população cabocla não mais se restringia ao “nativo semi-aculturado”, mas sim a “[...] todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente realidade socioprodutiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem crioula. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu” (Maestri, 2005).

Sem terras e sem prospecção de ascensão social, coube aos pequenos agricultores se instalarem na região Centro-Sul, onde havia matas mistas e, como “atração” (Chang, 1988, p. 25), a abundância de ervais nativos. Unindo essas três categorias de sem-terra – a população cabocla, os ex-agregados e os sucessores desafortunados dos fazendeiros – ao fortalecimento do comércio, o extrativismo ervateiro gradualmente adquiriu caráter sistemático, especialmente favorecida pela presença significativa de ervais nativos e pela hidrografia propensa da Bacia do Médio Iguaçu (Costa, 1995). Nessa região ervateira, a presença de importantes rios, o Rio Paraná e o Rio Iguaçu, não apenas ligava a produção até a comercialização, como também deu origem aos primeiros aglomerados, constituídos por posseiros, cuja “massa de trabalhadores do mate, com seus pequenos estabelecimentos de subsistência, por posse ou concessão, acabou por caracterizar a região com predominância de mini e pequenas propriedades” (Chang, 1988, p. 31), cuja estrutura fundiária era vista como uma grande facilitadora para o êxito dessa economia.

Impulsionados pela diversificação do sistema econômico e social, os antigos e os novos habitantes do campo viriam a desenvolver uma racionalidade própria, na contramão dos moldes tradicionais de propriedade privada e em oposição aos latifúndios (Nerone, 2015; Chang, 1988), dando origem aos faxinais, que chegou a ser o modo produtivo predominante no Paraná (Silva; Viseu; Seifert, 2015). Nessas comunidades, a procura por ervais nativos foi a principal fonte de renda entre os séculos XIX e XX (Barreto; Sahr, 2007), que envolvia de caboclos a colonos, tendo os colonos aprendido com a população local o fazer do mate. Aos recém-chegados imigrantes italianos, poloneses e ucranianos (Costa, 1995), a crescente atividade ervateira foi essencial para seu estabelecimento, sendo a eles designados a função de transformar, a partir da erva-mate, as grandes áreas de mata anteriormente usadas apenas para subsistência, em terras que gerassem lucro (Witte, 2017), isto é, uma circulação mercantil que implicaria a circulação de dinheiro – a base do capitalismo agrário. Após a chegada dos colonos europeus, ocorreu uma das poucas alterações na exploração da erva-mate, já que essa população, ao possuir terras próprias, transformou a itinerância da coleta em um manejo fixado (Chaimsohn *et al.*, 2013). Para além disso, há, sobretudo, uma perpetuação das técnicas de colheita e de preparo da erva-mate, mesmo após o desenvolvimento da indústria¹¹.

Desde os primeiros anseios de estabelecimento de uma economia circundante à erva-mate, até a instalação das modernas indústrias de beneficiamento, foi a população local a fornecedora de todo o saber técnico relacionado ao mate. Até o século XIX, os caboclos não

¹¹ cf. capítulo 2.

apenas forneciam a matéria-prima, como também o produto já pronto para o consumo, ainda que essa lógica de mercado, pautada na compra de erva dos produtores autônomos e posterior comercialização, tornasse os comerciantes os grandes beneficiários. Estes últimos, por mais que controlassem a parte mais lucrativa, tinham pouco contato com a produção em si (Pereira, 1992).

Essa dependência dos trabalhadores autônomos, mas, sobretudo, livres, distinguia a economia ervateira dos demais setores tradicionais, como a pecuária dos Campos Gerais. Isso não significa, puramente, que os escravizados não foram empregados, mas sim que há uma dificuldade na imprecisão das fontes históricas. No século XIX, os agentes de poder do Paraná, frequentemente os próprios industriais do mate, não tinham clareza sobre a categoria na qual deveriam enquadrar os recém-libertos conforme as legislações nacionais¹². Sabe-se que as condições de trabalho raramente estavam em pauta, mas havia industriais envolvidos com as causas abolicionistas em prol da imigrante, como Ildefonso Pereira Correia e Antônio Ricardo do Nascimento que, ao lado de Bento Munhoz da Rocha, fundaram o Club Abolicionista de Curitiba (1888) (Baldin, 2006). A necessidade do trabalhador livre, contudo, se dava por uma economia que complexificava a inserção de escravizados: havia mão de obra que dominava as técnicas à disposição, sem tornar necessários grandes investimentos; a natureza sazonal da colheita da erva-mate tornaria ociosos os escravos grande parte do ano; e o desvio de escravos para o mate poderia prejudicar as atividades principais (Pereira, 1992). Como resultado, a força de trabalho, na incipiente indústria ervateira, configurou-se como um custo operacional, e não como uma imobilização improdutiva de capital, como ocorria nos setores dependentes da mão de obra escrava (Martins, 2010).

Antes da substituição da força de trabalho por imigrantes, a guinada da economia ervateira esteve pautada na população nativa (Pochmann, 2017), que não apenas era uma mão de obra barata, como também dominava *a essência da técnica* – esses trabalhadores, que tinham fortes ligações com o mundo natural, eram descendentes da população que primeiro manejou a erva-mate, já que “como o começo do mate – em relação ao Paraná, é claro – se deu no planalto, a aprendizagem de sua técnica de preparo só podia ter sido recebida do índio” (Linhares, 1969, p. 236). Ainda assim, o capitalismo efervescente revelava as potencialidades desse comércio, especialmente devido ao assédio praticado por países vizinhos e à vastidão de ervais

¹² A distinção entre escravos e trabalhadores livres pobres foi se tornando cada vez menos nítida no contexto do trabalho durante o século XIX. As elites da época classificavam todos esses trabalhadores sob uma única denominação: os “não morigerados”. Esta categorização refletia como, independentemente de sua condição jurídica – livre ou escrava –, estes indivíduos compartilhavam não apenas funções semelhantes na estrutura produtiva, mas também práticas culturais e experiências cotidianas comuns (Pereira, 1992).

inexplorados. Nesse cenário de grandes rupturas ocorridas no Brasil do século XIX, a erva-mate teve, então, mais uma função: o reconhecimento do Brasil como digno da independência.

1.2 O INSTRUMENTO DA INDEPENDÊNCIA

A introdução da lógica de mercado na produção de erva-mate, além de ter transformado esse produto em uma mercadoria passível de ser precificada, foi imprescindível quando considerado o cenário da América Latina nos séculos XVIII e XIX. O êxito econômico, político e social era um requisito para o reconhecimento das novas democracias (Viana, 2011), e a erva-mate foi tomada como um dos instrumentos. Ao mesmo tempo em que ela possibilitava o crescimento econômico, seria iniciado também o processo de desenvolvimento social de uma população que até então não tinha grandes laços com a Colônia, e, como economia voltada às nações vizinhas, possibilitaria relações comerciais com os demais países da América Independente.

O processo de constituição do país enquanto uma democracia levou à busca pela dinamização da base produtiva e econômica, aumento dos lucros internos e geração de um câmbio favorável, com atenção especial à acumulação interna (Santos, 1985 *apud* Rosa; Souza, 2019). Sobretudo após 1850, com a sanção da Lei Eusébio de Queiróz e da Lei de Terras, houve: a) um redirecionamento do fluxo de capital, do tráfico transatlântico de escravos para setores estratégicos da economia nacional, possibilitando o surgimento de novos setores; b) a mercantilização da terra, tornado a terra um bem negociável, aumento do patrimônio dos grandes proprietários e criação de uma nova fonte de acumulação de capital; c) modernização econômica através do desenvolvimento do sistema bancário, implementando novos mecanismos de crédito e dinamizando o mercado interno; e d) concentração de riquezas, especialmente através do fortalecimento das elites agrárias e exploração do trabalho livre (Costa, 1999). A partir da materialização dos lucros dessas atividades, o capital gerado foi reinvestido em outros setores, chegando à economia do mate (Silva, 2008 *apud* Rosa; Souza, 2019). No entanto, por mais que ela fosse um instrumento da democracia, sabe-se que o financiamento de determinadas indústrias ervateiras paranaense foi originado do tráfico de pessoas escravizadas já em período de ilegalidade¹³.

¹³ Um exemplo dessa conexão é o ervateiro Manoel Antonio Guimarães, que, além de possuir engenhos em Morretes, destacou-se como o mais importante articulador do comércio ilegal de escravos no Paraná (Leandro, 2002 *apud* Gerhardt, 2013).

Estrategicamente, o investimento nos setores em potencial, como o caso da erva-mate, acompanhava a tendência dos países platinos após seus respectivos processos de independência. A ampliação das atividades comerciais, através da busca pelo aumento de produção e de produtividade, servia tanto para consolidar suas conquistas políticas, quanto para criar laços entre as diferentes nações. Para o Brasil, foi a erva-mate a base das relações comerciais com os demais países da América Independente (Costa, 1995).

Mesmo que os recursos substanciais partissem da iniciativa privada, o governo do Paraná, recém-emancipado, atuou como articulador da inovação tecnológica e da transformação produtiva, ao tempo em que incentivava a mecanização do processo produtivo, a superação dos métodos tradicionais de produção e o aumento da eficiência do setor¹⁴. Com isso, houve um impulso para que os engenhos de processamento de erva-mate substituíssem o carijó pelo barbaquá. Quando comparado ao carijó, a nova estrutura de secagem garantia maior rapidez do processo, menos fumaça e maior conservação de calor, evitando a necessidade de vigilância constante. Nesse contexto, o maior centro produtivo de erva-mate foi, gradualmente, deixando de ser o litoral paranaense, e fixando-se na capital, sendo o primeiro engenho fundado em Curitiba, em 1832, acompanhado, a cada biênio, pela inauguração de um novo. Sendo as novas estruturas de processamento movidas à energia hidráulica, “eles ‘domesticaram’ os rios da planície e os banhados vazios, tornando notável o fato de que as três principais regiões industriais de Curitiba tenham sido antes três grandes banhados” (Costa, 1995, p. 164).

Mesmo com toda a estrutura presente nos engenhos do planalto curitibanos, a questão geográfica era o maior empecilho ao desenvolvimento. Os problemas de escoamento de suas produções, dada a distância geográfica dos portos do litoral, só foram contornados trinta anos depois, após a abertura da estrada da Graciosa, em 1864, e a inauguração da linha férrea, em 1885 (Carneiro, 1965, *apud* Stollmeier; Oliveira, 2015). Anterior a isso, descer a serra do litoral com todo mate produzido cabia à mão de obra indígena e aos burros de carga (Linhares, 1969).

A inserção no mercado ervateiro de exportação, ao mesmo tempo em que exigia concentração de capital, era altamente lucrativa. O capital elevado se fazia necessário devido aos investimentos constantes para acompanhar as alterações técnicas na etapa de beneficiamento, cujo aparato tecnológico precisava ser importado. Além disso, o lucro era passível de multiplicações através do controle de canais de exportação e da influência política,

¹⁴ “Em 1858, o governo do Paraná ofereceu um prêmio de 6:000.000 réis a “quem estabelecesse uma maquina para o fabrico do mate, que se avantajasse 30 por cento sobre o methodo praticado na provincia”. João Antonio Pereira montou uma máquina movida a vapor em Antonina e requereu o prêmio. O governo, após avaliação realizada por uma comissão, concluiu que a dita máquina de socar aumentava muito a produtividade, sem melhorar, contudo, a qualidade do produto” (Gerhardt, 2013, p. 87).

elementos que evidenciam a concessão de privilégios e monopólios. Ao tempo em que decaía a atividade tropeira, foi a mercantilização do mate a responsável pelo desenvolvimento dos estados ao Sul (Chaimsohn; Souza, 2013), onde, de modo muito próximo ao caso do café em São Paulo e da cana-de-açúcar no Nordeste (Costa, 1995), emergiram os viscondes e barões paranaenses. Não mais ligados à pecuária, mas sim à erva-mate, essas personalidades são comumente elencadas como precursoras do desenvolvimento econômico e da industrialização do Paraná. Nesse estado, não é raro encontrar nomes de ruas ou bustos expostos em prédios estatais que representam personalidades do mate, como Visconde de Nácar e Barão do Serro Azul.

Essa conjuntura de fatores que propiciaram o desenvolvimento da economia da erva-mate foi consumada quando o Paraguai, a potência ervateira, interrompeu suas exportações devido à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Ao deixar de fornecer praticamente todo o mate consumido na Argentina, os conflitos políticos do país vizinho possibilitaram que, no decorrer do século XIX, o Brasil se tornasse o principal produtor e exportador de erva-mate do mundo (Linhares, 1969; Costa, 1995). Por mais que, nesse contexto, houvesse uma discrepância de cuidados na produção da erva-mate brasileira quando comparada aos do Paraguai (Saint-Hilaire, 1851/1978), a possibilidade de novos mercados fez com que as personalidades que se dedicavam exclusivamente ao comércio, passassem a adquirir a erva-mate apenas sapecada, e, em suas casas de soque, beneficiassem e embalassem aos moldes paraguaios (Pereira, 1992), aumentando o controle sobre sua qualidade.

Tendo em vista a alta demanda, a erva-mate passou, então, a ser colhida sistematicamente e destinada a outros países, como Uruguai, Chile, Bolívia e, em especial, para a Argentina, que ainda não explorava os próprios ervais. A exportação foi, aliás, o que alavancou o setor ervateiro, visto que o consumo interno era ainda incipiente, ao qual as produções locais e familiares conseguiam suprir (Linhares, 1969). Essa tendência exportadora derivava do Brasil Império, que tinha 80% da população empregada no setor agrícola, estando a erva-mate dentre os 8 produtos mais comercializados (Fausto, 1994), o que possibilitou que, ainda no oitocentos, meio século após o surgimento dos primeiros engenhos, já fosse atingida a lógica industrial no processamento desse produto:

A princípio, o comércio era dominado por uma burguesia mercantil que comprava a erva pré-beneficiada para moê-la e embalar-la em casas de soque. A partir das décadas de 1820 e 1830, começaram a ser introduzidos processos produtivos mecanizados, o que levou a uma maior concentração do trabalho e tecnificação das fábricas (Pereira, 1992, p. 10-11).

Em consonância com o capital, as relações comerciais pautadas na economia ervateira possibilitaram a troca de conhecimentos e de tecnologias que originariam as constantes transformações desse sistema produtivo. Quanto aos novos aparatos da produção ervateira, grande parte foi importada do Paraguai, a antiga metrópole do mate, ou então de países europeus que, mesmo não atuando no setor, tiveram os equipamentos de outras indústrias adaptados para o beneficiamento de erva-mate, com destaque aos maquinários ingleses e alemães (Rosa; Souza, 2019).

O acesso da burguesia mercantil às novas tecnologias e o momento propenso possibilitaram que a erva-mate fosse o setor precursor da indústria no Paraná:

[...] a indústria ervateira, aqui, também sempre funcionou de forma integrada, somando: a extração (poda das ervaíras), o primeiro transporte (nas costas dos mateiros ou em lombo de burros), o aproveitamento (para chimarrão), a preparação primária (secagem em carijós ou barbaquás), a industrialização básica (etapa do cancheamento), a transformação (em pó nos engenhos), o segundo transporte (por carroças e ferrovia), e o comércio (para os mercados interno e externo) (Thomé, 2011, p. 60).

Para a consolidação da indústria ervateira no Paraná, o expressivo mercado consumidor já estava estabelecido, e havia um déficit de produção pela interrupção da exportação paraguaia. Para assumir o posto de fornecedor de erva-mate aos países platinos, a conjuntura estava em consonância com os dois elementos considerados centrais necessários ao processo de industrialização: a) as condições estruturais de mudança, sendo esse um negócio lucrativo com tecnologias à sua disposição, e b) as tendências vigentes de mercado, tendo em vista a ascensão do mercado consumidor previamente formado (Rosa; Souza, 2019). Ao identificar o nicho no mercado e a disponibilidade imediata e abundante da matéria-prima, o aumento de produção da erva-mate beneficiada se tornou, nesse contexto, um investimento sem grandes riscos.

Um ponto crucial para se compreender a lógica da indústria ervateira que viria a se desenvolver nos séculos XIX e XX é o fato de que essas técnicas inovadoras não se disseminaram ao mesmo tempo em todo território – por mais que houvesse importantes centros de produção de erva-mate no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, o pioneirismo tecnológico se deu, sobretudo, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, porque esses dois “constituíram, em regra, uma só área, com interesses comuns e complementares” (Costa, 1995, p. 44), sendo o planalto catarinense parte do território do Paraná. Essa restrição territorial dos aprimoramentos tecnológicos é comumente identificada na construção dos Estados nacionais; neles, ao importar ou desenvolver novas tecnologias, cada região tende a atuar com suas próprias especificidades, sejam elas econômicas, sociais ou culturais (Rosa; Souza, 2019).

Bem como restritos territorialmente, tais avanços tecnológicos foram igualmente limitados aos industriais mais abastados. Ao implementarem um maquinário mais sofisticado em seus engenhos hidráulicos, garantiam a produção *em escala* de uma mercadoria de melhor qualidade:

De acordo com a teoria da “estrutura-conduta-desempenho” de Possas, é possível compreender que a inovação implantada no processo de produção durante o ciclo dos engenhos hidráulicos propiciou ganhos decorrentes das economias de produção em escala. Além disso, embora tais inserções mecânicas corroborassem a produção de erva com maior eficiência, elas também começaram a impor barreiras à entrada de concorrentes que não dispunham de capitais para investimento, de modo que os grandes produtores dessa mercadoria acumulassem vantagens competitivas diante dos pequenos produtores (Rosa; Souza, 2019, p. 27).

Essas vantagens competitivas dos grandes industriais eram, ainda, alarmadas a partir do momento em que, somente através dos novos maquinários, era possível corresponder às características pré-definidas. Ao se permitir a seleção de granulação através dos variados processos de peneiração, por exemplo, a erva dispunha de propriedades específicas, seja no sabor, no aroma e na textura, cujas padronizações se ajustavam às exigências do público alvo. Por mais que houvesse o estabelecimento dessas padronizações, “determinadas, sobretudo, pela origem, a quantidade de paus, a peneiração e os destinos” (Fernandes, 2019, p. 30), somente em 1926 há esse registro em documentação oficial no Paraná, demonstrando que, ao menos até o começo do século XX, o Estado foi alheio à regulamentação do produto. As “receitas” do mate também compreendiam, nesse contexto, a propriedade das empresas privadas, que articulavam diretamente com negociantes estrangeiros os rumos da economia ervateira brasileira, dando origem às práticas predatórias e às barreiras de entradas que constituíam o mecanismo de dominação no Estado Liberal (Hobsbawn, 1996).

Com exceção da colheita e sapeco, ainda manuais e praticadas dentro do erval, foram essas modernizações do processo produtivo ocorridas no século XIX que serviram de protótipo para, no próximo século, instaurar-se a moderna indústria de erva-mate. Os engenhos hidráulicos deram vez aos engenhos a vapor, viabilizando as condições estruturais de mudança a partir da produção em escala, que romperia significativamente com a produção artesanal oitocentista.

1.3 RACIONALIDADE PRODUTIVA

As máquinas a vapor foram, para a Europa dos séculos XVIII e XIX, o impulso necessário para revolucionar os meios de produção e as relações trabalhistas. Por não depender de outras

forças ou de condições climáticas, a possibilidade de gerar energia mecânica a partir da energia térmica (o calor) chamou atenção de investidores, possibilitando que, em 1769, fosse posto no mercado um modelo industrial altamente rentável. Nessa conjuntura de substituição da força humana pela maquinofatura, foram as máquinas a vapor as responsáveis pela concretização da Revolução Industrial (Caldas, 2015).

Desde a Antiguidade se buscava por uma máquina que cumprisse ou, ainda, que sobrepujasse o vigor humano ou animal, tendo em vista a possibilidade iminente de aumento de produção (Caldas, 2015). Passado o ruralismo do período feudal, a revolução das necessidades, traço moderno que foi causa e causador do “lucro a qualquer custo”, trouxe consigo a idealização do crescimento infinito que as novas tecnologias podiam proporcionar. O cenário não podia ser mais promissor: as cidades nos moldes capitalistas finalmente tinham meios para eclodir. Apesar da delimitação geopolítica, seu arcabouço industrial atingia níveis de produtividade nunca vistos, motivando o aumento dos salários, o surgimento de novos setores e a possibilidade de ampliação das fronteiras de negócio.

A gradual substituição da força humana pelos equipamentos e as transformações de ordem comercial criaram um panorama otimista. No entanto, mesmo com o aumento considerável do Produto Interno Bruto (PIB) gerado após a invenção das máquinas a vapor, a expectativa de melhoria de qualidade de vida foi reprimida pela intensificação do sistema capitalista, que trouxe consigo a conveniência econômica na existência da população miserável e as devastações ambientais sem precedentes, consideradas hoje o berço do Antropoceno (Pádua, 2015).

Ainda regido pela monarquia, a situação econômica do Brasil se diferenciava significativamente: tratava-se de um território em disputa política entre colonização e Independência, com baixíssima densidade populacional, altamente multicultural, ainda escravagista, e ancorado no sistema de *plantations* e nas exportações (IBGE, 2000). Após o desembarque da família real no nordeste brasileiro em 1808, a abertura comercial brasileira e as estreitas relações da elite local com os países europeus permitiram que, mesmo em decadência, os pioneiros no uso da máquina a vapor fossem os engenhos de cana-de-açúcar, por volta de 1815. A inovação vinha para substituir o uso dos motores hidráulicos nos engenhos reais, que, devido à alta produtividade, seguiam lucrativos (Arquivo Nacional, 2012).

Embora já estivesse presente em território nacional, foi somente em 1860 que esse tipo de máquina foi empregado no processamento de erva-mate. Em suma, praticamente o mesmo tempo que essa tecnologia levou para chegar da Europa ao Nordeste brasileiro, foi o que levou para chegar do Nordeste ao Paraná. Provável motivo disso é que, além de sua dimensão

continental, no Império brasileiro “[...] não havia nem unidade, nem consciência nacional, embora a independência, ao contrário do que ocorreu com a América Espanhola, não tenha levado ao desmembramento do território” (IBGE, 2000, p. 30). Isso levava à não disseminação sistêmica das tecnologias entre as províncias, essencialmente marcadas pelas manobras políticas e troca de favores que favoreciam as elites locais.

Quando se trata da Província do Paraná e a Província de Santa Catarina, é importante ter em mente que suas fronteiras eram diferentes das atuais, determinadas através do conflito de terras que perdurou de 1889 até a década de 1930, e que, boa parte dos ervais nativos localizados em Santa Catarina pertenciam, no auge dessa economia, à Província do Paraná. Assim, o produto proveniente desse território foi a base para o sucesso:

O crescimento e a escala de produção e exportação de erva-mate alcançados pelo Paraná impressionam quando comparados aos outros estados brasileiros. O aperfeiçoamento técnico e a industrialização da atividade ervateira a partir da década de 1860 permitiram extrair, processar e manter um volumoso fluxo de mate para diversos mercados (Gerhardt, 2013, p. 106).

A erva-mate foi, assim, o principal produto paranaense desde sua a Emancipação Política da Província de São Paulo, em 1853, até a Grande Depressão de 1929 (Linhares, 1969), incentivando o desenvolvimento de tecnologias responsáveis por grande parte do arcabouço industrial do século XX. Além dos meios de produção necessários para estabelecimento das indústrias, como capital, terras e matérias-primas, a transformação da erva-mate em produto acabado exigiu o aprimoramento das técnicas ancestrais.

E o que essa técnica moderna tem de singular?

O ponto fundamental está na mudança da perspectiva. É biologicamente esperado que se busque pela melhoria das ações, mas “o fenômeno técnico que o mundo ocidental conhece a partir do século XVIII faz a técnica ir além dessa ordem simplesmente prática” (Barrientos-Parra, 2015, p. 426-427). Na técnica moderna, há uma busca incessante pela eficiência, o que repercute não apenas nos modos de se produzir, mas nas esferas sociais e políticas. Há uma preocupação constante pela busca do método mais eficaz, através de um reconhecimento percebido, racional – é uma racionalidade produtiva.

Foi unindo a técnica, a política e a “sociedade”¹⁵ que o Instituto Nacional do Mate (INM) foi criado. Proveniente de um anseio populista de organização do estado, este organismo tinha o intuito de controlar toda a cadeia de erva-mate, desde a produção até a exportação (ainda que houvesse um mínimo comércio local que passava pela inspeção do INM). Mesmo que não seja

¹⁵ No capítulo 3, o conceito de “sociedade” adotado pelo INM será abordado com maior detalhamento.

necessárias longas exposições a respeito desse braço varguista, visto que já se produziram excelentes trabalhos sobre ele¹⁶, a documentação acumulada por um dos seus funcionários tem sido fonte essencial para compreender o funcionamento da indústria da erva-mate no Paraná. O Acervo Uriel Nogueira, uma raridade contida no Museu Campos Gerais, em Ponta Grossa – PR, possui 844 peças reunidas por Uriel, que, além de técnico responsável pela proteção e conservação dos recursos renováveis no INM e no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (Narok, 2023), foi um entusiasta de erva-mate, possibilitando o acesso a materiais que provavelmente teriam sido extraviados.

Mesmo que o INM tenha funcionado entre 1938 e 1967, há, nesse acervo, diversas fontes que tratam sobre períodos anteriores e posteriores à sua existência. Um dos documentos compreende os índices de exportação de erva-mate pelo país entre os anos de 1855 e 1980. Para primeira análise, foi selecionado os índices entre 1855 e 1925, que evidenciam o aumento da produção ocorrido após o surgimento dos engenhos a vapor em 1860:

Gráfico 1. Exportações de erva-mate entre 1855 e 1925.



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

Verifica-se que, em um período 70 anos, as exportações brasileiras saíram de menos de mil toneladas anuais, para quase 12 mil toneladas. Evidentemente, as condições de mercado foram favoráveis e a presença de ervais nativos foi capaz de suprir a demanda, mas o

¹⁶ cf. *O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938-1967)*, de José Antonio Fernandes; *História econômica do mate*, de Temístocles Linhares; *Instituto Nacional do Mate e Instituto Nacional do Pinho: estudo institucional comparado*, de Malus Paes.

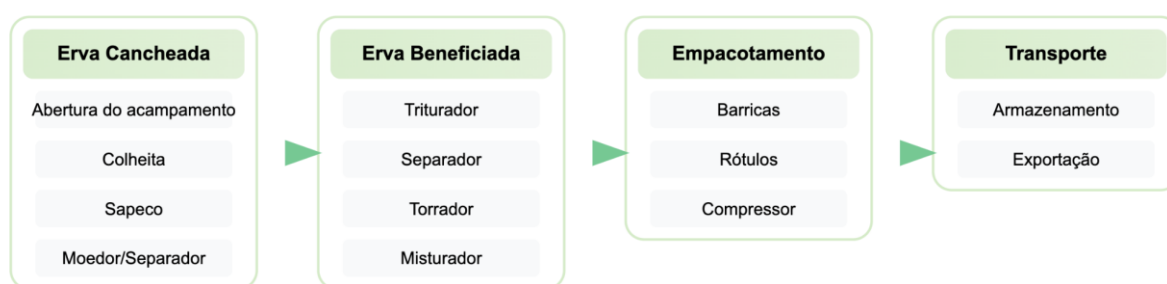
significativo aumento de produção não seria possível sem as constantes inovações técnicas que geraram esse considerável aumento da produtividade.

Essas inovações não se resumiam, apenas, à inserção do motor a vapor. As novas ligas metálicas, desenvolvidas também na Europa e utilizadas na indústria ervateira, aumentavam a resistência e precisão dos moedores, peneiras e esteiras mecânicas. Ademais, o processo nos engenhos a vapor, quando comparado ao barbaquá, gerava uma erva com menor sabor e cheiro de fumaça (Rosa e Souza, 2019), já que, com a criação de um sistema de aquecimento indireto, a queima da madeira não mais ocorria diretamente sob as folhas, mas sim em um compartimento separado. Mesmo antes da implementação das indústrias, a junção dessas técnicas era implementada por estrangeiros que conheciam previamente o produto que era aceito pelos consumidores tradicionais:

Esses estrangeiros que aqui vieram com capitais “estrangeiros” fabricavam mate para chimarrão de acordo com a prática adquirida em seus países, Argentina e Paraguai, e de acordo com as receitas dos importadores portenhos. Essas “receitas” significavam as proporções de paus, palitos, folhas, goma ou pó, etc., que entravam na composição do tipo de chimarrão exigido pelos importadores. Cada marca lançada no consumo argentino ou paraguaio representava uma receita tal qual como se faz ainda hoje para os mercados uruguaio e chileno (Bacilla, 1940, p. 15-16).

Em suma, para atingir as qualificações do produto a ser exportado, primeiro havia um processo para transformá-la em erva cancheada¹⁷, e, passado outra etapa, ela se tornaria beneficiada, com características mais refinadas, bem como esquematizado abaixo:

Figura 1. Etapas do beneficiamento da erva-mate.



Fonte: Dados de Rosa e Souza (2019, p. 30). Elaborado pela autora (2025).

Como é possível identificar na primeira etapa da figura 2, inicialmente era feita a abertura de acampamento no erval que fora identificado e, então, a colheita. Nessa etapa, o processo

¹⁷ A erva-mate cancheada é o produto resultante da trituração da erva após o processo de secagem, seguida de peneiramento. O material peneirado passa a ser denominado erva cancheada, que pode ser usada diretamente para produção de chás ou, depois, passar por processos como o soque para chimarrão (Esmelindro *et al.*, 2002).

permaneceu praticamente inalterado desde o início da produção sistemática de erva-mate, havendo ainda o emprego de trabalhadores pobres, os tarefeiros, portados de instrumentos manuais (Rosa; Souza, 2019). Nas demais etapas, os novos protótipos estavam postos: essa erva colhida era sapecada, moída e selecionada, através de instrumentação mecânica movida a vapor. Obtinha-se, a erva-mate cancheada, que podia seguir no engenho para beneficiamento, ou ser assim embalada e destinada à exportação.

Na próxima etapa, o beneficiamento propriamente dito, a erva cancheada era triturada, selecionada (separada), torrada e, então, misturada. Essa mistura era a etapa contrária à separação – a partir dessa mistura é que se obtinha a erva-mate moída grossa ou moída fina, cada qual com uma porção específica de folhas, talos e palito. Obtinha-se, desta forma, a erva pronta para o consumo.

A elaboração mecânica reduz o número de operações, alivia o trabalho penoso do homem e proporciona um produto mais uniforme. Uma das suas vantagens consiste em que enquanto a sapecagem, a secagem e a trituração ou cancheamento nos cilindros movidos à máquina podem durar dez minutos, no preparo manual a duração é, pelo menos, de dez horas. Exigem, no entanto, investimentos que estão acima das possibilidades do pequeno produtor, que é a maioria esmagadora dos que produzem erva-mate (Costa, 1995, p. 27).

Como ressaltado no trecho, a diferença de duração entre o preparo manual e a mecanizada era significativamente menor, tratava-se de $\frac{1}{6}$ do tempo necessário anteriormente. No entanto, ao tempo em que a mecanização substituiu a força humana, a necessidade de capital para compra de maquinário tornava essa tecnologia restrita aos abastados.

Depois de beneficiada, essa erva-mate era empacotada nas barricas feitas de araucária (*Araucaria angustifolia*), teoricamente tornando o armazenamento mais higiênico e apresentável (Rosa; Souza, 2019). Quanto à preferência dos consumidores pelas barricas do que pelos surrões, existia divergência entre os públicos: para o mercado europeu, havia espanto, um certo encantamento, mas não necessariamente uma aversão; já para o mercado latino, sabe-se que ao menos os argentinos tinham um claro apreço pelos surrões, visto que por eles a qualidade da erva era mais conservada. De toda forma, com o aumento exponencial de exportação e o decréscimo da atividade pecuária na região Sul, a continuidade dessas embalagens feitas com o couro do animal não seria possível (Linhares, 1969).

Exponencialmente cresceram as fábricas de barricas voltadas à erva-mate. Presentes há longa data na listagem de utilidades produzidas por artesãos toneleros, o uso de barris para transporte de vinho aparece desde relatos de Heródoto na Mesopotâmia. No Brasil, essa introdução ocorreu a partir do século XIX por imigrantes, sobretudo italianos e portugueses, que passaram a utilizar as madeiras nativas, em especial a araucária, para armazenar bebidas

alcoólicas (Bertholdo, 2023). Devido a sua alta capacidade de conservação, puderam ser empregadas para o armazenamento e transporte de erva-mate.

Imagem 1. Barricas sendo produzidas em Curitiba.



Fonte: Biblioteca IBGE.

Partindo da linguagem primária, a imagem 1 representa o fazer sistemático da tanoaria, acompanhados de ferramentas simples. Os homens aparecem bem trajados, em um ambiente sem a serragem comum às marcenarias; são apenas ripas milimetricamente cortadas e empilhadas ao lado de arames que sustentavam os barris. Além disso, percebe-se uma diferenciação no acabamento: alguns arames estão expostos, e outros recobertos. Supostamente, o barril, quando finalizado, teria esse acabamento mais fino.

O aspecto mercadológico da substituição dos enormes surrões de couro por embalagens menores e mais habituais possibilitou a expansão das fronteiras comerciais, bem como tratado em diversos momentos na obra de Temístocles Linhares. De acordo com o autor, no século XX, mudado seu invólucro, o mate finalmente se tornou digno do mercado europeu. Em detrimento dos surrões em couro, a comercialização a partir de embalagens menores e de “rótulos artísticos, dourados e cromolitografias, a exemplo das mais preciosas conservas de Paris, de Nantes, de Bordeaux ou Marselha”, permitiu ao mate, finalmente, “ser apresentado em Paris, não se envergonhando de si mesmo” (Linhares, 1969, p. 163).

Imagem 2. Barricas de erva-mate sendo destinadas à exportação.



Fonte: Acervo Uriel Nogueira.

Não obstante, a indústria de barricas também se tornou um setor econômico de bastante prestígio. Valendo-se da disponibilidade da madeira e, por outro lado, admitindo a escassez de couro para os surrões, as tanoarias se tornaram uma importante indústria derivada da indústria de erva-mate, chegando a fazer parte dos investimentos dos próprios ervateiros. Essas novas embalagens são o foco da fotografia obtida no Acervo Uriel Nogueira, acompanhadas pela legenda: “Erva mate embarcado no porta-avião norte-americano ‘Enterprise’ / oferecido pelo Instituto Nacional do Mate / Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1938”:

Imagem 3. Barricas e caixotes de erva-mate para exportação (1938).



Fonte: Acervo Uriel Nogueira.

Enfileiradas lado a lado, as embalagens de erva-mate estão sistematicamente dispostas em um amplo local aberto, com árvores espaçadamente plantadas, postes de tripla iluminação e muro de balaústres, que, provenientes da cultura renascentista, são utilizados em locais cuja arquitetura se objetiva imponente (Ferreira, 2014). Estrategicamente planejada, tais elementos revelam a importância da fotografia, sendo a exportação destinada ao ainda não conquistado mercado estadunidense, e para apresentação de um novo produto: o chá mate.

À esquerda da foto, as barricas de madeira estão sobrepostas por embalagens menores – algumas redondas e resistentes, parecendo latas, outras em papel maleável. Tanto nas barricas quanto nas embalagens arredondadas há a identificação “Indus”, e, nas de madeira, está escrito: “Mate extra superior / Indus / Departamento Nacional de Indústrias e Comércio / Rio de Janeiro”, cujo departamento fazia parte do INM. Atentando-se à escrita “Mate extra superior”:

As palavras “extra” e “especial” correspondiam a níveis das categorias de padronização, mas as demais expressões eram argumentos afirmativos da qualidade do produto, visando destacá-lo das ervas falsificadas ou de qualidade inferior. [...] acredita-se que o esforço argumentativo dos fabricantes para ganhar credibilidade em meio as falsificações e a baixa qualidade era um elemento essencial na composição gráfica e textual dos rótulos (Gerhardt, 2013, p. 86).

À direita, os caixotes estão pirografados com um imponente leão, marca da empresa Leão Jr. & Cia. S/A, acompanhado de “Use e abuse” e por “Matte Leão”, que havia sido lançado nesse mesmo ano. O formato de mate para infusão, o chamado chá-mate, veio a ser o principal produto da Leão, a maior empresa de erva-mate do Brasil.

Mesmo com todas as inovações, é necessário reforçar que as modernizações na cadeia produtiva não foram comuns a todo território, nem a todos os produtores. E é nesse ponto que chegamos a um dos principais norteadores dessa discussão: os produtores que possuíam seus ervais, realizavam a colheita e cancheavam o mate, não necessariamente eram os que beneficiavam e exportavam. Ao tempo em que vendiam suas produções para beneficiamento em outras indústrias, perdiam boa parte de seus possíveis lucros para os grandes industriais.

O órgão fiscalizador desse setor, o INM lançou, em 1961, um documento que orçava o cancheamento de erva-mate em barbaquá:

Imagem 4. Custo para cancheamento de erva-mate no barbaquá.

ERVA MATE CANCHEADA - CUSTO MÉDIO DE PRODUÇÃO	
Preparo da bola - 15,00 a 25,00 (média)	20,00 a.
Frete médio à 15 Km	6,00 a.
	26,00 a.
Para 15 Kg de erva seca são necessários 40 Kg de erva crua.	
Assim 26,00 x 40 : 15 dá o custo de 69,32 a. ou <u>Cr.\$ 70,00 a.</u>	
Sapeco, secagem e cancheamento:	
Lenha: Preço- Feitio 30 a 40,00 p/m	
Transporte média 10/15 Km - 70 a 80,00 p/m	
Consumo : 1/4 de metro por arroba seca	
Custo médio no barbaquá : 110,00 p/m	
110,00 : 4 dá Cr\$ 27,50 por arroba seca.	
Mão de obra. Cálculo médio de Cr\$ 20,00 por arroba seca	
Custo de produção : -	
1º) Preparo da erva seca ,considerando serem necessários	
40 Kg de erva crua para uma arroba	70,00 a.
2º) Lenha	27,50 a.
3º) Mão de obra	20,00 a.
	<u>117,50 a.</u>
Custo total	117,50 a.
PREÇO DE VENDA EM CURITIBA Cr\$ 240,00	
Despesas: Imposto 5%	12,00
Frete médio	20,00
	<u>32,00</u>
Preço líquido ao Produtor	Cr\$ 208,00
Custo de Produção	<u>117,50</u>
LUCRO DO PRODUTOR	Cr\$ 90,50 p/arroba
=====	
Curitiba, 17 de julho de 1961.	
(a) José Lacerda Junior	
Representante do Governo do Paraná	
na Junta Deliberativa do I.N.M.	

Fonte: Acervo Uriel Nogueira.

A partir do documento da Imagem 4, é possível identificar que, já na segunda metade do século XX, 80 anos após a chegada dos engenhos a vapor, havia barbaquás que utilizavam lenha para o cancheamento. Essa apuração contraria a existência dos “ciclos de produção de erva-mate”, desenvolvidos tanto por Temístocles Linhares em 1969, quanto pela contraposição a ele desenvolvida pelas economistas Rosa e Souza, em 2019. O termo “ciclos” corrobora com a ideia de algo que possui um início e um fim estabelecido; entretanto, para o conseqüente surgir,

essa terminologia demanda que o anterior necessariamente tenha se encerrado, o que não aconteceu com a erva-mate – mesmo após o desenvolvimento da indústria da erva-mate, a etapa do cancheamento continuava sendo realizado.

A erva-mate produzida nos barbaquás, como explorado na fonte, tinha como destino a sede do INM em Curitiba. O produtor deveria arcar com os custos da propriedade, os custos da produção (mão de obra e madeira para queima), os impostos de 5% (a serem pagos ao INM) e o frete para a capital, onde a erva-mate já cancheada era destinada às indústrias para beneficiamento. Por fim, o lucro do produtor, por quilo, estava estimado em Cr\$6,33.

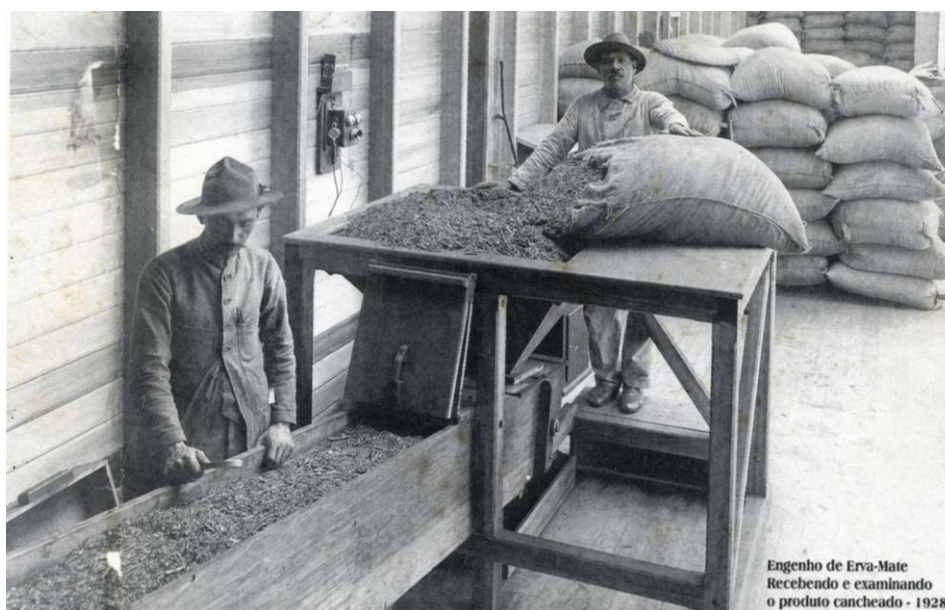
Nota-se, ademais, que esse documento não especifica o número de mão de obra empregada, mas somente o valor de Cr\$20 por arroba, pouco mais de Cr\$1,33 por quilo de erva-mate cancheada¹⁸, cujo pagamento seria dividido entre todos os trabalhadores. Esses trabalhadores, os tarefeiros, assim como consta no documento, recebiam por quilo produzido, e não um valor fixo por mês. Se fosse exigido que cada um desses trabalhadores recebesse o salário mínimo da época, a cada trabalhador empregado, o engenho deveria produzir pelo menos 10 toneladas de erva-mate cancheada¹⁹, o que significa colher mais de 26 toneladas de erva-mate. A partir dessa lógica, a garantia de direitos ao trabalhador do campo exigiria que ele colhesse e cancheasse quase 1 tonelada de erva-mate verde a cada dia, o que indiscutivelmente não era possível. Isso torna evidente o quão desprivilegiada essa classe era, se sujeitando a um salário irrisório que nem mesmo o órgão dedicado ao setor tinha pretensões de fiscalizar.

Depois de cancheada, nos engenhos a erva-mate seria beneficiada, visando atender às exigências do mercado externo. No entanto, inúmeros são os relatos de reclamação estrangeira sobre a qualidade da erva-mate brasileira. Não à toa, como mostra a imagem 5 (abaixo), obtida no Acervo Leão Júnior, o produto cancheado recebido era examinado no engenho, mesmo antes das exigências oficiais. Produzida pela maior empresa exportadora de erva-mate, a fotografia tem caráter publicitário, expressando a cautela que se tinha com o produto a ser comercializado. Nota-se, assim como na imagem 5, além dos mesmos trajes formais, a mesma limpeza do ambiente de trabalho, ainda que a erva-mate cancheada tenha uma densidade baixíssima e facilmente se dissipe.

¹⁸ Vale ressaltar que esse valor, por quilo, refere-se à erva seca, o que exigia mais de dois quilos e meio de erva colhida – para cada 15kg de erva seca, era necessário retirar da mata 40kg.

¹⁹ Para o cálculo, foi considerado o valor do salário mínimo de outubro de 1961, definido pelo Decreto nº 51336/1961, Cr\$13.440,00.

Imagem 5. Recebimento e exame de erva-mate cancheada (1916/1928).



Fonte: Museu Paranaense.

Vale ressaltar a imprecisão da data da fotografia. Na frente, no canto inferior direito, está impresso: "Engenho de Erva-mate / Recebendo e examinando / o produto cancheado - 1928". No verso, há uma inscrição a lápis, afirmando que: "Se for usar a foto Cida tira o ambiente e legenda / Erva cancheada sendo examinada - 1916". O motivo de divulgá-la como sendo 12 anos mais recente não é conhecido, mas com essa alteração a fotografia se aproximava de 1930, quando a padronização do produto destinado à exportação passou a ser exigida oficialmente. Acredita-se, portanto, que a empresa tenha atuado na pressão ao INM para que o exame da erva-mate se tornasse obrigatório, e que isso foi utilizado como publicidade para distingui-la dos demais industriais, que acataram essa exigência somente quando elas se tornaram mais consistentes, na década de 1950:

Nos anos 1950, foi proposta e aplicada uma classificação para o produto que levava em conta as peculiaridades na fabricação e a origem da erva utilizada. Essa classificação buscava evidenciar a diversificada preferência dos mercados consumidores internos e externos (Alencar, 1960; Paraná, 1965) e apoiava-se nos seguintes parâmetros: 1) procedência; 2) destino; 3) coloração; 4) uniformidade de coloração; 5) porcentagem de folha, pó, goma, talinhos e pecíolos; 6) granulometria das folhas. Em razão das semelhanças de paladar e de processos de transformação, os Estados do Paraná e de Santa Catarina compunham uma região, o Estado de Mato Grosso outra, e o Estado do Rio Grande do Sul ficava subdividido em outras três regiões (Chaimsohn; Souza, 2013, p. 100).

Devido às classificações exigidas pelo mercado externo, somente o Paraná e Santa Catarina tinham as características necessárias para exportação, induzindo os demais estados produtores (Rio Grande do Sul e Mato Grosso) a ingressarem no mercado interno (Chaimsohn;

Souza, 2013). Abaixo está outra planilha orçamentária produzida pelo INM, que informa agora aos engenhos:

Imagem 6. Custo de beneficiamento de erva-mate no engenho.

CUSTO DE PREPARO DA ERVA MATE CANCHEADA PARA EXPORTAÇÃO			
BASE DE 1.500.000 QUILOS			
Erva Mate (uma arroba)			240,00 a.
Mão de Obra: 8 operário e 1 feitor c/Prev.Social:			
Despesa anual 1.200.000,00 : 1.500.000kg x 15			12,00 a.
Administração e Gastos Gerais:			
Ordenados: Gerente, sub-Gerente Contador e			
3 Diretores. 150.000,00 x 12	1.800.000,00		
Telegr.Telef.e Seguros	500.000,00		
Gastos diversos e Impostos	600.000,00		
	2.900.000,00		
3.000.000,00 : 1.500.000,00 = 2,00 x 15			30,00 a.
Gastos de Vendas: Taxas ao I.N.M.	2,59		
Vendas e Consig. 4,95%	1,88		
Comissão de 3%	1,14		
Frete ao porto	1,00		
G.Embarque e Cons.	1,30		
	7,91 x 15		118,65 a.
Embalagem:			
Saco e barbante e marcação : 4 a.			34,35 a.
			435,00 a.
			=====
Preço de venda atual - US\$ 14.80 por 100 quilos.			
À taxa de Cr\$ 256,00 por dólar = Cr\$ 37,88 kg.			
Venda:- Cr\$ 37,88 x 15			568,20 a.
Custo:-			435,00 a.
Lucro:-			133,20 a.
			=====
			133,20 : 15 = Cr\$ 8,88 POR QUILO
Curitiba, 17 de julho de 1961.-			
JOSÉ LACERDA JUNIOR			
Representante do Governo do Paraná			
Na Junta Deliberativa do I.N.M.			

Fonte: Acervo Uriel Nogueira.

Primeiramente, a diferença mais evidente está no detalhamento do gasto com pessoal. A mão de obra, que se refere aos trabalhadores do chão de fábrica, tem, além dos salários, um custeio para a Previdência, que garante a seguridade social quando esse trabalhador perde suas capacidades produtivas. Os 8 operários e o feitor, 9 profissionais, somados, custam Cr\$0,80 por quilo de erva beneficiada. Os demais, empregados em cargos de diretoria ou administrativos, que, somados, são 6 profissionais, custam Cr\$2 por quilo de erva beneficiada.

Ao se transformar a erva-mate *in natura* em erva-mate cancheada, o lucro obtido após a venda era de Cr\$6,33 por quilo produzido. Já ao transformar a erva-mate cancheada em beneficiada, o lucro obtido com a venda era de Cr\$8,88 por quilo produzido. Conclui-se que os engenhos, responsáveis pela produção da erva beneficiada, lucravam 40% a mais que os barbaquás.

Para se chegar à cancheada, o aparato industrial necessário não era tão significativo quanto ao da beneficiada; mas, do outro lado, para se obter a erva beneficiada, não se fazia necessário a posse de terras com ervais. No entanto, quando se trata da economia, os que mais lucravam eram, também, os mais privilegiados no acesso aos créditos, cujas políticas institucionais estavam fortemente vinculadas às expectativas dessa classe. Os grandes empresários do mate só conseguiram se manter operantes devido às instituições bancárias (Costa, 1995).

Em comparação, nota-se no primeiro orçamento uma maior importância dada aos custos de matéria-prima utilizada, enquanto no segundo, aos empregados, onde fica evidente o destaque tanto em salário, mas, principalmente, os benefícios recebidos pelos trabalhadores da indústria, como Previdência Social e participação nos lucros.

Ademais, a localização de cada uma dessas estruturas estava muito bem delimitada. De um lado, a capital do estado e, do outro, a região interiorana, característica esta que por si só designava diferentes padrões de economia, de vida e de sociabilidades (Navarro, 2019). Sobre tais sociabilidades, vale a pena ressaltar que a economia ervateira, além de ter sido um impulso para crescimento industrial e rodoviário, foi também responsável pelo crescimento demográfico do interior e, na vida urbana, influenciou movimentos intelectuais e artísticos. Como exemplo, pode-se citar o Museu Paranaense, que está residido em um antigo casarão da família Leão, e a universidade mais antiga do Brasil, a Universidade do Mate, atual Universidade Federal do Paraná (UFPR), construída em 1912 (UFPR, 2023), quando o *boom* da erva-mate já realocava os dividendos para setores da educação e cultura. Anterior à construção do prédio próprio na Praça Santos Andrade, a universidade estava alocada na antiga residência dos ervateiros Manuel e Ascânio Miró, proprietários do engenho Ascânio Miró & Cia.

Imagem 7. Primeiro prédio da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Fonte: Acervo particular Paulo José da Costa.

Nesse prédio era lecionadas 7 graduações: Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), Engenharia, Odontologia, Farmácia, Comércio, Medicina, e Cirurgia e Obstetrícia (UFPR, 2024). Havia, portanto, a preponderância nos cursos direcionados à saúde, mas também direito, engenharia e comércio. Como observado pelo memorialista que resguarda o acervo, na imagem 7 há, junto ao mastro da bandeira, os dizeres "Scientia et Labor" (Ciência e Trabalho), nome da atual editora da universidade. Nota-se, também, a unanimidade de homens bem trajados, que pousam em frente ao prédio, reforçando a ideia de que a educação era um meio de reprodução das desigualdades sociais. O ensino superior era de iniciativa privada e, mesmo quando se trata da educação básica, a concentração das oportunidades educacionais restringia-se nas áreas urbanas e nas mãos da elite (Vargas, 2009).

A busca pela ascensão, mas a já detenção do capital, originava, portanto, impactos substanciais nas relações sociais e culturais nos centros onde os novos barões se instalavam. A economia ervateira, especialmente nesse período promissor, teve sua fortuna viabilizada pelas inserções de maquinário movido a vapor e de peneiras mecânicas na indústria de

beneficiamento, e pelo desenvolvimento de modernos invólucros feitos de araucária, prensados e marcados com os rótulos dos benfeitores. Considerando que as inovações tecnológicas abrangem não apenas o desenvolvimento de novas técnicas, mas também a aplicação sistemática das técnicas em sistemas sociais, econômicos e culturais mais amplos (Rozin, 2022), é possível reconhecer que a indústria do mate e suas subsidiárias (as metalúrgicas, as barricarias e as litográficas) conquistaram um impacto mais significativo no território, moldando sistemas de poder e cultura. No entanto, ainda assim essa indústria dependia da erva-mate cancheada de cidades interioranas, onde as tecnologias permaneciam inacessíveis aos ervateiros mais pobres, que não usufruíam dos mesmos prestígios. Ficaram, então, restritas a um grupo seleto que, detentor do capital, esteve na gênese da industrialização do mate.

2 A DOMINAÇÃO: O CAPITAL COMO FORÇA MOTRIZ

2.1 PARQUE INDUSTRIAL

Antonio Bacilla, em *O Drama do Mate* (1940), é contundente ao afirmar que a indústria do mate brasileiro foi, desde sua gênese, escravizada pela Argentina e pelo Paraguai. Fundadores de engenhos de soque em Paranaguá, o paraguaio D. Francisco Alzugaray e, no ano seguinte, o espanhol D. Manoel Miró,

Esses dois estrangeiros que fundaram a indústria de soque de mate entre nós, vieram com a receita no bolso dada pelos importadores portenhos, "únicos distribuidores do produto e proprietários das marcas lançadas no consumo". Nesse mesmo bolso vinha o dinheiro para fundar a indústria.

Como a indústria era boa, a moda se desenvolveu e alguns nativos levantaram os engenhos, também obedecendo ao mesmo sistema. Faziam uma viagem a Buenos Aires e a Montevideú, entravam em entendimento com novos distribuidores de mate e lançadores de novas marcas, traziam o dinheiro e tornavam-se meros fornecedores de mate socado. E fizeram-se por isso barões, comendadores e chefes políticos na província e, mais tarde, no Estado.

Assim, do lado de cá, no litoral brasileiro, levantaram-se os engenhos de soque como verdadeiros instrumentos dos interesses dos negociantes argentinos (Bacilla, 1940, p. 16).

Como denunciado por Bacilla, os primeiros ervateiros serviram como modelo para os novos industriais, já que tinham suas riquezas crescentes a custas do produto paranaense, além de serem um dos poucos modelos de negócios de sucesso no território – a incipiente indústria paranaense se limitava, sobretudo, ao beneficiamento de produtos primários ou extrativos, especialmente a erva-mate e a madeira (Bertagnoli, 1978).

Os novos industriais do mate, quando comparados aos primeiros ervateiros brasileiros de sucesso, aumentaram a escala, mas seguiram na mesma lógica comercial: a adequação plena aos interesses estrangeiros. Tratando-se de industriais brasileiros que buscavam conquistar um espaço de atuação nesse comércio, iam para a Argentina e para o Uruguai, arranjavam novos distribuidores e lançadores de novas marcas, arrecadavam investimentos e passavam a fornecer erva-mate socada, substancialmente desvalorizada frente à beneficiada.

De acordo com o Recenseamento Geral de 1920, havia 44 indústrias de erva-mate no Brasil em 1907, que somavam 4975 operários.

Enquanto em 1880 havia 53 engenhos em funcionamento no Paraná (ANEXO A), em 1930 se tem conhecimento de 22 engenhos de erva-mate no estado:

Tabela 1. Engenhos do Paraná em 1930.

Curitiba	Jordão Mader & Cia
	Guimarães & Cia
	David Carneiro & Cia
	F. F. Fontana & Cia
	Leão Junior & Cia
	Xavier de Miranda & Cia
	Nicolau Mader & Cia
	V. Correia & Cia
	B. R. de Azevedo & Cia
	Cia. Industrial Brasileira
	Da Veiga & Cia
	Souza Araujo & Cia
	Macedo & Filhos
	Ascanio Miró & Cia
	Lima, Martina & Cia
	Oxilio Sichero & Cia

Ponta Grossa	Adalberto Araujo & Cia
Rio Negro	Eugenio La Maison
	Jordan Gerken & Cia
	Alfredo de Almeida Junior
	Emilio Von Linsingen & Cia
Lapa	José Lacerda

Fonte: Acervo Uriel Nogueira. Elaborada pela autora (2025).

Grande parte dos engenhos listados se trata de empresas cuja razão social é composta pelo nome civil completo, sempre de homens, ou somente o sobrenome, acrescido de “& CIA” (o mesmo que “& companhia”) para indicar a existência de outros sócios. Quanto às limitações que a fonte apresenta, vale ressaltar que essa listagem de engenhos é oficial, e o parâmetro utilizado para definir qual centro de beneficiamento se enquadrava ou não como um “engenho” não está especificado. Além disso, em 1930 não havia um órgão oficial dedicado à erva-mate e na fonte não consta qual instituição foi responsável pelo levantamento. No entanto, ou esse documento foi formulado pelo governo estadual, no mandato de Affonso Camargo ou de Mário Tourinho; ou, se foi pelo governo federal, é provável que seja oriundo do Ministério do

Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1930, ao qual o INM (1938) foi subordinado antes de passar para o Ministério da Agricultura (Fernandes, 2018). De toda forma, é possível que houvesse outros engenhos em outros municípios, porém não oficializados e, portanto, não citados.

Trabalhando com essa fonte e outras bibliografias, nota-se que em 1930 não havia engenho em Paranaguá, localização preponderante no século anterior (Costa, 1995). Mesmo o interior do estado sendo importante centro de colheita, dada a disponibilidade de erva-mate, o beneficiamento distante do porto só se tornou viável após a construção das ferrovias que interligam esses municípios. A Estrada de Ferro passou a funcionar em 1885, ligando Curitiba ao porto de Paranaguá. Em 1891, foram construídos os trechos entre Curitiba e Ponta Grossa, e, no intermédio dessa, outro trecho que chegava a Rio Negro. Não coincidentemente, são estes os municípios que possuíam engenho de beneficiamento de erva-mate.

Ainda que, anteriormente à construção da estrada de ferro, tivesse sido inaugurada a Estrada da Graciosa (1878), também ligando Curitiba a Paranaguá, a ferrovia tinha como superioridade a rapidez e o transporte em maior volume. Possibilitada pelas mudanças logísticas, no início do século XX houve uma migração dos engenhos do litoral em direção a Curitiba, tornando a capital do Estado o mais importante centro de beneficiamento, com 16 dos 22 engenhos do Paraná. Os demais engenhos estavam localizados em Ponta Grossa, Rio Negro e Lapa, distantes a não mais que 120km da capital. As quatro cidades têm em comum o fato de constituírem historicamente importantes centros da Rota dos Tropeiros desde 1730 até o final do século XIX, característica que influenciou fortemente a formação dessas vilas.

Aportada nos setores coloniais, Curitiba foi o ponto de encontro entre mineradores e pecuaristas, mas seu destaque econômico no século XIX advinha do extrativismo de erva-mate e madeira, facilitado pela oligarquia detentora de poder político e de capital. A erva-mate foi responsável pelo estabelecimento de Curitiba como polo econômico, cujas indústrias estavam também ligadas ao comércio de exportação, formulando um novo modelo de desenvolvimento para a região (Hensen; Lima; Staduto, 2013).

Partindo da listagem de engenhos paranaenses em 1930, foram selecionados dois deles para explanação: o engenho Adalberto Araujo & Cia e o Leão Junior & Cia, ambas originárias de Ponta Grossa, Paraná. Essa seleção ocorreu devido à disponibilidade de fontes, especialmente de informações colhidas no livro *A erva-mate* (1995) de Samuel Guimarães Costa e de entrevistas com os empresários da Moinhos Unidos, da Leão Jr., e da E. Jordan e Adalberto Araújo S/A, realizadas por Lucrécia Baron Bertagnoli na década de 1970. O objetivo dessa discussão é utilizar o jogo de escala para compreender a complexidade desse setor.

Mesmo considerando a importância da macro-história para o estabelecimento de conexões entre diferentes fenômenos, a redução da escala de observação, característica da micro-história, permite uma análise mais profunda das experiências individuais e locais, revelando complexidades que podem passar despercebidas em análises mais amplas (Revel, 1996).

Desta forma, o primeiro engenho a ser analisado é Adalberto Araújo & Cia, fundado em 1929 no centro de Ponta Grossa, na rua Dr. Colares nº 16-38 (Costa, 1995), cidade que era conhecida como “boca do sertão”, tendo em vista que interligava a região interiorana do Paraná com Paranaguá, o litoral exportador (Monastirsky, 1997). A ferrovia não apenas potencializou as economias locais, como também realocou o centro da cidade, que antes tinha como ponto de referência a igreja, para o entorno da estação ferroviária. Estrategicamente, o engenho Adalberto Araújo ocupava um prédio logo a frente à Estação Paraná²⁰:

Imagem 8. Engenho Adalberto Araújo & Cia.



Fonte: Museu Paranaense.

Na fotografia, nota-se, ao fundo, o prédio da estação de trem, e diversas carroças paradas em frente ao prédio da indústria ervateira pontagrossense, que utilizava do montante de erva-mate colhido nos Campos Gerais para beneficiar e destinar ao exterior através das marcas Diana, Adaline, Júpiter, Dianita, Rodolfo, Amorosa, Manzanares, Goya, Loma Quitita, Asencio, Aguada, Adalberto, Rodeio, A Chilenita, etc. (Costa, 1995).

²⁰ A Estação Paraná foi tombada como patrimônio cultural do Paraná em 1990, e até 2020 abrigou a Casa da Memória Paraná (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2024).

Além da Fábrica Júpiter de beneficiamento de erva-mate, Adalberto Araújo possuía também uma fábrica mecanizada para a confecção de barricas, que seria utilizada para exportação de mate (Costa, 1995). Era uma empresa com características paternalistas, cujo controle foi mantido por seu criador até seu falecimento, em 1972. Sem Adalberto Araújo, a fábrica interrompeu suas atividades (Bertagnoli, 1978).

Fundador e sócio majoritário da empresa, o coronel da Guarda Nacional Adalberto Carvalho de Araújo, nasceu em Imbituva (62 km de Ponta Grossa, pertencente aos Campos Gerais), em uma família da burguesia rural. Militar, empresário e político, Adalberto teve estreitas alianças com Getúlio Vargas – participou ativamente do golpe de Estado de 1930 e da queda da oligarquia de Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo, além de ter fundado a Imprensa do Paraná, responsável por divulgar o Jornal do Paraná, periódico utilizado para confrontar a União Democrática Nacional (UDN). Ao apoiar politicamente o presidente que atuaria de 1930 a 1945, e depois de 1951 a 1954, foi um dos empresários que pressionaram pela criação e foram atuantes nas políticas do INM (Bertagnoli, 1978).

O engenho Adalberto Araújo & Cia foi criado com o intuito de exportar erva-mate cancheada, mas a desvalorização de produtos primários fez com que voltasse suas atividades à beneficiada. Essa mudança no estágio do produto comercializado implica, além da contratação (ou capacitação) de funcionários especializados, o aumento do investimento em maquinário, especialmente quando destinados ao Chile e ao Uruguai. Esses dois mercados, que chegaram a adquirir 90% das exportações brasileiras em 1980, eram considerados um mercado exigente. Para tal, a alta qualidade da erva-mate era proveniente de uma secagem cautelosamente administrada, e pelo uso de diferentes etapas de peneiração, que é capaz de criar um produto uniforme e correspondente à granulagem especificada. Para tanto,

A tecnologia para beneficiamento empregada pelas Indústrias Adalberto Araújo S.A. era das mais modernas compreendendo a passagem da erva-mate cancheada por uma moenda de recepção, elevadores, peneira seletiva, transportador mecânico, moinho malhador e forno de retificação de umidade. A seguir a matéria prima era transportada por intermédio de uma esteira mecânica e de um elevador de caçambas ao silo de cancheada, em cuja parte inferior foi colocado um aparelho de medição para alimentar uniformemente o beneficiamento (Bertagnoli, 1978).

Tendo em vista a elevada tecnicidade do engenho, havia dependência de energia elétrica para seu pleno funcionamento. Originada pela estiagem, Adalberto relatou que a escassez de energia elétrica foi o motivo da paralisação da empresa em 1945. Esse tipo de problema só foi contornado na década de 1960 após a integração da ponta-grossense Usina de Kavanten às usinas de Curitiba e ao sistema paulista de energia. A energização dos Campos Gerais contou com estímulos fiscais à implantação de um moderno parque industrial, através da isenção de

impostos municipais por 10 anos. O grupo, identificando a época propícia a investimentos e a mudança nas embalagens de erva-mate, transformou a barricaria em uma fábrica de móveis (Bertagnoli, 1978).

Em se tratando de um bem de consumo destinado à exportação, mesmo com mercado consolidado através da garantia da qualidade, tanto esse grupo quanto às demais empresas ervateiras foram severamente impactadas pela lógica instaurada para além da América. Se o Paraná vendia para países que também eram aportados na exportação, o risco era altíssimo; ou seja, a dependência da economia ervateira estava, também, ancorada em todo o mercado ocidental, não apenas nos países com quem comercializava diretamente. Nesse sentido, a ruptura econômica ocorrida após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) gerou, na indústria paranaense, além da exposição das fragilidades dessa economia, uma reorientação do caminho: da produção de bens de consumo, houve uma guinada da produção de bens de capital (Hensen; Lima; Staduto, 2013).

Quando se trata especificamente da Adalberto Araújo & Cia, além da produção ervateira e das barricas, em 1944 o grupo fundou também a Cerâmica Aymoré S.A., que abasteceria o *boom* das construções civis em Ponta Grossa, cuja “produção era em torno de 200 mil unidades mensais, entre tijolos e telhas, chegando a empregar aproximadamente 100 operários” (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2024). Essa olaria permaneceu em funcionamento até 1980, quando as demais indústrias que estavam se instalando no município passaram a ter maior importância. Além desta, em 1949, o grupo se dedicou à agricultura cafeeira, e, na década seguinte, investiu nas plantações de pinus, adentrando no setor madeireiro (Bertagnoli, 1978).

É importante ressaltar que Ponta Grossa, município no qual a empresa estava fixada, durante a década de 1950 teve sua economia estagnada por perder a posição de principal entreposto comercial do Paraná. Somando-se a isso, a empresa Adalberto Araújo S.A. passava por uma crise de falta de matéria-prima, justificada pelo proprietário como resultado da quebra de contrato pela Federação das Cooperativas dos Produtores de Mate Paraná Ltda, que entregou pouco mais de 10% do prometido²¹ (Bertagnoli, 1978). Assim, mesmo sendo 1951 um ano favorável para exportação de erva-mate, a escassez de matéria-prima acarretou a paralisação temporária da empresa, fenômeno que se repetiu diversas vezes após 1964, mesmo com o município de Ponta Grossa retornando sua importância enquanto posto comercial.

Esse engenho de erva-mate de Ponta Grossa fechou em 1974, após a venda da Fábrica Júpiter. A empresa, que chegou a ter 60 funcionários, tinha uma capacidade produtiva de 4 mil

²¹ Questão das cooperativas e fornecimento da matéria-prima cf. capítulo 3.

toneladas anuais, mas operava sempre de maneira ociosa, produzindo, em 1959, a metade da capacidade, e, na década seguinte, 500 kg de erva-mate beneficiada por 13 empregados (Bertagnoli, 1978).

Voltando à tabela inicial, é possível verificar que, em 1930, a ervateira ponta-grossense Leão Júnior & Cia. já havia transferido suas atividades para Curitiba, em um movimento contrário à Adalberto Araujo S.A., que permaneceu no município até seu fechamento. A fábrica Leão teve como antecessor o Engenho Santo Agostinho, criado em 1901, que chama a atenção por ser um dos poucos que mantém, na essência, seu funcionamento – não com o mesmo nome, nem com os mesmos proprietários, mas como parte do conglomerado transnacional The Coca-Cola Company desde 2007, cujo chá-mate é vendido a partir da empresa Chá Leão, produzido nas fábricas Leão em Fazenda Rio Grande e em Fernandes Pinheiro, Paraná (Chás Leão, 2024).

Ainda em Ponta Grossa, quando a queima da madeira era utilizada como energia, o engenho foi acometido por um incêndio. Antes da energia elétrica, esse era um acidente comum que acometia essas indústrias, servindo como impulso à transferência do engenho Leão para Curitiba, na estrutura que antes pertencia ao Barão do Serro Azul (Bertagnoli, 1978), na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 253, no bairro Rebouças, cuja estrutura ainda persiste, incluindo o letreiro com o nome da empresa em uma fachada curiosamente preservada.

Assim como Adalberto, a Leão exportava a partir de várias marcas, sendo elas Matte Leão, Sara, Armiño, Dolores, Délia, Manon e Popular, Chimarrão Cysne (Costa, 1995); e também tinha como característica os múltiplos investimentos: em 1912 comercializava madeira; em 1923, através da empresa Agropecuária Leão Jr. S.A., engrenou na monocultura de café e, posteriormente, na atividade pecuária na Fazenda Curitiba, localizada em Jacarezinho; em 1933 passou a atuar na mineração de quartzo aurífero em Campo Largo; possuía também a Fábrica de Caixetas Leão Jr., aduelas e barricas, em Curitiba; a Fazenda Leonópolis e a Serraria e Laminadora Leonópolis, em Guarapuava; a Fábrica de Pasta mecânica, celulose e papel Leonópolis, no município de Inácio Martins; Serraria Maria Clara e Armazéns e Depósitos Leão Jr.; o Armazém Leão Jr. em Paranaguá; e a Empresa de Navegação Fluvial Leão Jr. Ltda. (Bertagnoli, 1978). Totalizava, então, um capital em ações de 25 milhões de cruzeiros, e mais de 47 milhões de cruzeiros em meios próprios²² em 1949 (Costa, 1995).

A empresa, tendo em vista esse vasto eixo de atuação, passou a controlar toda a cadeia produtiva de erva-mate: ao possuir uma empresa de navegação através do Rio Iguaçu, e ervais

²² Em economia, "meios próprios" referem-se aos recursos financeiros que uma entidade possui para financiar suas operações, investimentos ou projetos, sem recorrer a fontes externas de financiamento, como empréstimos ou investidores (Iudícibus, 2010), ou seja, sem envolver dívida ou capital de terceiros.

próprios em São Mateus do Sul, a Leão assegurava o abastecimento de matéria-prima; beneficiava em seus próprios engenhos; tendo em vista a escassez de madeira, investiu em fazendas com produções florestais, serrarias e fábricas de barricas; e, posteriormente, quando houve a alteração na embalagem de erva-mate, passou a produzir o próprio papel; além disso, possuía também depósito para armazenagem e armazém para comercialização.

Era uma característica dos grandes ervateiros não se limitar à produção ervateira – a atuação em outros eixos da economia era uma característica dos proprietários de engenhos de erva-mate, bem como da empresa Leão. Esses múltiplos investimentos levam a crer que, mesmo com as oscilações mercadológicas, para as empresas maiores o negócio do mate nunca deixou de ser lucrativo: os dividendos podiam deixar de crescer ou decaírem substancialmente, mas nada que levasse, impreterivelmente, ao fechamento por prejuízo. A característica de explanar os lucros da erva-mate, investindo em demais setores, possibilitou o despontamento do Estado na economia nacional, mas, ainda, aportadas no setor primário (quando, muito, no setor secundário), e pelo uso de recursos naturais. As ervateiras apostavam no setor madeireiro, na mineração, em olaria, e, com destaque, no setor cafeeiro, economia que monopolizava os grandes investimentos agrícolas no Paraná.

Os múltiplos investimentos indicavam, ademais, que o dividendo gerado pela erva-mate, apesar de instável, era o suficiente para inserir os industriais em outros setores, mas, também, para arcar com o estilo de vida luxuoso dos barões do século XX. Suas moradias, os palacetes, refletiam as influências de estilos arquitetônicos inspirados em países estrangeiros. O palacete Manoel Miró, Ascânio Miró e Leão Júnior foram construídos na virada do século por Cândido de Abreu, considerado o primeiro urbanista de Curitiba. Anos mais tarde, esse arquiteto adquiriu também poderes políticos, e, enquanto cunhado de Leão Júnior, tornou-se prefeito de Curitiba, deputado e senador (Rizzi, 2003).

O primeiro prédio da UFPR, que anteriormente pertencia aos irmãos Miró, foi destinado à instituição após a construção dos novos palacetes. Na nova residência de Ascânio Miró:

Destacava-se por seu torreão circular com cúpulas de placas de ardósia, sendo a organização da planta em retângulo com porão alto, platibanda vazada, guarda corpo em ferro e mirante ao fundo. [...] O ervateiro Manoel Miró havia construído sua residência com requintes inéditos. Os papéis de parede europeus, os arcos e os revestimentos, além do caprichoso partido arquitetônico apontado como sendo de Cândido de Abreu, davam um passaporte para preservação do imóvel (Rizzi, 2003, p. 22-23).

Não obstante, a família Leão construiu a Vila Lolita, para Ivo Leão, e a Vila Odette em estilo de chalé suíço para Agostinho Ermelino de Leão, com 755m²:

Imagem 9. Vila Odete.



Fonte: Acervo pessoal Paulo da Fígaro (2016).

A Vila Odette ficava ao lado do Palacete Leão Júnior, pertencente ao Leão pai, em uma região de chácaras que, no início do século XX, eram distantes da cidade, no Alto da Glória.

Imagem 10. Palacete Leão Júnior.



Fonte: Acervo pessoal Paulo da Fígaro (2016).

Como é possível observar na imagem 8, o Palacete possuía um

[...] requinte ainda não experimentado na cidade na época, evidenciado nos detalhes, como portões, grades e ferragens dos balcões encomendados na oficina de Augusto Gerhard (os primeiros com as iniciais dos proprietários); escadaria frontal com piso em mármore de Carrara; utilização de leões de cerâmica de Santo Antônio do Porto (mais antigos que a construção da residência, podendo ser remanescentes de alguma outra casa da família), para embelezar os jardins; madeiramento de imbuia trabalhada que reveste paredes e tetos; bandeiras de portas e janelas com vidros coloridos decorados com as iniciais dos donos da casa; e demais decorações e ornamentações externas, como frisos, máscaras, pinhas, pináculos, ferragens de bronze importadas da Alemanha e trincos de porcelana importados de Portugal (Rizzi, 2003, p. 98).

Essa influência externa não se limitava à arquitetura. No começo do século XX, a família Leão tinha profundas relações com a Europa, que modernizava sua lógica industrial e seu estilo de vida, permitida pelos lucros da erva-mate, que inclusive foi inúmeras vezes apresentada ao público europeu. No entanto, com as falhas na inserção desse produto nos mercados estrangeiros, o Paraná aportou sua exportação na madeira e no café, enquanto a erva-mate seguia restrita aos países que tinham como tradição o seu consumo.

A produção de erva-mate estava amparada, portanto, no mercado já estabelecido e na mão de obra nativa para transformar essa economia essencialmente rural, em uma economia industrial, sendo os barões do mate os responsáveis pela coerção estratégica que originou a classe operária para as novas indústrias.

2.2 A VERTENTE FABRIL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A modulação do trabalho operário nas indústrias de erva-mate tem suas origens com a implementação dos engenhos hidráulicos, nas cidades e em seus arredores²³. A grande mudança de cenário, da organização e do beneficiamento representam o início de um processo de especialização e mecanização que, mais tarde, seria ampliado e refinado com o avanço da industrialização e a introdução de tecnologias mais modernas, mas, ainda, mantendo as estruturas do trabalho.

Através do controle que exerciam sobre o mercado, os industriais determinaram quais atividades iriam para a fábrica, na cidade, e quais permaneceriam no campo, sob responsabilidade dos produtores autônomos, seus fornecedores. Mesmo dependentes da ampliação de produção dos ervais para o crescimento desse setor, a abundância de mão de obra disponível no meio rural permitiu que os industriais dividissem, também, os trabalhadores, levando para as cidades os mais experientes no beneficiamento. Entretanto, considerando que o êxodo rural não é um processo natural, para a criação da massa operária houve uma coerção

²³ Mesmo quando eventualmente eram instalados em áreas distantes dos centros urbanos, os engenhos atuavam como catalisadores do desenvolvimento local, atraindo pessoas e serviços, transformando o entorno rural em um novo núcleo urbano (Pereira, 1992).

dos agricultores praticada pelos burgueses, através da redução dos ganhos que tornou inviável a permanência no campo, ao ponto de terem como única alternativa se tornarem operários nos centros urbanos (Pereira, 1992). Ou seja, uma existência que já era desafiadora²⁴, foi golpeada pela falta de retorno financeiro, inviabilizando a resistência, e, conseqüentemente, a permanência no campo. Os que conseguiram, seguiram com as técnicas artesanais de cancheamento em meio aos ervais, mas os trabalhadores que seguiram para as cidades se depararam com um fazer estruturado e especializado, remunerado de acordo com a natureza da tarefa e regido pelo tempo das máquinas.

Os engenhos hidráulicos, preponderantes entre os séculos XVIII e XIX, contavam com equipes especializadas em funções como torrefação, peneiramento, pilagem e ensacamento. Os “forneiros” cuidavam da torrefação; os “coadores” peneiravam a matéria-prima; os “piloeiros” manuseavam os pilões que, a partir da energia hidráulica, esmagava e quebrava as folhas de erva-mate, transformando-as em partículas menores; e os “ensurroadores” embalavam o produto em surrões de couro. Enquanto os forneiros, coadores e piloeiros recebiam por jornada de trabalho – os *jornaleiros* –, os ensurroadores eram pagos por peça, ou seja, conforme o número de surrões preenchidos. Essa diferenciação refletia uma estratégia de incentivo à produtividade, especialmente para os ensurroadores, que tinham maior controle sobre o ritmo de suas atividades, ao contrário dos piloeiros, cujo trabalho passou a ser ditado pela velocidade constante das rodas hidráulicas (Linhares, 1969). Com a mecanização, novas formas de disciplina e controle sobre os trabalhadores foram desenvolvidas, através de uma disciplina industrial que tornava as fábricas um ambiente constantemente monitorado para garantir a máxima eficiência e produtividade (Foucault, 1975). Essa figura central de vigilância era o *feitor*, que ordenava os trabalhadores e a produção, averiguando a qualidade do produto. A todos, entretanto, independente do grau de hierarquia no chão de fábrica, as normas gerais e o ambiente perturbavam:

O horário dos engenhos era das 6 às 6, com uma hora de folga para o almoço os operários, semi nus, cobertos de pó verde do mate, sendo eles, na maioria gente de côr, pareciam demônios movimentando-se naquele turbilhão de pó e barulho ensurdecedor de pilões e do rodar das peneiras [...]. Todos os engenhos eram movidos por máquinas a vapor, cujos apitos de manhã, ao almoço e a tarde formavam uma verdadeira sinfonia, pelo seu som conhecia-se o engenho; este é da Baroneza, este do Miró, aquele do Macedo e assim por diante " (Mio, 1951, p. 47 *apud* Stollmeier, 2013, p. 29).

Os que precisaram, então, migrar para as cidades, mesmo garantindo uma renda em dinheiro, se depararam com o desafio de não terem engenhos de erva-mate em funcionamento

²⁴ cf. capítulo 3.

durante todo o ano, devido à sazonalidade da colheita²⁵, necessitando ir trabalhar em outros setores (Pereira, 1992). Portanto, as condições de vida extremamente precárias, e, sobretudo, firmemente instituídas, acompanhavam o trabalhador onde quer que ele se estabelecesse, já que a miséria transcendia o ambiente.

O mau trato que a economia ervateira dava aos seus trabalhadores implicava a dependência do trabalho assalariado, a vulnerabilidade às flutuações econômicas, e, portanto, a necessidade de múltiplas fontes de renda. Enquanto gradualmente se inseriam as caldeiras a vapor e as máquinas específicas para cada etapa do beneficiamento – como torradores cilíndricos, peneiras mecânicas, engenhos de moer e prensas para compactação –, o conhecimento técnico, que antes pertencia aos operários, foi transferido para as máquinas. Esse deslocamento eliminou a necessidade de especialização individual, e o feitor passou a controlar os processos de forma centralizada. Com o tempo, entretanto, até mesmo essa função foi minimizada, à medida em que crescia a “arte de administração de pessoal” pelos burgueses paternalistas (Pereira, 1992, p. 47) e se fixavam fórmulas e processos automatizados.

Relatos da época indicam que a mecanização nem sempre era vista como uma forma de economizar mão de obra, mas sim como um meio de garantir maior controle sobre os processos e a qualidade do produto. No entanto,

Não podemos com isso supor que os exportadores de mate tivessem um compromisso apriorístico com a mecanização e com a utilização de mão-de-obra livre. A precocidade no recurso a trabalhadores livres deve ser encarada antes como uma fraqueza (uma acumulação de capital ainda incipiente) do que como um pretensão sinal de modernidade. Seria muito difícil imaginar que, para esses burgueses, as coisas se colocassem em termos de uma 'superioridade' histórico-econômica consubstanciada na exploração do trabalho livre. Como vimos anteriormente, mesmo o ingresso dos comerciantes na esfera da produção explica-se mais plausivelmente como parte da disputa por uma margem maior de lucro do que como uma implementação prática de um ideário centrado na valorização da eficiência como fim em si mesma (Pereira, 1992, p. 46).

Portanto, mesmo que se tratasse do emprego do “trabalhador livre”, e não mais de um escravizado, a exploração foi continuada, gerando uma perpetuação, embora com outra roupagem, dos problemas sociais. O novo papel dos trabalhadores consistia em não mais compreender o processo em sua totalidade, mas sim na atuação efetiva em uma etapa específica da cadeia produtiva. Por meio de normas e protocolos preestabelecidos, essa fragmentação das tarefas está intrinsecamente ligada às dinâmicas de concentração e acumulação de capital, que

²⁵ “Na já então província do Paraná, Zacarias de Goes, seu presidente, decretou, em 1854, a primeira lei da exploração ervateira no Brasil, um regulamento severo que fixava o período de colheita, as formas de acondicionamento da erva, bem como proibia a mistura de elementos estranhos pela imposição de severas multas” (Padis, 1981 *apud* Chaimsohn; Souza, 2013, p. 24).

integra a mão de obra ao aparato produtivo (Hensen; Lima; Staduto, 2013). Com a industrialização, cresceu a “arte de administração de pessoal” (Pereira, 1992, p. 47) – seguindo o caráter paternalista, desprezava-se as características individuais, dando origem a um trabalho alienado, no qual o produto do trabalho é identificado como um objeto estranho, uma existência que independe do indivíduo. Com isso, “quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menos ele se pertence a si próprio” (Marx, 1844/2025, n.p.).

Conforme crescia o número de trabalhadores inseridos na economia de mercado, atuando como coletores de erva-mate ou como mão de obra temporária nos engenhos, maior se tornava o poder de absorção da cadeia produtiva privada. O modo de trabalho estabelecido neste território escravocrata – baseado na coibição da independência, na insegurança e na supressão de direitos –, esbarrou na necessidade de manter esses indivíduos eficientes, mesmo em liberdade, especialmente porque havia uma existência conjunta, nas fábricas e nas cidades, dos ex-escravizados e da população livre. Surge, portanto, a necessidade de *positivar* esses indivíduos e construir uma *sociedade civilizada*, compreendida como a formação de uma *sociedade do trabalho*. Para moldar a classe operária, o processo de industrialização nacional manteve uma clara relação com a criação de legislações que promoviam uma imagem do trabalho associada à civilidade. A partir da década de 1880, o controle sobre possíveis desvios da moralidade pública por parte dos trabalhadores refletia em regulamentos municipais que previam detenções por embriaguez, multas pelo porte de armas de fogo, restrições a batuques sem autorização policial e proibições relacionadas a jogos de azar. O trabalho foi, desta forma, legitimado como um instrumento disciplinador, vinculado à noção de civismo, ao tempo em que se assegurava que “quanto mais dedicado e abnegado o indivíduo for ao trabalho, tanto mais moralizado está” (Karvat, 1998, p. 27).

A disciplina era, portanto, o que justificava a importância da indústria para a manutenção da civilidade da população geral. Mesmo que o ambiente por si só já fosse desafiador, as normas passaram a reger a existência desses indivíduos:

Imagem 11. Inscrição fixada no Moinhos Unidos Brasil Mate S.A.



Fonte: Stollmeier (2013).

Um exemplo da rigidez foi encontrado em uma inscrição fixada na antiga estrutura da Moinhos Unidos Brasil Mate S.A., a produtora dos Chás Real, cuja empresa é uma fusão de importantes ervateiras – David Carneiro & Cia, BR de Azevedo, Jordão Maeder, Fábricas Fontana, José Lacerda –, que, em 1953, se uniram para reduzir seus custos de operação e evitar o fechamento, bem como ocorrido com outras empresas tradicionais (Bertagnoli, 1978). Antes de se tornarem uma só, a David Carneiro & Cia, em 1910, definiu estratégias através de normas trabalhistas, concedendo privilégios a quem seguia as regras. Como exemplo, reduziu a escala para 8 horas, desde que não faltassem na segunda-feira, e formulou diretrizes de conduta, incluindo normas de higiene e hábitos pessoais, como a recomendação de evitar a embriaguez, indicando o alcoolismo como um problema social amplamente disseminado entre os operários, inclusive durante o trabalho. Nesses locais, eram fortalecidas as crenças dos setores dominantes e a identidade nacionalista, tendo, em todas as salas, o Cristo crucificado e uma bandeira do Brasil. Além disso, desde a década de 1940 era realizado festas de fim de ano que visavam celebrar o nascimento de Jesus, quando se distribuía gratificações de Natal. Ademais,

[...] eram oferecidos serviços médicos e dentários com disposição de uma farmácia que atendia também à família do operário. Férias anuais e remuneração de Natal também são comumente citados. A aposentadoria era integral aos operários com 25 anos de serviço ou aposentados por invalidez por acidente de trabalho. Em caso de falecimento, a família receberia uma quantia equivalente a dois anos de serviço. Também é mencionada a existência de uma escola noturna para trabalhadores e seus filhos, de frequência não obrigatória (Carneiro, 1965 *apud* Stollmeier, 2013, p. 41).

Ao lado de David Carneiro & Cia, a fábrica Leão Jr. foi popularizada como pioneiras na “humanização de vida do operariado”:

Na fábrica do Portão, a fábrica tinha refeitório, onde os proletários pagavam uma parcela mínima por repasto, e assistência médica e hospitalar gratuita [...]. Anteriormente à legislação trabalhista, a Leão Jr. concedia férias e gratificações de Natal equivalentes ao décimo terceiro salário. Os antigos operários recebem participação dos lucros excedentes e os mais novos o P.I.S. (Bertagnoli, 1978, p. 237).

Aos operários da sua fábrica, a empresa Leão Jr. prestava uma série de auxílios, havendo até mesmo premiações destinadas aos funcionários destaques. Além disso, na década de 1920, construiu um conjunto residencial para os operários, a Vila Leão, que continha 30 casas e ficava nos arredores da nova fábrica (Schwinden, 2001 *apud* Memória Paraná, 2025), localizada no Portão, em Curitiba (Bertagnoli, 1978):

Imagem 12. Casa para funcionários da Leão Junior.



Fonte: Coleção Leão Júnior, disponível no Memória Paraná (2025).

Aparentemente, o oferecimento dessas fábricas aos trabalhadores era motivo de orgulho ao empresário, já que ela se encontra, no acervo, emoldurada por madeira e vidro, assim como outras fotografias importantes da empresa. No entanto, ainda que esteja inscrito no verso da fotografia que se tratava de uma “casa operária”, sabe-se que a Leão Júnior foi a grande exportadora do século, e que nessa década, sem dúvidas, já possuía mais de 30 funcionários. Portanto, as casas que se diziam destinadas a operários, visavam acomodar uma pequena

parcela deles, possivelmente os superiores. Além disso, o funcionário precisava pagar por elas com as gratificações de Natal, equivalentes ao 13º salário (Bertagnoli, 1978).

Ainda que uma análise desse caso específico não tenha sido encontrada, estudos a respeito das vilas operárias indicam que o controle social exercido pelas empresas paternalistas, como era o caso da Leão Júnior, implica na submissão do trabalhador, já que a perda do emprego resultaria, também, na perda da moradia. Ao tempo em que o sistema fabril separou o ambiente de trabalho do ambiente de morada, as vilas operárias representavam uma perpetuação estratégica de hábitos desejáveis: morar no trabalho implicava na regulação do comportamento através da vigilância constante da vida privada, havendo uma pressão moral e social que interfere nos hábitos familiares; as jornadas extras passam a ser justificadas pela moradia, devendo o empregado ter disponibilidade permanente para o trabalho; e, dado o isolamento social, esses trabalhadores têm dificuldade de reivindicar direitos ou de se organizarem em sindicatos (Rago, 2018; Reis, 2020).

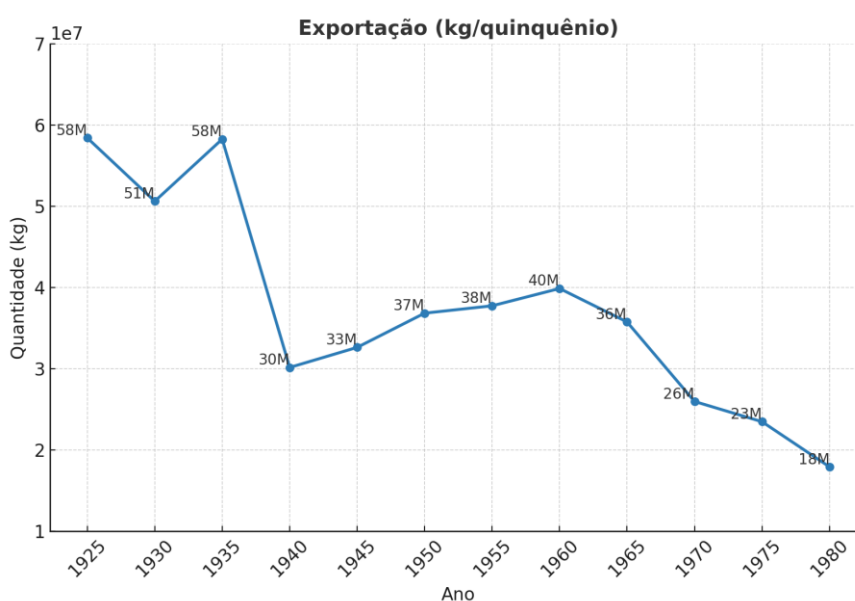
Através da fidelização do empregado, seja através das moradias ou das premiações àqueles que se destacavam, se deu a *positivação* dos trabalhadores pela Leão Júnior, bem como de outras grandes ervateiras, como a David Carneiro & Cia. Incitando a gratidão entre os empregados superiores, assegurava-se o sentimento de identidade e pertencimento a ser proliferado dentre os demais operários. Controlando os encarregados, portanto, era refreada qualquer resistência que pudesse ser instalada, problema que se tornava cada vez mais frequente em diversos municípios brasileiros. Como no começo do século XX havia eclodido fortes movimentos sindicais do operariado, a disciplina conquistada pelos grandes industriais do mate teve notoriedade. Baseando-se no sistema de dependência que essas empresas conquistaram com seus funcionários, o governo populista passou a se dedicar para tornar esses trabalhadores, também, aliados ao Estado. Formularam, assim, diversas leis²⁶ que posteriormente originaram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que, ao tempo em que garantia a ampliação de direito aos trabalhadores das demais fábricas, também controlava e disciplinava o movimento operário (Gomes, 1979). Os trabalhadores, portanto, seguiram regidos, mas agora por duas categorias de poder: o capital e o Estado.

²⁶ Nos anos 1930, foram implementadas quatro importantes leis que estabeleceram as bases para a futura CLT: a Lei da Nacionalização do Trabalho (1931) estabeleceu a obrigatoriedade de 2/3 de trabalhadores brasileiros nas empresas; a Lei Sindical (1931) criou o modelo de sindicato único por categoria, sob controle do Ministério do Trabalho, estabelecendo o sindicalismo oficial; a Carteira Profissional (1932) foi instituída como documento obrigatório para registro da vida profissional dos trabalhadores urbanos; estabeleceu-se a jornada de 8 horas diárias e 48 horas semanais para trabalhadores do comércio e indústria (1932) (Luz; Santin, 2010).

2.3 POLÍTICAS DE FACHADA

Mesmo com o êxito na administração interna dos engenhos, durante a década de 1930, a economia ervateira sofreu uma queda abrupta, imediatamente após ter atingido seu maior índice de exportações:

Gráfico 2. Exportações de erva-mate do Paraná (1925-1980).



Fonte: Dados de Exportação, Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

Se tratava, sobretudo, de uma conjuntura complexa de elementos que já eram reconhecidos como arriscados, mas que foram trazidos à tona com a Crise de 1929. Inúmeras foram as negligências a seu respeito, mas a maior delas, sem dúvidas, ocorreu com a delimitação de estratégias de mercado aos países que tradicionalmente compravam erva-mate, sem que houvesse ações efetivas dos industriais ou do governo brasileiros para essa ampliação. O nicho já conquistado pelo Paraguai foi hiper valorizado frente ao estabelecimento de políticas visando atingir o consumidor nacional ou novos países. Na Europa, mesmo com a parceria comercial estabelecida, a erva-mate não teve vez devido ao estranhamento do produto:

Por deficiência de propaganda em mercados novos e pela forte concorrência de similares, como o café, o chá da Índia, o cacau, a erva-mate não conseguiu uma aceitação de relevo no mercado mundial, ficando circunscrita aos tradicionais importadores (Costa, 1995, p. 46).

Apoiados na manutenção de consumidores já estabelecidos, nos quais a distância não acrescia grandes custos à produção, a economia ervateira brasileira dependia essencialmente da

estabilidade da Argentina, do Uruguai e do Chile para sua sobrevivência; bastava uma oscilação econômica em algum desses três países, que toda a cadeia extrativista seria atingida (Bertagnoli, 1978). E foi exatamente o que aconteceu. A Argentina, a maior importadora da erva brasileira (Costa, 1995), foi sumariamente prejudicada com a Grande Depressão, especialmente por ter suas políticas econômicas pareadas com as da Europa e dos Estados Unidos. A Crise de 1929 colocou fim ao grandioso processo de acumulação de riquezas do país, usufruído desde a *Belle Époque* (1871-1914), cuja população, que detinha uma alta qualidade de vida, com poder de compra reduzido diminuiu drasticamente as importações (Bermúdez, 2009), incluindo a erva-mate.

A partir da crise vivenciada, o governo argentino, sob pressão da elite, adotou práticas protecionistas e passou a investir veementemente nas propriedades rurais, consideradas as únicas capazes de estabilizar o país. Essa economia agroexportadora, desde então, através do estabelecimento de preços mínimos e de melhorias tecnológicas, viu sua indústria engrandecer (Bermúdez, 2009). Com o projeto de industrialização intermediado pelo Estado, a Argentina foi, gradualmente, se tornando autônoma na produção de mercadorias básicas. A erva-mate brasileira passou a ser comprada ainda em estágio cancheado, para que todo processo industrial gerasse lucros nacionais, valendo-se de tecnologias igualmente importadas de países europeus. Anos mais tarde, com seus ervais já estabelecidos a partir de monocultivos, os argentinos deixaram, por completo, de adquirir erva-mate brasileira (Bertagnoli, 1978).

A perda gradual do maior comprador de erva paranaense, e, posteriormente, a própria concorrência com essa produção, expôs as fragilidades que se delineavam por décadas: mercado restrito, baixa inovação tecnológica e ausência de investimento estatal na indústria e na manutenção dos ervais.

Agravando a situação paranaense, ocorreu uma redefinição de fronteiras que há décadas se delineava: congregando-se à Santa Catarina, o atual Planalto Norte se separou do Paraná. Essa era uma importante região detentora de ervais nativos, cultivados a partir do sistema de caíva²⁷, que deixou de contribuir com os índices de produção no Estado.

Tendo em vista os prejuízos substanciais que a erva-mate vinha sofrendo, as políticas paranaenses passaram a incentivar a ocupação das regiões mais distantes da capital. Para além do Paraná Tradicional, surgiam novos povoados no Oeste e no Norte paranaenses. Na região Norte, com o solo fértil de terra roxa e proximidade com São Paulo, houve grande investimento

²⁷ De maneira similar aos faxinais paranaenses, o sistema de caíva, característico de Santa Catarina consiste na vegetação com sub-bosque aberto como pastagem natural (CEDERVA, 2020).

visando a produção cafeeira. Não à toa, ano após ano, o café foi tomando o lugar de destaque que era antes pertencente à erva-mate, atingindo, em 1931, o primeiro lugar em exportação do Paraná. Mesmo um ano após seu auge, a economia ervateira agora competia pelas políticas do estado e por trabalhadores que, convictos da segurança no setor cafeeiro frente ao trabalho temporário da erva-mate, passaram a migrar de setor. Essa situação foi, sobretudo, evidenciada no estado do Mato Grosso²⁸, que passou por uma verdadeira crise pela falta de mão de obra (Bertagnoli, 1978).

O Paraná tinha, pela primeira vez, sua base econômica em um produto que não era proveniente do extrativismo. Partindo de um investimento eminentemente paulista, foi nos monocultivos de café aportada a economia desenvolvimentista estadual entre 1930 e 1960, causando um crescimento vertiginoso da população paranaense entre as décadas de 1940 e 1960, quando 3 milhões de habitantes se instalaram nesse estado (Bertagnoli, 1978).

Mesmo que as ocupações do Norte Pioneiro tenham acarretado o rápido desenvolvimento agrícola e fundação das primeiras cidades na região (Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procopio), o lucro real obtido pela atividade não era reinvestido no estado, mas sim em São Paulo (Costa, 1995). Tal fator levava a um conflito entre os tradicionalistas, que acreditavam na potencialidade da economia ervateira, e entre os progressistas, que defendiam a implantação de novos cafezais onde quer que houvesse terra propícia. Entretanto, a erva-mate tinha sobre o café a vantagem da autonomia das indústrias, enquanto o café exigia um beneficiamento em São Paulo, do Rio de Janeiro ou de Belo Horizonte, destinando a essas cidades a maior parte do lucro obtido pela exportação.

Especialmente entre os anos 1925 e 1935, as exportações de mate, já em crise, oscilavam ano a ano. Havia, em determinado ano, um aumento do preço da erva-mate; e então, a mando dos industriais, era feita a colheita nos ervais e destinação para beneficiamento. Esse movimento, ao se espalhar dentre boa parte dos produtores, acarretava a superprodução e consequente queda dos preços. A partir disso, percebendo a desvalorização do produto, os industriais abandonavam a erva-mate e se dedicavam a outras atividades. O resultado: subprodução. No próximo ano, com a falta de mate no mercado, os preços subiam novamente, e então havia muita produção; depois, desciam; e subiam, e desciam.

Na busca por crédito, os exportadores de erva-mate, que admitiam o risco iminente de extinção de suas empresas, seriam ainda vítimas da manipulação do mercado cambial pelo

²⁸ As terras do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul formavam um só estado até 1977, no governo de Geisel (Correa, 2014).

monopólio do Banco do Brasil (BB). As taxas de exportação, seja de erva ou de madeira, deveriam obrigatoriamente ser negociadas com o BB. Caso não tivessem relação com este banco, seria necessário vender suas coberturas e conquistar novamente seus limites de crédito. Foi nesse momento de crise, que, em 1928, o governo do Estado, através de um empréstimo federal, criou o Banco do Estado do Paraná (Banestado). Até o fim do século, esse banco perdurou sob título de um dos mais sólidos sistemas financeiros públicos (Salviano Junior, 2004), concedendo crédito agrícola para lavradores de diversas culturas a longo prazo e à baixa taxa de juros (Bertagnoli, 1978).

Mesmo que os agricultores da erva-mate pudessem fazer essa solicitação, as possibilidades reais de obtenção de financiamento se restringiam àqueles que tinham capacidade de oferecer garantias e que eram representados pelas relações políticas e econômicas, essenciais para o acesso ao crédito. Com a exclusão de grande parte da população, os pequenos produtores passaram a ceder ao assédio dos representantes de moinhos estrangeiros, em destaque os argentinos, que chegavam a financiar aqueles que acordassem enviar a erva cancheada para beneficiamento em Buenos Aires e Rosário. Nesse contexto, a negociação não era realizada diretamente com os agricultores, mas com os intermediários responsáveis por fazer a captação de possíveis “sócios”, cujos produtores eram excluídos das políticas de fomento do Brasil. Tal prática, ao se alastrar pelo Paraná e por outros estados, passou a prejudicar os grandes engenhos brasileiros que compravam a erva cancheada dos produtores e a beneficiavam para exportação (Costa, 1995). Não aceitavam que empresas estrangeiras também fizessem aquilo que eles faziam há décadas.

Existia, entretanto, a parcela da população que conquistava esse crédito; porém, dada a decadência dessa economia, o lucro obtido não era capaz de arcar com as parcelas do financiamento. Novamente, o controle do comércio da erva-mate foi transferido para o intermediário argentino. Cientes dessa vulnerabilidade dos produtores, os intermediários reduziam progressivamente o valor pago pela erva-mate, e os ervateiros, pressionados pela necessidade de arcar com seus compromissos bancários, acabavam aceitando preços cada vez mais baixos pelo seu produto (Bacilla, 1940).

Quando se pensa nas causas primeiras do capitalismo, teoricamente seria através da competição pela mercadoria que o produtor poderia exigir um preço mais elevado. Acontece que, ao comercializar a erva apenas cancheada, não havia exportação de produtos industrializados, o que repercutia diretamente na arrecadação pelo Estado. Para agravar, tendo em vista a atuação dos intermediários, não necessariamente essa erva cancheada, vendida diretamente ao exterior, passaria por inspeção. Ou seja, a crescente presença de intermediários

implicava em perdas aos industriais brasileiros e ao próprio governo, o que repercutia nas políticas aduaneiras e na taxa de câmbio. A longo prazo, os produtores se viram obrigados a cobrar menos, e, dada a reorientação política e econômica ao café – as políticas econômicas estaduais agora protegiam e investiam no setor cafeeiro, e, com o fortalecimento do câmbio, a erva-mate brasileira se tornou menos competitiva – a classe dos burgueses ervateiros lutava para manter sua posição privilegiada, aportando-se em suas conquistas históricas e pressionando o Estado.

A venda da erva-mate cancheada, em detrimento do comércio de beneficiada, tornou-se um problema cada vez mais complexo. O Paraguai, findada a guerra nacional, além de ter perdido 40% do território, levou décadas para reconquistar sua soberania. No entanto, quando isso ocorreu, voltou a disputar os mercados que haviam sido tomados pelo Brasil. Nessa disputa, acabou o Brasil precisando fornecer à Argentina a erva-mate peneirada, para que fosse misturada com a paraguaia, mais barata, mas que possuía muitos talos. Essa questão de mistura entre uma erva-mate de maior qualidade com uma de menor, em muito se parece com o que ocorre atualmente: a erva-mate agroecológica, potente e nutritiva, é utilizada para saborizar o *blend* com a erva-mate de monocultivos, cujo sistema alterou as características naturais da planta em busca de maior produtividade. No caso paraguaio, é evidente que, ao se colher mais talos, a produtividade por área é aumentada, pois não se trata apenas da colheita das folhas, mas de um componente significativamente mais pesado, o que contribui para seus preços inferiores. No entanto, o consumidor argentino seguia preferindo a erva brasileira, dando origem ao cenário ideal para que os industriais de seu país passassem a misturar os dois tipos de erva.

Sabendo disso, reafirma-se a acusação de Bacilla:

Aqui, éramos meros colhedores do produto nativo e exportadores da matéria-prima, sem marca, para que os moageiros argentinos fizessem dele o que bem entendessem. Quer dizer que passamos o controle do produto de nossas mãos para intermediários argentinos. Era como quem pede aos estranhos para colherem sua roça e fazer do produto o que lhes parece razoável (1940, p. 34).

A alegação de baixa qualidade da erva-mate brasileira, utilizada para justificar a falta de desenvolvimento da indústria nacional, era, portanto, falsa, ou, no mínimo, anacrônica; tratava-se – e ainda se trata – de um produto excelente, que inclusive era elogiado pelos argentinos. Essa narrativa, segundo ele, mascara a verdadeira razão: a dependência e submissão aos comerciantes argentinos, que controlavam o mercado e impunham preços baixos ao produto brasileiro, apesar de reconhecidamente superior. A suposta questão da qualidade servia, portanto, como pretexto para manter os produtores brasileiros em posição de desvantagem, perpetuando o controle argentino sobre o comércio da erva-mate. A dependência dos produtores

em relação aos intermediários argentinos, agravada pela necessidade de financiamento bancário e curtos prazos de pagamento, forçava a venda do produto a preços baixos, consolidando a dominação argentina sobre o mercado.

Um dos episódios que mais evidenciam esse domínio está no chamado “contrato de rebaixa”:

A nossa loucura era tamanha, por causa da falta de dinheiro, que houve um tempo em que os argentinos impuseram aos nossos exportadores os "contratos de consignação", a que chamavam contratos de "rebaixa" [...]. O exportador brasileiro fazia um contrato de venda com o importador argentino de tantos milhões de quilos ao preço de tanto, mas se, ao chegar a erva na Argentina, esse importador tivesse oferta de preço menor de qualquer outro exportador brasileiro, o preço seria esse último [...]. A mentalidade dos exportadores brasileiros de mate ficou tão perturbada que aceitavam isso como norma de comércio, sacudindo os ombros como se não houvesse meios de remover tal calamidade (Bacilla, 1940, p. 35).

A soberania do comércio nacional não estava, nesse contexto, discutida efetivamente, especialmente porque não havia, desde o século XIX, iniciativas estatais que interferissem de fato na erva-mate. O que ocorria eram legislações estaduais voltadas a alguns pontos específicos, tal como a qualidade e a taxaço, mas não que houvesse a pretensão ambiciosa de controlar o mercado. Esse liberalismo econômico era apoiado pela imprensa – a exemplo do *Diário da Tarde*, de Curitiba –, e, sobretudo, pelos industriais. A presença do estado só era convocada em caso de conflitos maiores, nos quais os governos estaduais atuavam como um intermediador, mas não como regulador (Fernandes, 2019).

Mesmo os interesses particulares prevalecendo, os industriais fizeram algumas tentativas de firmar acordos entre si visando a superação da crise, e pressionaram o Estado a implantar e financiar. De acordo com o Acervo Uriel Nogueira, a nível estadual, em 1928 foi implementada a Lei Fontana, através da qual o governador do Estado Affonso Alves Camargo autorizava o Poder Executivo a criar um Instituto de propaganda e defesa da erva-mate. Essa medida foi a precursora da organização estadual visando regular a questão ervateira. Ao final do mesmo ano, foi aprovado o estatuto e oficializada a criação do INM, com sede em Curitiba, cidade onde havia o maior número de indústrias dedicadas ao setor.

Acreditando no potencial do consumidor interno, o INM foi responsável pela criação de agências de comércio de erva-mate em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Ceará; mas, quanto à exportação, seguiram com as mesmas práticas e, conseqüentemente, com os mesmos problemas. Absorvendo das ideias nacionalistas surgidas com o governo de Getúlio Vargas, os Institutos criados nos três estados do Sul passaram a discutir sobre a necessidade de criação de um Conselho Nacional, que representasse os estados produtores e fixasse um preço mínimo por arroba. O problema era que cada um desses estados produtores pretendia, através do Conselho

Nacional, defender seus próprios interesses, elemento que postergou a criação de um instituto de esfera nacional (Fernandes, 2019).

Não houve, a partir de 1935, produção total paranaense que superasse 40 mil toneladas de erva-mate exportada, sendo que em 1925 e em 1935 o índice era próximo a 60 mil toneladas. Isso significava que, a partir de 1935, nenhuma política, seja do Governo do Estado do Paraná, ou do Governo Federal, foi capaz de conter os, ao menos, 40 pontos percentuais de queda de produção.

Fruto da política intervencionista do Governo Federal adotada na década de 1930, a criação do INM ocorreu em 1938, sendo concedido à autarquia plena autonomia econômica, técnica e administrativa, ficando também competente à criação de normas que gerenciavam o setor ervateiro. Para tal, a Junta Deliberativa foi órgão responsável pelo controle e orientação ao INM. Essa Junta, por mais que seus decretos firmasse o compromisso com a democracia, elegeu seus representantes de forma concentrada e excludente, especialmente quando se diz respeito aos trabalhadores (Fernandes, 2019).

Havia uma distinção clara entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva da erva-mate. Os comerciantes, posteriormente denominados exportadores, detinham o controle sobre a exportação da erva cancheada, enquanto os industriais, além de se responsabilizar pela colocação da erva beneficiada nos mercados consumidores, exerciam significativa influência em outros elos da cadeia produtiva, consolidando-se como grupos econômicos de grande relevância. Apesar das distinções entre esses dois grupos, verificava-se uma convergência de interesses, refletida na escolha de um único representante para a Junta Deliberativa (Fernandes, 2019).

Em contrapartida, a categoria de "produtor", definida nos regulamentos como pessoa física ou jurídica responsável pela extração da erva-mate em propriedades próprias ou arrendadas. Sob a perspectiva do INM, o produtor, também denominado cancheador, não participava diretamente da comercialização ou exportação de sua produção, ficando dependente de intermediários ou exportadores, o que estabelecia uma relação de subordinação inevitável com esses agentes.

Eram os industriais exportadores o foco principal do INM, e o perfil desses industriais em muito parecia com as políticas firmadas pelo INM. Por mais que Vargas estivesse, em paralelo, supostamente governando para as camadas populares, os índices de exportação demonstraram que, ano após ano, o que se formava era o oligopólio, e as leis trabalhistas por ele criadas visavam, justamente, aportar esses grandes industriais. Ainda que o mercado esteja em constante reorganização, absorvendo capitais e mão de obra especializada (Hensen; Lima;

Staduto, 2013), nesse contexto havia a predominância de oligopólios e uma desigualdade estrutural entre o grande e o pequeno capital, com consequências que favoreceram o controle de determinados segmentos de mercado pelos grandes agentes econômicos.

Os oligopólios, por sua natureza, são seletivos e tendem a se consolidar em setores da economia que apresentam maior expansão. Essa dinâmica está diretamente relacionada à tendência geral de concentração de capital, que reforça a desigualdade competitiva. A concentração de capital – seja por meio da oligopolização ou do aumento do grau de monopólio – gera condições diferenciadas de concorrência, exigindo das empresas um planejamento estratégico que contemple projeções de mercado amplas o suficiente para orientar suas políticas de investimento em equipamentos e diversificação de produtos. Entretanto, essas práticas de planejamento são acessíveis apenas a uma elite de empresas, o que evidencia a falta de integração entre essas iniciativas privadas e o planejamento público. Essa desconexão compromete o diálogo entre os interesses corporativos e as políticas públicas, aprofundando os desafios estruturais do sistema econômico (Hensen; Lima; Staduto, 2013).

Além desse caráter de exclusão, a direção da Junta Deliberativa “era geralmente entregue a políticos que estavam eventualmente sem mandato parlamentar, sujeitos a toda a sorte de injunções e pressões dos setores econômica e politicamente mais influentes” (Costa, 1995, p. 69). Não havia, portanto, uma seleção cautelosa da sua direção, ficando esta destinada a parlamentares que, mesmo compreendendo de assuntos políticos, não tinham profundo conhecimento sobre a economia ervaiteira. Desta forma, ainda que a diretoria fosse formada por membros externos, o INM acabava gerida pelos industriais mais bem-sucedidos.

O poder econômico não se trata apenas da posse de recursos materiais, mas também do capital simbólico, um reconhecimento social que *legitima* o que determinado grupo possui (Bourdieu, 2010). Partindo desse viés, o simbolismo em torno da erva-mate, enquanto uma riqueza local que fomentou o progresso e o desenvolvimento, corroborava para o enaltecimento dos barões, que afirmavam sua autonomia e importância no cenário nacional. Essas oligarquias locais utilizavam seu capital simbólico para influenciar a política, financiando campanhas e ocupando cargos públicos. Os privilégios são, assim, exportados e recebidos através de riquezas para esses industriais.

Mesmo que se refira a todos como “industriais”, há de se ressaltar que não se trata de uma classe homogênea. Para compreender a atuação de cada empresa na exportação paranaense, foi feita a digitação, manual, de todas as tabelas de exportação obtidas no Acervo Uriel Nogueira, cujo período compreende 1945 a 1960, 1968 e 1969. O interessante dessas tabelas é que, além

dos números totais de exportação, estão nelas descritas quais foram as empresas que exportaram, devidamente acompanhada pelo local de destino e quantidade exportada.

Mesmo que se trate de tabelas de exportação, que são os dados quantitativos predominantemente fornecidos por órgãos oficiais, o levantamento do histórico do comércio da erva-mate foi analisado sob viés qualitativo a partir da perspectiva da história social. Essa abordagem historiográfica permite compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permeiam os processos históricos, bem como utilizado por Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963). Ainda que os dados de exportação sejam, em sua essência, quantitativos – como volumes exportados, valores monetários ou destinos comerciais –, eles podem ser interpretados qualitativamente para revelar relações de poder, desigualdades sociais e impactos econômicos sobre diferentes grupos.

Dado o volume de informações, as tabelas foram tratadas através do Excel, com o uso específico da Formatação Condicional, que, conforme alimentada, permite o estabelecimento de padrões nos índices. Esses padrões foram utilizados tanto para análise das grandes indústrias quanto para compreender as empresas menores. Além disso, visando facilitar a análise, dada a descontinuidade dos dados e o recorte temporal da pesquisa, foram tomados somente os 15 primeiros anos, entre 1945 e 1960, respeitando o recorte temporal da pesquisa, mas que também já era possível verificar a efetividade das ações do INM.

Desta forma, as principais empresas exportadoras de erva-mate entre 1945 e 1960, com base nas somas totais das exportações, são as seguintes:

Tabela 2. Principais empresas exportadoras de erva-mate entre 1945 e 1960.

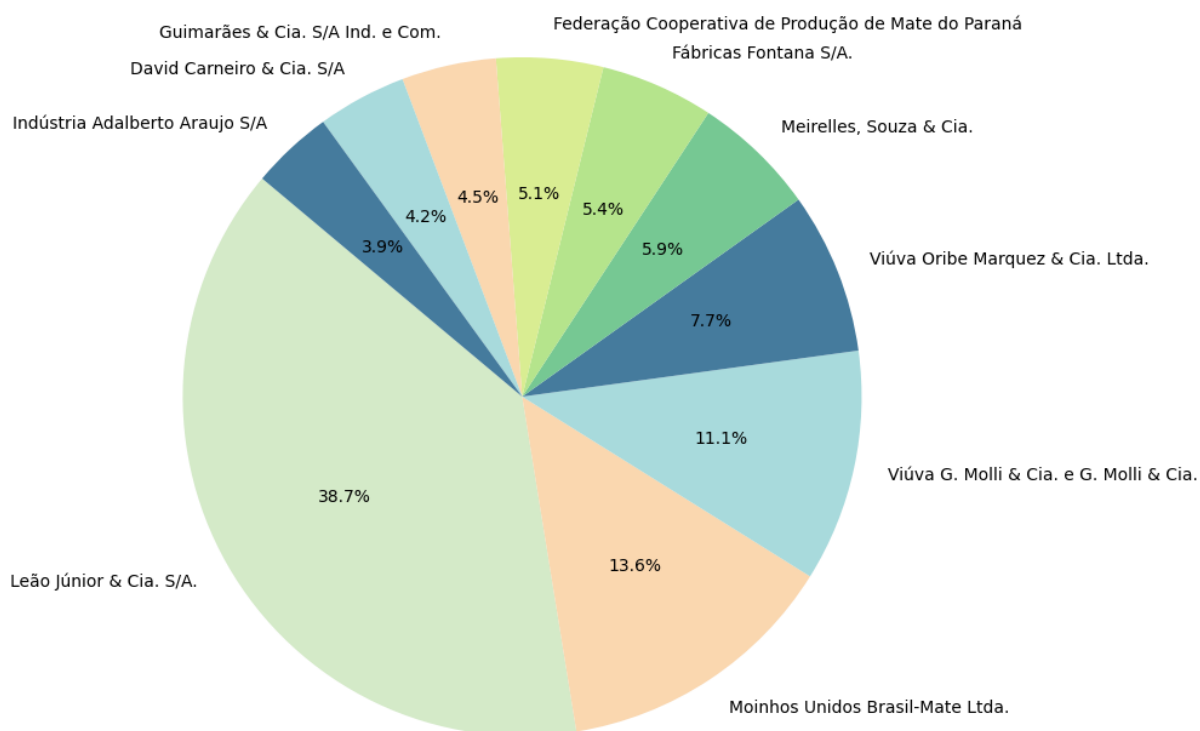
Empresa exportadora	Exportação (kg)
Leão Júnior & Cia. S/A.	187.396.428
Moinhos Unidos Brasil mate Ltda	65.718.367
Viúva G. Molli & Cia. e G. Molli & Cia.	53.575.115
Viúva Oribe Marquez & Cia. Ltda.	37.283.820
Meirelles, Souza & Cia.	28.582.701
Fábricas Fontana S/A.	26.132.568
Federação Cooperativa de Produção de Mate do Paraná	24.634.899
Guimarães & Cia. S/A Ind. e Com.	21.831.896
David Carneiro & Cia. S/A	20.549.563
Indústria Adalberto Araujo S/A	18.948.518

Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

Vale ressaltar que o terceiro colocado se trata, oficialmente, de duas empresas, mas que por serem da mesma família foram consideradas como uma só: até 1953, a empresa era gerida pela mãe, Viúva G. Molli & Cia., exportando 31.639.347 kg, e depois passou a ser dos filhos, nomeada como G. Molli & Cia., com 21.935.768 kg exportados.

Tornando esses dados um gráfico, a distribuição das exportações entre essas 10 empresas está representada:

Gráfico 3. Distribuição das exportações entre as principais empresas (1945-1960).



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

Mesmo considerando apenas as 10 maiores exportadoras, é possível perceber que havia um predomínio significativo das exportações pela Leão Júnior & Cia. S/A., atingindo quase 40% desse montante, seguido pela Moinhos Unidos, 13,6%, e pela família G. Molli, com 11,1%. As empresas menores tinham participações fragmentadas, sugerindo uma dependência das grandes exportadoras para a competitividade internacional. Isso reflete uma cadeia produtiva bem estabelecida, mas controlada por poucas empresas maiores, sobretudo pela Leão Júnior.

Além disso, durante 1945 e 1960, somente 9 empresas mantiveram a frequência exportação todos os anos, sendo estas:

- Leão Júnior & Cia. S/A;
- Viúva Oribe Marquez & Cia. Ltda.;
- Viúva G. Molli & Cia. e G. Molli & Cia.
- Meirelles, Souza & Cia.;
- Jordão Mader & Cia.;
- Indústria Adalberto Araujo S/A;
- Emílio von Linsingen & Cia.;

Bernardo do Amaral Wolff;

Firmino Pacheco Sobrinho.

A instabilidade desse fornecimento diz mais respeito ao mercado do que à falta de matéria prima, abundante no território. Desta forma, para garantir seus ganhos enquanto industrial ervateiro, havia a necessidade de atuar em outros setores da economia, sobretudo na agricultura, no processamento de produtos primários ou na indústria de base.

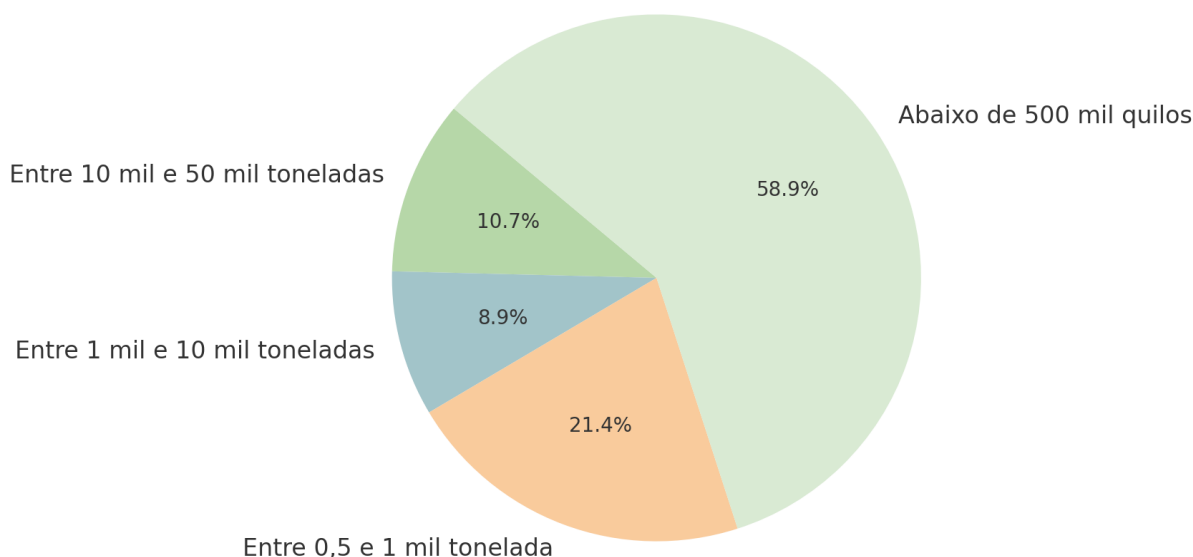
Se a economia ervateira era oscilante para os maiores, para os pequenos industriais, então, impossibilitados de atuar através de múltiplos investimentos, era um terreno altamente inseguro; mas, ainda assim, os deslumbres da exportação de um produto local atraía recursos das famílias de classe intermediária. Nesse período específico, mesmo havendo o domínio de exportações por grandes empresas, havia uma parcela significativa de empresas que exportavam em quantidades menores. Tratava-se, ao todo, de 114 empresas atuando na exportação de ervamate, apenas no Paraná.

Mesmo com o poderio dos grandes industriais, as tabelas de exportação revelaram que havia muitas outras empresas menores que também atuavam na exportação. Assim, as empresas foram divididas por categorias de exportação, seguindo os passos:

1. Calcular a soma total das exportações para cada empresa entre 1945 e 1960.
2. Classificar as empresas em categorias com base na quantidade de quilos exportadas:
 - a. Grandes exportadoras: entre 10 e 50 mil toneladas;
 - b. Exportadoras médias: entre 1 e 10 mil toneladas;
 - c. Exportadoras pequenas: entre 0,5 e 1 mil tonelada;
 - d. Exportadoras muito pequenas: abaixo de 500 mil quilos.
3. Gerar um gráfico de setores que mostre a quantidade de empresas em cada categoria.

Assim, obteve-se o seguinte panorama:

Gráfico 4. Número de empresas exportadoras de erva-mate entre 1945 e 1960.



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

A partir dos dados foi possível concluir que apenas 24 das 114 empresas exportaram mais de mil toneladas de erva-mate em 15 anos. Em comparação, isso representa praticamente 188 vezes menos que a exportação realizada pela Leão. No entanto, considerando que se trata de 90 empresas exportando pequenas quantidades, quando somadas, é atingido quase 9 mil toneladas de erva-mate exportada sem qualquer subsídio ou ação estatal efetiva; são 90 pequenas empresas desassistidas, com possibilidade de atuar na sociedade de maneira muito mais contundente do que o que foi obtido a partir de investimentos financeiros e políticos para uma ou duas grandes empresas. O INM, portanto, ao optar por simplesmente desenvolver políticas para grandes exportadores, estava deixando de atender boa parcela de empresas que aspiravam atuar regularmente na exportação, mas que eram impactadas por custos com transporte e tributos incompatíveis com sua produção.

Em 1938, o INM, visando contornar o impedimento da comercialização direta, designou os próprios industriais exportadores para a constituição de centros em nome da instituição, através da associação direta entre industriais e exportadores: o Centro dos Exportadores Brasileiro de Erva-mate (Centrex), e o Centro dos Industriais e Exportadores Rio-grandenses de Erva-mate (Centrilex). O INM passou, assim, a atuar como um monopsonio, estabelecendo

preços mínimos para os diversos tipos de erva, e como um monopólio, ao tempo em que era o único distribuidor (Bertagnoli, 1978).

Ao constituir o Centrex, os grandes industriais paranaenses:

[...] influenciaram diretamente no estabelecimento de cotas e de preços mínimos para todos os segmentos da cadeia produtiva (produção de cancheada, beneficiamento e comércio), encarregados que eram de estudá-los e sugerí-los para depois serem aprovados pela Diretoria do INM. O Instituto deu tanta importância a esses centros, que nos estados em que tiveram influência só comercializava ou exportava quem fosse membro deles (Fernandes, 2019, 126).

Enquanto existiu, entre 1939 e 1943, eram somente os industriais que faziam parte do Centrex que podiam exportar, sendo seus membros reduzidos a 23 cadeiras, a serem divididas entre Paraná e Santa Catarina.

O Instituto Nacional do Mate – monstruoso aborto dos institutos mirins do Paraná e Santa Catarina, além de sua obra nefasta de mentiras e órgão essencialmente e exclusivamente parasitário dos produtores de mate, que tem mais esse "filhinho" para sustentar com o seu suor e suas angústias, além da sua obra nefasta ainda fez uma coisa: criou o monopólio de exportação do mate e o distribuiu entre os comerciantes e modegueiros do mate, proibindo que os produtores organizados em cooperativas dele participassem.

Pois é esse mesmo Instituto que nos vai provar esta verdade a respeito da família Leão Júnior e o desenvolvimento do consumo do mate no Uruguai (Bacilla, 1940, p. 120).

Bacilla (1940) comenta que essas ações do INM tinham como objetivo favorecer um eixo de mercado específico: a erva-mate paranaense, agora, destinava-se ao Uruguai, compradora de quase metade da erva-mate beneficiada desde 1912 até, pelo menos, 1940, ano da publicação da obra. A relação da Leão Júnior com a empresa importadora uruguaia, Carrão & Cia., acabou por moldar as ações do INM:

Mas na realidade da exportação efetiva foi mais da metade exportada pela firma Leão Júnior, pois que muitos dos que ali figuram foi para efeito de diminuir o escândalo. Essas firmas contempladas, entre elas a Cooperativa dos Produtores de Mafra, não podendo exportar porque não tinha compradores e porque o Banco do Brasil – agência de Curitiba – não lhe fornecia câmbio, vendia sua cota pelo abono de 100 réis por quilo. Não é necessário dizer que os leões comeram o botim, por essa forma, quase que completo, para não desmentir a tradição do rei dos animais.

Para quem ia e para quem vai esse mate?

Para a firma Carrão & Cia.

De maneira que os negócios do mate, a nossa produção anual, para o nosso melhor consumidor – Uruguai, estão nas mãos de uma firma proprietária das marcas Sara, Arminho, etc., embora estas marcas aqui no Brasil figurem e registradas em nome da firma Leão Júnior. Mas o mercado brasileiro não interessa como consumidor nem à firma Leão Júnior, nem tão pouco a sua real firma proprietária do Uruguai (Bacilla, 1940, p. 121-122).

Enquanto Bertagnoli (1978) afirma que a atuação do INM foi indiferente para a economia, Bacilla afirma que “muitos dos que ali figuravam”, as 23 cadeiras do Centrex, “foi para efeito de diminuir o escândalo”, e que, portanto, a função do INM era proteger o “filhinho” (p. 120).

Nesse sentido, sugere-se que de oligopólio, situação na qual a economia ervateira se encontrava no Paraná até a criação do INM, a partir de 1938 se formou o monopólio, cujas ações conjuntas de empresas e do estado correspondiam aos interesses de uma empresa específica desse setor, a Leão Júnior.

Ainda que os índices expressem que nos 20 primeiros anos de atuação do INM tenha ocorrido um leve aumento de erva-mate exportada, o lucro obtido pelos produtores não acompanhava esse restabelecimento. Através da política de preços mínimos, o INM beneficiou o setor de beneficiamento e exportação, criando um desequilíbrio significativo na cadeia produtiva do mate. Com isso, os intermediários conseguiam obter margens de lucro expressivas, chegando a comercializar o produto por valores aproximadamente duas vezes maiores do que pagavam aos produtores primários, cuja situação ficou ainda mais evidente no período entre 1939 e 1942. Durante este intervalo, enquanto os preços estabelecidos pelo INM para o setor industrial e exportador foram reajustados periodicamente, os valores destinados aos produtores permaneceram estagnados, sem nenhuma atualização (Fernandes, 2019).

Através da exclusividade de exportação designada ao Centrex pelo INM, houve sérios prejuízos aos produtores e aos pequenos exportadores de erva-mate paranaenses. Mesmo os que já estavam estabelecidos na exportação anterior à criação do INM, esses anos de proibição de atuar no setor desestabilizou as empresas, dando origem aos índices que foram representados no gráfico 3. Quem não era um dos 23 membros do Centrex teve dificuldade de retornar à exportação após 1943.

Por outro lado, diante da contínua queda de exportação devido à queda de preços, emergia o poder de barganha dos industriais. Uma das articulações que mais surtiram efeito foi a ação conjunta dos sindicatos patronais da erva-mate de cada estado ervateiro. No Paraná, o Sindicato da Indústria do Mate (SINDIMATE) teve sua Carta Sindical expedida pelo Ministério do Trabalho em 1942 (Fernandes, 2019), mas foi apresentado por Costa (1995) como constituído desde 1935, já que foi proveniente das “experiências originárias dos primeiros anos da década de 1930, representadas pelo Sindicato dos Ervateiros de Joinville, Santa Catarina, fundado em 1931 e do Sindicato Patronal dos Exportadores de Mate de Curitiba, criado em 1935” (Goularti Filho, 2014, p. 118 *apud* Fernandes, 2019, p. 92). O SINDIMATE estava em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Vargas por meio do Decreto-lei 1.402/1939, atuando como associações profissionais que reuniam industriais e exportadores. Seus estatutos demonstravam a disposição de colaborar com os poderes públicos e outras entidades, visando a solidariedade entre as profissões e a subordinação dos interesses particulares aos interesses nacionais (Fernandes, 2019).

Com sede em Curitiba, o SINDIMATE do Paraná se tornou um braço dos grandes grupos econômicos como Leão Jr. e Fontana, defendendo os interesses da indústria (Bertagnoli, 1978). Entretanto, mesmo com as organizações, permaneciam os contratos firmados diretamente entre grandes indústrias e os comerciais estrangeiros, que nem sempre seguiam o que era acordado com o restante da classe. Os grandes exportadores conseguiam atuar em margens inviáveis aos engenhos menores – quem se sujeitava a lucrar menos, venderia mais, mas, se o lucro fosse ínfimo, a empresa estaria sujeita ao declínio.

Essa dependência do mercado para a própria continuidade da atividade ervateira foi um dos passos que engrenaram a instauração dos moldes capitalistas nessa produção. Não se tratava mais, simplesmente, de comprar barato, beneficiar, e vender caro. A corda-bamba na qual caminhava a indústria ervateira acarretou uma competição sem precedentes. Sem se restringir aos pequenos industriais, até mesmo as empresas maiores passaram a adotar outras formas de funcionamento – as empresas, que majoritariamente eram familiares, especialmente nos cargos de diretoria, nos momentos mais duros na crise mudaram suas políticas e contrataram especialistas para cada função, como a história da própria Adalberto Araújo (Bertagnoli, 1975).

Nesse mesmo período ocorria a Segunda Guerra Mundial, que acelerou o processo de industrialização brasileira. No entanto, o Paraná ainda mantinha uma posição relativamente periférica, como é possível observar na tabela:

Tabela 3. Participação da indústria paranaense no total da indústria nacional (1907-1970).

Ano	Participação (%)
1907	4,5
1919	3,4
1939	2,2
1948	2,9
1959	3,2
1970	3,0

Fonte: Cano, 1990; 1985 *apud* Hensen; Lima; Staduto, 2013.

Entre 1939 e 1948, período que engloba a guerra, a participação industrial do estado permaneceu baixa, variando de 2,2% para 2,9% do total nacional. Isso ocorreu porque o estado ainda estava fortemente ancorado na economia agrícola, especialmente na produção cafeeira, que dominava sua pauta econômica. A industrialização paranaense era principalmente ligada

ao beneficiamento de produtos primários, com poucas indústrias de transformação mais complexas (Hensen; Lima; Staduto, 2013). Esse cenário só foi alterado a partir da década de 1970, devido às políticas estaduais de atração de indústrias e aos incentivos fiscais.

Até 1950, havia no Paraná divisão territorial que refletia diferentes dinâmicas produtivas: a região norte, impulsionada pela expansão da cafeicultura, funcionava essencialmente como um prolongamento da economia paulista, seguindo sua lógica de produção e comercialização, enquanto o Paraná Tradicional se caracterizava por atividades econômicas de menor dinamismo, baseadas principalmente no extrativismo de baixo valor agregado e numa agricultura voltada essencialmente para a subsistência local. A fragmentação entre estas duas realidades econômicas era evidente, com vínculos comerciais e produtivos praticamente inexistentes entre si. Neste contexto, a força exercida pela economia de São Paulo sobre o norte paranaense mostrou-se um fenômeno natural e inevitável, dado o poder econômico e a proximidade geográfica com o principal centro dinâmico do país, reforçando ainda mais a desarticulação interna do território paranaense (Hensen; Lima; Staduto, 2013).

O estado enfrentava desafios estruturais significativos que limitavam seu desenvolvimento industrial durante este período, como infraestrutura de transportes ainda precária, concentração da atividade econômica no setor primário, dependência do mercado de São Paulo, ausência de uma política industrial regional robusta, e escassez de capital local para investimentos industriais.

Mas foi, sobretudo, a ausência de uma infraestrutura energética adequada que representou um dos principais gargalos ao desenvolvimento industrial do estado. Até 1954, o Paraná contava apenas com pequenas usinas térmicas e hidrelétricas de baixa capacidade, que mal supriam as necessidades básicas dos centros urbanos. Esta carência energética constituía um obstáculo fundamental para a instalação e operação de indústrias de maior porte. Além disso, a dispersão populacional, a precariedade do sistema de transportes e a forte dependência do setor primário configuravam barreiras adicionais ao processo de industrialização. O cenário começou a se modificar apenas com a criação da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) em 1954, pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que iniciou um processo sistemático de expansão da infraestrutura energética estadual, estabelecendo gradualmente as condições básicas para um desenvolvimento industrial mais consistente (Padis, 1971).

Mesmo que a matriz energética representasse um gargalo para a industrialização paranaense, quando se trata especificamente da indústria da erva-mate cancheada, esse não era um grande problema. O processo produtivo era relativamente simples e não demandava energia elétrica de forma intensiva, aportando-se em processos mecânicos tradicionais. Com exceção

da erva-mate beneficiada, categoria restrita a uma pequena parcela de industriais – como o Engenho Adalberto Araújo & Cia, que estava localizado no centro da cidade, garantindo abastecimento elétrico –, a erva-mate cancheada podia ser produzida a partir de outras fontes de energia, como a força hidráulica direta ou vapor. Portanto, mesmo que a comercialização de erva-mate beneficiada fosse significativamente mais lucrativa, exigia uma estrutura que o estado não fornecia pelo menos até a criação da COPEL na década de 1950 (Padis, 1971).

Além da matriz energética robusta, os industriais que atuavam na produção de erva-mate beneficiada dependiam de crédito. O acesso ao crédito no setor ervateiro era extremamente limitado e seletivo, beneficiando apenas um grupo restrito de grandes empresários que já dominavam múltiplos aspectos da cadeia produtiva. No contexto paranaense, este privilégio estava concentrado em algumas empresas de maior porte, dedicadas ao beneficiamento e exportação do produto, como exemplifica o caso da Leão Jr. S.A., que conseguia acessar linhas de financiamento por meio de instituições como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP). No entanto, mesmo para estas empresas privilegiadas, a questão do financiamento permanecia problemática. Esta realidade é evidenciada pelo depoimento de José Lacerda Júnior, que atuou como representante paranaense na Junta Deliberativa em diferentes períodos, ao apontar que a indústria brasileira de beneficiamento de erva-mate enfrentava uma constante escassez de capital, especialmente para financiar as atividades do setor produtivo (Fernandes, 2019).

Sendo a estrutura de produção de erva-mate cancheada mais acessível, a dominância nesse setor prevaleceu quando comparada à beneficiada. Isso indica que mesmo que a erva-mate tenha sido a precursora da industrialização no Paraná, a modernização dessa indústria acompanhou, apenas, as poucas empresas que atuavam no beneficiamento, uma parcela ínfima dos industriais. No entanto, o poder adquirido por essa classe também incluía esses industriais cancheadores, exercendo influência direta nas políticas públicas estaduais conforme seus interesses, ainda que esta autonomia também significasse assumir as consequências de eventuais decisões equivocadas. Diferentemente de outros setores econômicos, a erva-mate manteve-se sob controle regional, livre da interferência política de outros estados.

É possível compreender, a partir do caso da erva-mate, que a concepção da economia paranaense através de ciclos econômicos sucessivos reflete uma perspectiva neoliberal que tende a naturalizar as transformações econômicas, como se fossem resultantes apenas das forças de mercado. Esta visão simplifica a complexidade histórica ao ignorar as relações de poder e as decisões políticas que moldaram o desenvolvimento econômico do estado. O desempenho do setor ervateiro, assim como de outros setores econômicos, está intrinsecamente ligado ao

modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro – em períodos de maior nacionalismo econômico, o setor beneficiava-se de políticas protecionistas, maior apoio estatal e medidas de valorização do produto; por outro lado, quando prevaleciam orientações mais liberais, a atividade ervateira enfrentava maior exposição à concorrência internacional e menor proteção governamental. O sucesso ou declínio da economia da erva-mate não pode, portanto, ser compreendido apenas através da lógica de mercado, mas através do contexto político mais amplo.

Ao menos até 1960, período limítrofe do estudo, as poucas empresas que conseguiram manter suas atividades foram através da inserção em outros eixos econômicos. Isso ocorria através do investimento em outras etapas da economia ervateira – como a criação de empresas de transporte de matéria-prima através dos rios, empresas que plantavam árvores cujas madeiras eram destinadas às embalagens, e empresas que, propriamente, produziam essas embalagens; ou então investindo em outros setores, a exemplo da mineração, reflorestamento, monocultivos e construção civil.

Sem o mesmo poder aquisitivo, os pequenos ervateiros paranaenses se viam restritos às políticas do INM que, somada à retração de mercados tradicionais, acarretou um significativo empobrecimento das comunidades que eram dependentes desse setor.

A erva-mate, que foi o principal produto do Paraná desde a Emancipação Política da Província de São Paulo, em 1853, até a Grande Depressão de 1929 (Linhares, 1995), incentivou o desenvolvimento de tecnologias responsáveis por grande parte do arcabouço industrial do século XX. Assim como observado no setor madeireiro, a economia ervateira era caracterizada pela instabilidade de preços no mercado, gerando, gradualmente, a perda de predominância econômica frente à ascensão da produção de grãos (Wachowicz, 1975), especialmente porque o Paraná, até a década de 1930, configurava-se como uma economia que ocupava posição periférica no cenário nacional. Esta condição de vulnerabilidade era particularmente evidenciada pela sua excessiva exposição às oscilações do mercado internacional (Hensen; Lima; Staduto, 2013), elemento que contribuiu para uma reformulação da economia paranaense nas décadas seguintes, através da inserção dos pacotes tecnológicos, diminuição da diversidade produtiva, êxodo rural e concentração fundiária – as bases do agronegócio.

Com passos iniciais na década de 1930, a crise se instaurou através da superprodução, perda de mercados tradicionais e falta de investimento na conquista de novos consumidores. Além disso, tendo em vista novas possibilidades de produção agroflorestal que emergiram no Estado, a erva-mate deixou de ser o foco da elite agrícola. Ainda assim, por mais que a exportação tenha sofrido queda considerável entre as décadas de 1920 e 1970, o Paraná sempre

correspondeu a pelo menos 80% do montante comercializado pelo país: em 1928, o Brasil exportou 88.118 toneladas, sendo o Paraná o responsável por 73.605 toneladas; em 1968, o Brasil exportou 40.870 toneladas, vindo do Paraná 35.740 toneladas (Costa, 1995). Através de uma estrutura que resistiu mesmo com o declínio, essa produção foi reativada no final do século XX, aportada, inclusive, em ervais nativos que foram preservados: atualmente, 55% da produção ervateira no Paraná é proveniente de sistemas tradicionais de erva-mate sombreada pela Floresta com Araucária (Nimmo *et al.*, 2022).

As questões levantadas nesse capítulo, somadas à ainda preponderante presença dos sistemas sombreados – mesmo após a Revolução Verde que implicou em profundas transformações nos sistemas de plantio –, levam às indagações: se os industriais da erva-mate, com maior poder econômico e acesso a recursos, enfrentavam graves problemas, qual seria a situação dos produtores rurais, que estavam na base da cadeia produtiva? De que forma as limitações de crédito, a oscilação de preços e a dependência do mercado externo impactavam esses agricultores, considerando que geralmente dispunham de menos recursos e poder de negociação inferior aos industriais? Como foi possível a sobrevivência dos pequenos agricultores frente à escolta estatal que sustentava a oligarquia industrial do mate?

3 A EXPERIMENTAÇÃO: ENSAIOS DE EQUILÍBRIO DESDE O CAMPO

3.1 OS TRABALHADORES DOS ERVAIS

Simultaneamente à expansão dos núcleos populacionais e ao fortalecimento do modelo de exploração madeireira, a prática ervateira, realizada pelas comunidades que mantinham uma relação próxima e contínua com a Floresta Ombrófila Mista, passou por diversas transformações, adaptações e processos de hibridização (Nogueira, 2021). No início do século XX, a exploração dos ervais paranaenses podia ocorrer de três formas principais: através de empresas proprietárias que exploravam os ervais regularmente; através de arrendamentos por empresas ou particulares; ou pela descoberta de ervais nativos pelos tarefeiros, que vendiam a planta ainda no pé. Nesse último caso, caberia à detentora da erva-mate ou a um intermediário, prestador de serviço dessa empresa, dar saída ao produto. O destino dessa colheita seria a indústria para processamento ou a exportação direta, em caso de venda da erva cancheada (Linhares, 1969).

Dentre essas três categorias de exploração, através do Museu Paranaense foi possível acessar o arrendamento de um erval em Prudentópolis - PR pelo ervateiro Francisco Machado.

Imagem 13. Industrial e proprietário no erval em Prudentópolis (1925).



Fonte: Museu Paranaense.

Na fotografia de 1925, estão, da esquerda para a direita, Francisco Machado, seu filho Ary e o proprietário do erval. Ainda que Francisco Machado seja denominado como “industrial”, não foram encontrados documentos que esclareçam sua participação no comércio de erva-mate beneficiada. Sabe-se, apenas, que após seu falecimento, a empresa herdada atuou exclusivamente no cancheamento, indicando a ausência da estrutura para beneficiamento. Portanto, acredita-se que Machado atuava mais como um comerciante do que como ervateiro envolvido nas etapas de produção – comprava a erva-mate cancheada do proprietário e exportava –, especialmente devido à confluência entre essas categorias.

De acordo com o repositório, essa fotografia, bem como as demais desta sessão, foi doada por Romeu Guimarães Machado. Tendo realizado poucas doações, e a maioria delas se tratando de fotografias do mesmo ano, mesma temática, um cenário com grandes similaridades e as mesmas características físicas, foram admitidas como registro de um só espaço e processo: da colheita ao cancheamento da erva-mate. Distinguindo-se consideravelmente das fotografias sociais da elite paranaense, os atributos das fotografias – ao ar livre, composição mais espontânea, qualidade técnica compatível com equipamento portátil e ausência de elementos decorativos ou poses estudadas – sugerem a realização por um fotógrafo ambulante. Esses profissionais comumente prestavam serviços às empresas que visavam manter registros fotográficos sistemáticos de suas operações, seja para fins administrativos, comerciais ou de divulgação (Kossoy, 2001).

Através da investigação no estudo genealógico paranaense realizado por Francisco Negrão em 1926, foi possível concluir a família residia em Porto União - SC²⁹, em uma região caracterizada, por Demerval Peixoto, pela presença de uma população “mais adiantada”, que contrastava com o “atraso” das comunidades vizinhas, a viver “inteiramente alheia (sic.) do progresso, olvidada da civilização e dos costumes litorâneos” (1920, p. 29 *apud* Witte, 2017, p. 65). Mesmo após o falecimento de Francisco, o primogênito Romeu, doador das fotografias, seguiu neste município. Por mais que Francisco possuísse outro filho, Ary, que aos 22 anos o acompanhava na visita ao erval, este foi vítima do falecimento precoce; as demais eram filhas, que se casaram e seguiram suas vidas nas cidades dos maridos, indicando que aparentemente a família não tinha grandes posses, ou, ainda, que não compunha historicamente o baronato ervateiro.

²⁹ Ainda que se trate de um município catarinense, Porto União até 1917 fazia parte do Paraná, formando, junto com União da Vitória, a cidade de Porto União da Vitória. No cotidiano, até hoje os municípios são considerados como um só, tendo a linha férrea como ponto limítrofe entre eles (Kobus, 2015).

Romeu, o sucessor, fundou a própria empresa ervateira um ano após o falecimento do pai, a Romeu Guimarães Machado, acompanhado a Regulamentação Federal criada pelo INM, que exigia o registro oficial. Com sede em Curitiba, a empresa comercializava exclusivamente erva-mate cancheada sob a marca “Machadinho” (Costa, 1995).

Além disso, Romeu era sócio da Indústria Brasileira de Mate Ltda. (também chamada de BRAMATE, embora pouco usual), uma exportadora de erva-mate beneficiada cuja matriz era em Curitiba, a fábrica em Canoinhas - SC, e a filial em Ponta Porã - MT, unindo, portanto, industriais desses três estados. Acredita-se que havia um interesse comercial direto nessa participação, especialmente devido à importância, na primeira metade do século XX, da linha ferroviária entre União da Vitória e Canoinhas no transporte de erva-mate. Assim, há certa segurança em afirmar que a família Machado tenha atuado como compradora da erva-mate colhida em propriedades arrendadas da região Centro-Sul e como cancheadora – ora com destino à exportação como Erva-mate Machadinho³⁰, ora com destino à fábrica da Indústria Brasileira de Mate, na qual seria beneficiada e exportada. Portanto, embora oficialmente atuasse apenas no cancheamento, as alianças comerciais permitiram que, mesmo sem estrutura industrial para a exportação, Machado também exportasse a erva-mate adquirida de terceiros.

Conforme os dados do acervo, a propriedade arrendada pela família era em Prudentópolis, um município que, até 1961, foi fronteiro à Ipiranga, fortalecendo os indícios da potência ervateira da região. Mesmo que houvesse uma distância de 175 km entre Porto União e Prudentópolis, a ferrovia, que transportava tanto pessoas quanto mercadorias, permitia que, em 1925, esse percurso levasse entre 6 a 10 horas³¹, a depender das conexões e paradas.

Outro detalhe que merece atenção é que, em todas as fotografias doadas por Machado, há a ausência de identificação do proprietário do erval, mesmo que essa pessoa fosse uma autoridade naquele espaço. Isso reforça, contudo, uma relação desigual que comumente se manifestava pela hierarquia local, principalmente aos caboclos e colonos pobres que não pertenciam às famílias tradicionais. Os pequenos produtores – a grande maioria dos

³⁰ É importante ressaltar que a erva-mate cancheada também pode ser consumida no chimarrão, tereré ou chá. Em comparação com a erva-mate tradicional, possui um sabor mais suave e menos amargo, o que pode ser preferível para algumas pessoas.

³¹ Essa estimativa se baseia na velocidade média dos trens da época e na malha ferroviária conhecida. Em 1925, a viagem entre Prudentópolis e Porto União dependia da infraestrutura ferroviária disponível, sendo a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) a principal via de transporte na região, que ligava os municípios Prudentópolis-União da Vitória. A distância entre as cidades por terra é de aproximadamente 175 km, e os trens a vapor da época operavam a uma velocidade média de 30 a 40 km/h, podendo atingir 50 km/h em trechos diretos, mas reduzindo a velocidade em paradas e manobras. Desta forma, se houvesse uma linha direta, o percurso poderia ser realizado em cerca de 4 a 6 horas; caso fossem necessárias conexões e esperas em estações intermediárias, o tempo total de viagem poderia chegar a 6 a 10 horas.

fornecedores de erva-mate –, mesmo que possuísssem terras próprias, tinham condições de vida bastante semelhantes aos trabalhadores dos ervais, por vezes também realizando o trabalho braçal. Desta forma, cada ente do núcleo familiar passou a se dedicar à busca pelo capital, prejudicando sumariamente a agricultura de subsistência; sem ela, não apenas a alimentação das próprias famílias foi atingida, bem como o crescente mercado urbano que ficou desabastecido (Pereira, 1995). Essas famílias se tornaram, assim, dependentes exclusivamente de uma fonte de renda, a erva-mate, dando origem às tentativas de maximização da produção, incluindo a derrubada de árvores (e sua comercialização) para adensamento do mate. Retornando à imagem 11, é possível verificar a inexistência de outras espécies florestais.

No campo, os proprietários dos ervais dividiam espaço com a população que havia perdido o principal elemento de produção: a terra. Sem terra, passaram a ser dependentes da economia vigente e, sem proteção estatal, permaneceram à margem, ocupando-se de atividades temporárias, como na colheita de erva-mate. Mesmo que as pequenas propriedades, resultantes da colonização do Paraná e de Santa Catarina, exigissem um número de tarefeiros significativamente inferior às áreas latifundiárias, nas quais as empreiteiras contratavam milhares de trabalhadores temporários (Oliveira, 1974), esse trabalhador foi fundamental nos ervais de maior produtividade:

Imagem 14. Tarefeiros colhendo erva-mate em Prudentópolis (1925).



Fonte: Museu Paranaense.

Durante cento e vinte dias, entre os meses de junho e setembro, os tarefeiros colhiam erva-mate artesanalmente, com foice e facão (Oliveira, 1974). Outros, se responsabilizavam pelo transporte da colheita até a sede do erval:

Imagem 15. Tarefeiros transportando erva-mate em Prudentópolis (1925).



Fonte: Museu Paranaense.

Nessa propriedade, contudo, não se realizava apenas a colheita, mas também outros processos que originavam a erva-mate cancheada, a ser alocada em surrões de couro para transporte.

Imagem 16. Tarefeiros transportando erva-mate em Prudentópolis (1925).



Fonte: Museu Paranaense.

Especialmente na fotografia 14, fica evidente a condição de trabalho no campo: esforço físico intenso, roupas simples e inadequadas, especialmente para uma atividade que incluía o manuseio do fogo. Mesmo que desempenhassem funções essenciais, enfrentavam condições de trabalho precárias, com pouca segurança econômica e alta dependência dos proprietários (Costa, 1995).

Imagem 17. Trabalhadores envolvidos na produção de erva-mate em Prudentópolis (1925).



Fonte: Museu Paranaense.

A fotografia 15 é uma das poucas que indicam uma organização por hierarquia do sistema de trabalho coletivo, que envolvia uma grande quantidade de pessoas: ao centro, a erva-mate pronta, o arrendador e o arrendatário; à direita, os mais humildes, empregados no sapeco; à esquerda, os colhedores de mate. Quanto à carroça e aos dois cavalos, é a mesma utilizada no transporte de erva-mate *in natura*, indicando que provavelmente só existia uma a ser dividida entre diferentes etapas.

Além disso, a construção ao fundo é uma estrutura de secagem e moagem, fabricada utilizando os materiais naturais que podiam ser encontrados no ambiente rural, com telhado em taipa canônico para concentrar o calor do fogo, e abertura superior para permitir a saída da fumaça (Linhares, 1969).

Por mais que o acampamento seja mencionado somente na descrição da primeira fotografia, na qual os tarefeiros realizam a colheita de erva-mate em meio à floresta, era comum que todas as moradias fossem inadequadas, improvisadas e desprovidas de infraestrutura básica (Pereira, 1995), mesmo que o fornecimento de habitação correspondesse à parte do pagamento pela mão de obra. Entretanto, essa questão está ausente no acervo, ao contrário do que fez a indústria Leão com a publicização da sua vila operária.

Outro detalhe que deve ser questionado é a ausência de crianças e mulheres nessas fotografias, por mais que fosse absolutamente comum o emprego dessa mão de obra no setor; deste modo, ou realmente não havia mulheres e crianças trabalhado nesse erval – o que parece

pouco provável –, ou, se tratando de um produto comercial, elas foram suprimidas da fotografia. Essa afirmação não parte simplesmente da biografia, mas de fontes iconográficas que retratam o trabalho rural no Paraná no começo do século XX. Como exemplo, os trabalhos dos fotógrafos que viajaram pelo interior Vladimir Kozák (1897-1979) – cujo acervo é mantido pelo mesmo museu – e Guilherme Glück, que produziu uma das mais significativas fotografias dos trabalhadores do mate:

Imagem 18. Trabalhadores do erval.



Fonte: Coleção Guilherme Glück, Museu da Imagem e do Som do Paraná.

A região da fotografia, agora, parece mais florestada, especialmente por árvores de grande porte; quanto às menores, é bastante provável que tenham sido utilizadas como combustível para as fogueiras. Além disso, através da fotografia é possível compreender que a colheita da erva-mate cabia (e precisava caber) a todos os desfavorecidos de terra, incluindo crianças e idosos. A pluralidade desses trabalhadores é ressaltada desde a criação da província do Paraná:

O mate pois que é uma produção expontânea (sic) dos imensos ervais nativos, que cobrem uma dilatada extensão do território, está, como eu já disse, ao alcance da maior parte de sua população, sem distinção de sexo, nem idade, pois que tanto as mulheres como os homens assim como velhos como os meninos, são azados a trabalharem no seu primeiro e fácilmo processo (Zacarias de Goiás e Vasconcelos, 1853 *apud* Costa, 1995, p. 39).

Essa atividade desde o princípio foi subalternizada, especialmente por ter se mantido artesanal por tanto tempo³², mesmo enquanto a indústria seguia em ritmos apressados. Enquanto os jornais dos anos 1920 noticiavam uma Curitiba que se modernizava, buscava sua identidade, mas sofria pela ocupação desordenada, falta de água e desigualdade latente, o interior do estado era narrado pela visão civilizatória, na qual um militar de alta patente projetava o utilitarismo aos caboclos e à natureza:

Os rapazes se fazem homens analfabetos, no rústico serviço da colheita e condução da nativa produção do mate; são habilíssimos no talho da erva e manejadores exímios do facão afiadíssimo, acostumados com o viver obscuro e despreocupado da roça, embrutecidos no convívio das florestas, irmanados com a vida de espírito *in activo*, têm compleição física extraordinariamente resistente [...]. As meninas chegam à maternidade muito cedo, desenvolvendo-se no mesmo meio obscuro, sob os mais exigentes preceitos de credence religiosa, trazendo enleados ao pescoço os rosários de contas, osculando constantemente os bentinhos e S. Sebastião milagrosos (Peixoto, 1920, pág. 29 *apud* Witte, 2017, p. 65).

Quando ele fala sobre o “viver obscuro e despreocupado da roça”, do que se trata? Era, simplesmente, pela pobreza que os aprisionava?

Sabe-se que a pobreza era a realidade que batia à porta dos pequenos produtores de erva-mate. Essa situação foi pauta de um importante congresso dos ervateiros em Curitiba, em 1945, no qual José Arruda Albuquerque denunciou a situação dos trabalhadores em uma das mais importantes regiões ervateiras, São Mateus do Sul:

Homens cheios de carvão, magros, esqueléticos, mal alimentados, trazendo estampada no rosto a imagem do próprio sofrimento, da própria dor.
Mulheres disformes, verdadeiras massas sem contornos, carregando nas costas autênticos andrajos, trapos que se tornavam mais pesados ao peso dos remendos.
Crianças barrigudinhas e sujas, verminadas e doentes (Congresso Cooperativo dos Ervateiros do Brasil, 1945 *apud* Bertagnoli, 1978, página 143).

O relato torna evidente o quanto a lógica imposta à produção ervateira não era suficiente para garantir uma vida digna àqueles que estavam na base da cadeia. Entretanto, isso não se restringia à erva-mate; era, na verdade, uma situação que se difundia entre os trabalhadores rurais desafortunados. José de Souza Martins, em *O cativo da terra* (2010), caracteriza esses trabalhadores do campo do começo do século XX como uma complexa relação de dependência e subsistência, cujo sistema de trabalho se baseava na remuneração híbrida que combinava pagamento em dinheiro e concessões de direitos – mesmo envolvendo toda a unidade familiar, o endividamento era comum e o acúmulo de recursos inatingível. Como alternativa, nas pequenas propriedades era comum o trabalho coletivo, uma prática que envolvia um grupo formado por várias famílias atuava na colheita de propriedade em propriedade, inutilizando o

³² cf. sessão 3.

dinheiro como moeda de troca. Ademais, agravando a falta de recursos, o acesso à educação formal era restrito ou inexistente, resultando em alto índice de analfabetismo. Dado o engessamento social, a pobreza era, portanto, a *causa*, e não a *consequência* de uma inaptidão para outros setores mais rentáveis.

Isso significa, então, que o “viver obscuro e despreocupado” é a aproximação às “crendices religiosas”, em detrimento da dedicação plena à doutrina formal do catolicismo, que visa a salvação e o crescimento espiritual? Seria possível, em uma constante luta pela sobrevivência, abster-se da “vida de espírito *in activo*”?

A religiosidade mais intuitiva e menos dogmática distanciava os caboclos dos preceitos doutrinários da Igreja Católica, mesmo que a intensa sociabilidade entre as famílias do campo fosse manifestada justamente pelas festas e celebrações religiosas (Martins, 2020). Em Ipiranga, um município ervateiro, sabe-se que “cada vila do interior tinha vida própria, suas famílias importantes, suas festas e seu trabalho” (Lavallo, 1996, p. 97), sendo um exemplo o Faxinal dos Lemes, cuja convivência se dava pelas novenas, festas de santos e a dança de São Gonçalo (Lemes e Sahr, 2005). Há um relato do começo do século que indica a religiosidade sendo aportada pela economia ervateira em outra localidade do mesmo município: para as comemorações do dia de Santo Antônio, convocou-se a banda “Lira dos Campos”, que, mesmo habituada às viagens no interior, foi surpreendida pelo transporte em cima de carroções puxados por oito cavalos nas perigosas ruas do interior, tal qual sacos de erva-mate. Acidentou-se em um trecho sinuoso, mas, sem feridos, a festança continuou (Lavallo, 1996).

Também foram as celebrações religiosas presentes no território ervateiro que tornaram possível o acesso aos costumes do campo através das fotografias de Guilherme Glück, autor da imagem 16, já que essa personalidade retratou imagens do cotidiano das décadas 1920 a 1950 enquanto viajava como fotógrafo ambulante nas cidades do interior do Paraná e Santa Catarina. No Paraná, passou por municípios como São Mateus do Sul, Palmital e São João do Triunfo, permanecendo de uma a duas semanas, especialmente quando havia festividades católicas nas colônias – como batizados e casamentos –, quando o padre se destinava ao interior das cidades (Lima, 2016). Ao mesmo tempo em que a presença dessa figura central causava um alvoroço nas comunidades, a ausência dos sacerdotes no campo abriu portas para o sincretismo religioso, culminando em uma comunidade cabocla aportada no catolicismo popular, ainda que fosse condenada por suas crenças singulares.

A floresta, pois, antes de ser um ambiente de trabalho, era a entidade com a qual essa população se relacionava constantemente, inclusive para tratar questões de saúde em um local cuja assistência médica era precária. Além dos curandeiros locais que cuidavam dos doentes

orientados pela floresta, os santos eram também venerados, especialmente São Sebastião, citado acima, o padroeiro contra a peste, a fome e a guerra – os grandes temores da população. Portanto, mesmo que a figura da igreja nem sempre estivesse presente no campo, os caboclos não deixaram de crer; apenas ressignificaram. Não foi a singularidade das crenças, então, que deixava o campo “obscuro”, já que o verdadeiro impacto às sociabilidades dessa população se deu pela incorporação em massa de indivíduos como mão de obra nos setores dominantes, em detrimento do cotidiano nas roças. Ao mesmo tempo em que havia uma relação induzida com o mundo externo, a instauração da economia de mercado no campo prejudicou os laços comunitários tradicionais e enfraqueceu as redes de solidariedade ao tempo em que monetizou as relações sociais. Mesmo que historicamente essa população estivesse à margem, a perda da autonomia produtiva, especialmente pela modificação (ou não-perpetuação) dos saberes tradicionais e dependência de insumos externos, a longo prazo, tornaram o êxodo rural a única alternativa – o que também favorecia a economia ervateira porque acrescia o operariado urbano, o destino dessa população.

O problema da obscuridade da erva-mate é, então, não produzir de acordo com o que dita o capital? “Viver obscuro” seria sinônimo de estar “despreocupado com a roça”, ainda que preocupados com outros afazeres? O extrativismo era o problema, simplesmente porque competia com a lavoura? Como pode uma população *despreocupar-se*, se essa mesma população tinha se fundado na agricultura de subsistência, e foi coagida a abandonar o campesinato para produzir erva? Não era, portanto, a agricultura por si só a imposição à população do campo, mas sim o campo sendo incumbido a ser um celeiro que produz *massivamente* a serviço das cidades. A individualidade, desta forma, foi sobreposta pela função social embutida nessa classe, que, imobilizada por forças externas, buscava sobreviver enquanto os formadores de opinião urbanos afirmavam ser o mate a desgraça do Paraná, porque “caboclo não faz nada, só espera a safra da árvore da preguiça”, como disse o jornalista a Bacilla (1940, p. 137).

Por trás da disputa entre os poderes conservadores e progressistas, acharam mais fácil culpar o caboclo³³, que não conseguia representação política efetiva, porque esse meio já estava lotado pelo coronelismo, e que precisava, ainda, resistir ao flagelo dos intermediários.

³³ Caetano Munhoz da Rocha, em exercício entre 1919 e 1920, alegou que a instabilidade da erva-mate era causada meramente pela mão-de-obra que danificava os ervais e, assim, tornava a economia do Estado deficiente (Munhoz da Rocha, 1820 *apud* Oliveira, 1974).

3.2 A CLASSE DOS INTERMEDIÁRIOS

“Cada produtor de mate é um lavrador e criador” (p. 85), afirmou Antonio Bacilla em *O Drama do Mate*, uma obra de 1940 dedicada a reconhecer, explicar e elencar os meios para superar a exploração dos pequenos agricultores do Paraná. Mesmo que a erva-mate seja o plano de fundo, uma atividade comum aos caboclos, independente da ocupação dessa classe, estavam todos sujeitos à tirania dos comerciantes.

Através de um *Diálogo Nu*, Bacilla transcreve a conversa que teve com um lavrador de cinquenta anos e casado há três décadas, que tinha oito filhos e, ao longo de todo esse tempo, havia se dedicado exclusivamente ao trabalho na lavoura e na criação. Questionado sobre o destino de sua produção anual, o agricultor explicou que costumava vender parte para um comerciante local chamado Nagib, enquanto o restante destinava ao sustento da família.

Ao longo desses anos, o lavrador negociou com o mesmo intermediário, entregando-lhe milho, feijão, farinha de milho, toucinho e erva-mate cancheada. O agricultor, no entanto, nunca acumulou economias suficientes para adquirir um pedaço de terra adicional, justificando que os preços de sua produção estavam sempre baixos e que Nagib não poderia pagar mais. Todas as vezes que havia uma pequena sobra de dinheiro, surgia uma despesa inesperada, como uma doença ou um batizado, dissipando qualquer possibilidade de poupança.

Por meio de um cálculos simples, Bacilla demonstrou que, em média, o produtor vendia aproximadamente 3 contos de réis por ano ao comerciante. Considerando os 30 anos de casamento e trabalho ininterrupto, a soma totalizava cerca de 90 contos de réis repassados a Nagib. Contudo, quando indagado sobre o que havia acumulado com esse montante, percebeu-se que ele permanecia na mesma condição de sempre, enquanto o intermediário havia prosperado significativamente – Nagib possuía armazéns cheios, expandiu seus negócios, adquiriu um erval produtivo e um automóvel.

Ao relembrar a chegada de Nagib à região, o lavrador confirmou que, inicialmente, ele possuía apenas um pequeno comércio, praticamente insignificante. No entanto, ao longo dos anos, por meio da intermediação das vendas e compras dos lavradores locais, ele conseguiu acumular riquezas. Nagib, portanto, não consumia a produção adquirida, mas a revendia a atacadistas da capital, obtendo um lucro significativo. Estimava-se que, ao longo dos 30 anos, ele teria obtido pelo menos 30% de margem sobre os noventa contos negociados, resultando em um lucro de 27 contos de réis. Além disso, Nagib também lucrava ao vender aos lavradores os produtos que trazia da cidade, como tecidos, calçados, sal, açúcar e querosene. Aplicando a mesma margem de 30% sobre os 90 contos que vendeu aos agricultores, verificou-se que ele

obteve outros 27 contos de réis de lucro. Assim, o comerciante acumulou um total de 54 contos de réis às custas do trabalho dos produtores.

A estrutura de mercado era ainda mais desfavorável ao agricultor quando se considerava a presença de múltiplos intermediários entre a lavoura e o consumidor final. Nagib revendia para atacadistas, que, por sua vez, distribuíam os produtos para pequenos comerciantes urbanos, antes de chegarem às mãos dos consumidores. Dessa forma, um saco de feijão vendido pelo agricultor a Cr\$ 30,00 poderia chegar ao consumidor final pelo dobro do valor inicial.

Os agricultores estavam, ainda, sujeitos à instabilidade da colheita. Enquanto os intermediários podiam estocar mercadorias e aguardar melhores preços, o produtor não possuía tal vantagem. Muitas vezes, ao levar sua colheita para vender, deparava-se com um mercado saturado e era forçado a aceitar valores irrisórios por sua produção. Essa vulnerabilidade tornava a atividade agrícola extremamente arriscada e pouco recompensadora.

Esse movimento explanado por Bacilla não foi contornado nem mesmo com a colonização. As relações capitalistas no campo, ancoradas na organização do comércio voltado não apenas à subsistência, mas à exportação agrícola (Araújo, 1980), foram, inclusive, acentuadas com a chegada dos imigrantes que visavam, através dos cultivos, integrar-se ao mercado. Por mais que o objetivo primeiro em ceder as terras a estrangeiros fosse o desenvolvimento agrícola, foi na erva-mate que muitos se firmaram, aprendendo esse ofício com a população cabocla (Wachowicz, 1975). Ainda que, para os progressistas, houvesse um antagonismo entre a lavoura e a erva-mate, as pequenas propriedades formuladas para imigrantes eram admitidas, pelos conservadores, como uma oportunidade ao desenvolvimento ervateiro, ao tempo em que sucederia a informalidade da coleta realizada nos latifúndios.

Mesmo que a colheita da erva-mate apresentasse desafios, as técnicas de colheita e cancheamento eram mais facilmente transmitidas quando comparadas ao manejo agrícola de culturas temporárias, como trigo, milho ou feijão. Ao trabalhar com essas culturas, a principal dificuldade enfrentada pelos colonos estava na necessidade de adaptação a um ambiente diferente daquele de suas terras de origem, especialmente quanto ao solo e ao clima.

A agricultura de culturas temporárias exigia um planejamento constante e técnicas que iam além do simples plantio e colheita. A rápida exaustão dos solos, resultado da falta de práticas como adubação e rotação de culturas, levava ao declínio da produtividade no decorrer dos anos. A alternativa foi, então, aplicar o sistema de rotação de terras, que consistia em explorar uma área por alguns anos e depois abandoná-la, esperando que a vegetação natural restaurasse sua fertilidade. Esse método, embora funcional a curto prazo, gerava instabilidade, forçando os agricultores a abrir novas áreas de mata para garantir a subsistência, intensificando

o desmatamento e aumentando a distância entre as propriedades e os centros de comércio (Waibel, 1950).

Além disso, o cultivo de grãos dependia de condições climáticas relativamente estáveis, o que tornava os agricultores vulneráveis a períodos de seca ou excesso de chuvas. Uma colheita malsucedida não apenas comprometia o sustento das famílias, como também os deixava sem produtos para comercialização, limitando sua capacidade de adquirir bens essenciais. Essa situação era, ainda, agravada pela falta de infraestrutura para transporte e armazenamento, dificultando o escoamento da produção e levando à perda de parte das colheitas antes que pudessem ser vendidas (Waibel, 1950).

Em contraste, a erva-mate, por ser uma cultura perene, não exigia replantio frequente nem técnicas avançadas de manejo do solo. Sua colheita podia ser realizada de forma seletiva, sem a necessidade de grandes preparações anuais, o que representava uma vantagem significativa frente às culturas temporárias. Enquanto os agricultores de milho e trigo destinavam tempo e esforço no preparo do solo, no controle de pragas e na colheita dentro de janelas de tempo limitadas, os produtores de erva-mate lidavam com um sistema produtivo mais contínuo e menos sujeito às variações sazonais. Essa diferença tornou a erva-mate uma alternativa atraente para muitas famílias que, diante das dificuldades da agricultura tradicional, buscaram no cultivo e comércio da erva uma forma mais segura de sustento. Entretanto, a dependência de um mercado consumidor e o controle da produção pelos industriais representavam desafios próprios, mostrando que, mesmo que a erva-mate fosse mais fácil de manejar do ponto de vista técnico, sua exploração não estava isenta de dificuldades econômicas e sociais.

Embora a erva-mate fosse a principal fonte da economia do Paraná durante as duas primeiras décadas do século XX, o lucro advindo dessa atividade se restringia àqueles que atuavam no comércio, levando uma parcela dos imigrantes agricultores a redirecionar suas atividades. Em Ipiranga, os imigrantes da colônia Dona Adelaide minimizaram as práticas agrícolas, mantendo apenas pequenas hortas para subsistência, e direcionaram seus esforços para o comércio da erva-mate que compravam no “sertão” (Gerhardt, 2006) – de agricultores, se tornaram “bodegueiros”. Partindo das áreas rurais, o produto era transportado até a cidade em carroções puxados por oito cavalos, armazenados³⁴, e destinados a Ponta Grossa e Curitiba. Nesse cenário, o centro da cidade se tornou bastante vívido, cujo comércio também envolvia outros artigos das casas de secos e molhados, pertencentes a portugueses, alemães, italianos,

³⁴ Os compradores incluíam João Ribeiro de Freitas, Ermínio Canteri, Antônio Constante de Oliveira e João Stromberg, que, além de possuírem depósitos, realizavam o beneficiamento do produto. Luiz de Jesus Correia, de Coati, também participava desse mercado (Lavalley, 1996).

poloneses, sírios e libaneses. Os comerciantes de origem árabe, popularmente chamados de "turcos", estabeleceram-se tanto na área urbana quanto rural, alguns como comerciantes fixos, adquirindo um estabelecimento comercial, e outros como mascates, comercializando de porta em porta (Lavalle, 1996) – bastante similar ao caso apresentado por Bacilla, sobre o comerciante Nagib.

A cadeia comercial da erva-mate, entre o produtor e o consumidor final, era composta por três intermediários principais: I) o bodegueiro, o comerciante local que adquire e estoca a produção, seja por compra direta ou sistema de trocas; II) o distribuidor/exportador, responsável por adquirir o produto do comerciante local, realizar o processamento, fazer a embalagem, comercializar nos mercados doméstico e internacional; III) o comerciante varejista, considerado elo fundamental na distribuição final do produto ao consumidor (Oliveira, 1974).

Cada um desses intermediários obtinha margens significativas de lucro no processo, o que não chegava a ser um grande problema quando o comércio estava vigoroso, havia alta demanda, mas também alta oferta, e o preço da erva-mate podia flutuar conforme fatores sazonais ou políticas governamentais. Entretanto, a longo prazo, somada à queda de mercados tradicionais, a ação desses intermediários, que almejavam lucros cada vez mais expressivos em curto prazo, sujeitou o mercado da erva-mate à especulação: aos agricultores, pagavam cada vez menos; ao próximo ente da cadeia, cobravam cada vez mais. Como resultado dessa dinâmica, o setor enfrentava ciclos de excesso de produção, seguidos pela queda acentuada dos preços, levando muitos produtores à falência e, inclusive, a abandono das áreas de cultivo. Economicamente fragilizados e desassistidos pelos sistemas formais de crédito, os agricultores passaram a depender do escambo com os bodegueiros para obtenção de mercadorias básicas e insumos, que incluía tanto itens de necessidade pessoal e familiar quanto recursos necessários para manter as demais atividades no campo; em troca, entregavam a eles a futura colheita (Oliveira, 1974). Incluía-se, assim, o bodegueiro na economia ervateira.

Embora tivessem menor dependência dos coronéis tradicionais devido à posse da terra, a possibilidade de negociações políticas – inviável àqueles que dependiam dos proprietários para moradia, trabalho, acesso a recursos básicos e proteção, como os caboclos (Gutiérrez, 2001) – não livrou os imigrantes das dificuldades da classe trabalhadora rural. Até mesmo os que se dedicavam à economia preponderante penavam pela falta de assistência das companhias de imigração, do país de origem ou do governo brasileiro. Falhando esses três agentes de imigração, os colonos, cujo estilo de vida se aproximava ao dos caboclos, reconheceram que as dificuldades não eram apenas individuais, e apostaram na organização coletiva como resposta às limitações estruturais impostas pelo capitalismo agrário tradicional (Abramovay, 2007).

Bacilla e Valentin Cuts percorriam o campo defendendo a necessidade do cooperativismo para solucionar a desigualdade entre agricultores e intermediários. A formação de cooperativas permitiria que os agricultores eliminassem intermediários, assumindo o controle da comercialização de seus produtos diretamente com os mercados consumidores. Em vez de vender individualmente para Nagib, por exemplo, os lavradores poderiam se organizar e vender em conjunto, obtendo melhores preços e retornos mais justos. Da mesma forma, ao comprarem insumos diretamente da cidade, evitariam os altos preços impostos pelos intermediários. Caso esse modelo cooperativo se expandisse, os próprios consumidores urbanos também se beneficiariam, adquirindo produtos a preços mais baixos. Dessa maneira, tanto produtores quanto consumidores sairiam ganhando, eliminando os lucros excessivos dos intermediários e promovendo um equilíbrio econômico mais justo (Bacilla, 1940).

Desta forma, a adesão ao cooperativismo permitiria aos agricultores melhorarem suas condições de vida, acumularem economias, ampliarem suas lavouras e oferecerem uma educação superior aos filhos. Além disso, a organização coletiva possibilitaria uma melhor gestão da oferta, evitando quedas bruscas nos preços devido à superprodução descontrolada. O cooperativismo, portanto, representava não apenas uma alternativa econômica, mas uma transformação social capaz de garantir a prosperidade do campo e a valorização do trabalho agrícola (Bacilla, 1940).

Mesmo que as ideias do cooperativismo já circulassem no Paraná desde o começo do século XX³⁵, demorou pelo menos vinte anos para começar a ser empregada na atividade extrativista de erva-mate, através das cooperativas agrícolas mistas³⁶. Esse tipo de organização era vislumbrada como uma resistência à precariedade do campo, e foi destacada na ata de fundação de uma cooperativa na colônia Vera Guarani (atualmente, Paulo Frontin): os agricultores utilizavam instrumentos agrícolas impróprios, que os tornavam menos competitivos em relação a produtores mais bem equipados; sofriam com a falta de conhecimentos técnicos e recursos, resultando em perdas substanciais das colheitas; padeciam

³⁵ Antes de abranger o comércio ervateiro, o início do cooperativismo no Paraná “foi marcado por dezenas de cooperativas denominadas ‘de Compra e Venda e da Pequena Lavoura’ que, sob a forma jurídica de sociedades anônimas tinham os estatutos que as regiam, nos termos do decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907. Estas cooperativas objetivaram, essencialmente, desenvolver o mercado de frutas, hortaliças e legumes, defendendo os interesses econômicos do pequeno lavrador. A proposta estatutária era de trabalho conjunto com os sindicatos agrícolas” (Araújo, 1980, p. 62).

³⁶ “[...] além de encarregarem-se de prover de utilidades os associados, objetivavam efetuar a venda de suas produções agrícolas e extrativas, representadas estas por madeiras de lei e erva-mate. Pertence a este caso a primeira entidade surgida no sul do Paraná - a Sociedade Cooperativa de Consumo Svitlo (luz, em língua ucraniana), instalada em novembro de 1919 (registrada em 1920), por um grupo de lavradores, em Carazinho, sob a orientação e participação do pioneiro Valentin Cuts” (Araújo, 1980, p. 59).

com o analfabetismo generalizado devido à impossibilidade de manter escolas em funcionamento contínuo; eram explorados por intermediários comerciais que absorviam grande parte de seus ganhos; e careciam de assistência médica básica, levando a problemas de saúde que poderiam ser facilmente evitados (Araújo, 1980).

Por mais que houvesse uma retração da demanda na década de 1930,

[...] em todo esse sombrio período quem mais sofria com o declínio da economia ervateira era o produtor do interior que, dispondo de incalculáveis reservas de ervais, via seu produto mal reputado, sem remuneração compensadora... E a tal ponto foi chegando o aviltamento da erva-mate que, em pouco tempo, o desânimo invadia os ervais. A erva ia sendo abandonada por outras atividades mais remuneradoras. Zonas antes prósperas entravam em fase de decadência (DAC, 1951, n.p. *apud* IPARDES, 1974, p. II/10).

A possibilidade de interromper a colheita de erva-mate e se dedicar a outra atividade mais lucrativa dependia, em primeira instância, da posse da terra. Por mais que essa não fosse a realidade da maior parte da população rural, até mesmo os imigrantes enquanto proprietários dependiam de outros fatores complexos para a transição, como capacitação técnica, infraestrutura e recursos financeiros. Entretanto, ainda que todos esses requisitos fossem atingidos, continuava a dependência intrínseca dos intermediários para acessar o mercado consumidor, persistindo, portanto, o principal obstáculo, que só foi investigado pelo Estado na segunda metade do século. Até então, foi através das cooperativas que se tentou cercear a tirania dos comerciantes.

3.3 “TODO PODER À MAIORIA” – EXPRESSÕES DO COOPERATIVISMO

[...] são essas Cooperativas núcleos de economia planejada, atuando de maneira decisiva em inúmeras comunidades rurais que têm no mate a base principal da sua economia. São centros de convergência de interesses e de contatos humanos de uma população rarefeita que, assim, usufrui dos benefícios do associativismo, tão necessário ao progresso do nosso meio rural (Federação das Cooperativas de Produtores de Mate à Câmara dos Deputados, 1957).

O movimento cooperativista da erva-mate expressava “o esforço para sobreviver tão somente em pequenas vilas e colônias do interior e, um pouco mais ambiciosamente, poder ultrapassar os limites de suas áreas de produção e inserir-se no mercado” (Araújo, 1980 p. 75). As novas formas de organização, além de visarem tornar o extrativismo de erva-mate uma atividade segura, eram necessárias para a manutenção dessas comunidades que praticavam agricultura de subsistência e que dependiam desse produto para obtenção de artigos do uso cotidiano. O mercado ervateiro, altamente instável, abria caminho para tal – não pela política, mas pela economia. Foi através do cooperativismo rural da erva-mate que, até a década de 1950,

se mesclavam as atividades de representação, o sindicalismo, às atividades econômicas, o cooperativismo, em um contexto no qual “os sindicatos tinham poderes legais para atuar na comercialização, tal qual uma cooperativa” (Costa; Stöberl, 2016, p. 264).

A constituição dessas associações precisou resistir à hostilidade dos intermediários. Unidos ao poder político exercido pelo SINDIMATE, essa classe buscou desestruturar qualquer articulação entre produtores e o Estado, como ocorreu com a Confederação Nacional do Mate³⁷; ou quando o INM tentou, sem sucesso, fixar um preço mínimo para a erva-mate; ou, ainda, nas primeiras experiências dos consórcios do cooperativismo-sindicalista³⁸. Do acúmulo das insatisfações e engessamento da cadeia da erva-mate emergiu o cooperativismo como uma solução estratégica, visando não apenas estabelecer armazéns para fornecimento de produtos essenciais aos associados, mas também atuar como intermediária na comercialização da produção e na aquisição de ferramentas de trabalho (Araújo, 1980). Reduzir-se-iam, assim, os intermediários e seus custos.

Mesmo que as tratativas com o INM e com o governo federal fossem insatisfatórias, essas movimentações implicaram na organização local desses agricultores. Agora, estando o campo organizado em cooperativas, a luta se tornou comum, e não mais individualizada – na década de 1930, associavam-se, em cada pequena cidade do interior do Paraná, centenas de agricultores³⁹ demandando melhores condições de trabalho e de remuneração (IPARDES, 1974). Até 1940, foram fundadas no Paraná 18 Sociedades Cooperativas Profissionais de Produção de Mate e uma Federação Interestadual das Sociedades Cooperativas Profissionais de Produção de Mate do Brasil, com sede em Curitiba (Araújo, 1980).

Os produtores não se viam representados pela Diretoria do INM, possibilitando a aproximação do cooperativismo com o poder público, que estava ciente da potencialidade da produção ervateira proveniente dos pequenos agricultores. Visando reorganizar a cadeia do mate de modo que os produtores fossem também considerados, o Ministério da Agricultura

³⁷ Também chamada de Confederação Nacional de Produtores, foi formada em 1936 por agricultores do Paraná e de Santa Catarina (Bertagnoli, 1978).

³⁸ “No Paraná durante os anos de 1935 e 36 multiplicaram-se os consórcios profissionais, sobretudo os de produtores de mate. Sofreram uma série de pressões até transformarem-se em cooperativas, por volta de 1939. Assim, no período de dois anos formaram-se no Estado trinta e seis consórcios profissionais de produtores de mate, uma União Municipal de Consórcios (em São Mateus), uma Federação (também em São Mateus) e uma Confederação Interestadual (em Rio Negro), reunindo ervateiros do Paraná e de Santa Catarina. Inúmeros outros consórcios profissionais congregavam policultores, num total de quinze entidades fundadas no Estado apenas em 1935” (Araújo, 1980, p. 63).

³⁹ Mesmo com a importância desse movimento, “não é possível separar os produtores rurais cooperados dos não cooperados, haja vista a inexistência de registros dos cooperados. Além disso, a predominância no Paraná de uma agricultura de subsistência neste período implicava em pequenas e médias atividades econômicas, a respeito das quais não há registros nem dados” (IPARDES, 1974, p. II/5).

fundou, em 1942, a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM) (Fernandes, 2017), tomando para si a função do INM (IPARDES, 1974). Este último, entretanto, se opôs à COCPM, sobretudo por se tratar de um órgão que dividia o controle sobre a economia ervateira, o que ia contra as ideias dos dirigentes do Instituto, uma entidade autárquica que intencionava centralizar todo o controle, independente do Estado.

Resistindo ao INM, a estratégia utilizada pela COCPM foi a divisão das regiões ervateiras em zonas, e em cada uma delas foi constituída uma cooperativa de mate, que serviria como ponto de recebimento e depósito, até o escoamento. Caberia, também, à COCPM: supervisionar o setor e gerenciar as finanças; promover a modernização do setor, responsabilizando-se pela aquisição e instalação de equipamentos para o beneficiamento da erva-mate; articular as negociações entre as cooperativas e o INM, além de coordenar as relações comerciais entre produtores e suas respectivas cooperativas (IPARDES, 1974).

Através da organização das cooperativas, buscava-se combater a queda dos preços. Para isso, adotavam estratégias como o armazenamento do excedente em depósitos alugados ou construídos por elas mesmas, além de promover a conscientização dos produtores sobre a importância de manterem-se unidos, pelo menos até que o período crítico fosse superado (Serra, 2013).

Por mais que as cooperativas de erva-mate fossem regulamentadas desde 1932, antes mesmo da criação do INM (Fernandes, 2017), foi somente com a criação da COCPM que essa rede foi consumada – presente nos quatro estados ervateiros, no Paraná foi mais expressiva, compreendendo 14 cooperativas com mais de 10 mil associados representados e coordenados pela Federação Cooperativa de Produção de Mate do Paraná Ltda. Essa organização tinha como papel financiar a entressafra dos cooperadores, além de beneficiar a erva-mate recebida dos produtores e entregar à COCPM (Bertagnoli, 1978), entidade a qual era subordinada. Três anos após sua fundação, a Federação atingiu a marca de 100 armazéns com capacidade para armazenamento de 20 milhões de quilos de erva-mate (IPARDES, 1974), suprimindo uma das maiores demandas dos agricultores.

Com essa potencialização, os cooperados à Federação reivindicavam acesso a linhas de crédito junto ao Banco do Brasil e autorização para realizar exportações diretas, e, mesmo com a forte resistência do setor industrial, passaram a atuar na exportação de erva-mate beneficiada, mercado que antes era inacessível ao pequeno produtor.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, uma obra conjunta do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística do IBGE publicada em 1959, dos 162 municípios do Paraná, 30 citaram a importância da erva-mate para a economia

local. Entretanto, somente metade deles tinha uma organização cooperativa destinada à erva-mate⁴⁰. Dentre os municípios que não possuíam cooperativa, foram elencadas quatro razões principais que justificam essa ausência:

1. Mesmo que a erva-mate historicamente tivesse contribuído para a constituição desses municípios, na década de 1940 essas cidades já se dedicavam a outros setores: Ponta Grossa e Campo Largo desenvolveram bases industriais e agricultura de larga escala, com foco em setores como alimentos, cerâmica e metalurgia; Paranaguá se tornou um importante porto, voltado para o comércio internacional; Palmas investiu na pecuária; e Antonina e Morretes passaram por um período de estagnação econômica, até que o turismo ganhou forças na década de 1960;
2. Eram municípios recentes, possivelmente ainda atrelados às cooperativas de municípios vizinhos: Paulo Frontin foi emancipado de União da Vitória na década de 1960 e Piraquara ainda mantinha uma relação próxima com a capital, especialmente em termos de infraestrutura e organização econômica;
3. Eram isoladas geograficamente, resultando na ausência de uma conexão eficiente com mercados maiores, onde a erva-mate tinha maior valor agregado. Alguns desses municípios tinham somente o histórico de cooperativas de consumo, criadas para atender às necessidades básicas dos colonos, como a compra de alimentos, ferramentas e outros insumos difíceis de adquirir devido ao isolamento. É o caso de Bituruna, Chopinzinho, Cruz Machado e Manoel Ribas;
4. A exploração de erva-mate não se dava por brasileiros, mas por argentinos e paraguaios. Eram os municípios localizados no extremo oeste do Paraná, próximo às fronteiras. Santo Antônio do Sudoeste ficava na divisa com Missiones, e Foz do Iguaçu junto à Tríplice Fronteira.

Por outro lado, nos municípios onde economia ervateira persistia, nas décadas de 1940 a 1950 funcionavam 15 cooperativas de erva-mate:

⁴⁰ Ressalta-se que, para essa análise, não serão enquadradas as cooperativas de consumo, nem as cooperativas mistas. Portanto, constam apenas as cooperativas destinadas exclusivamente à erva-mate.

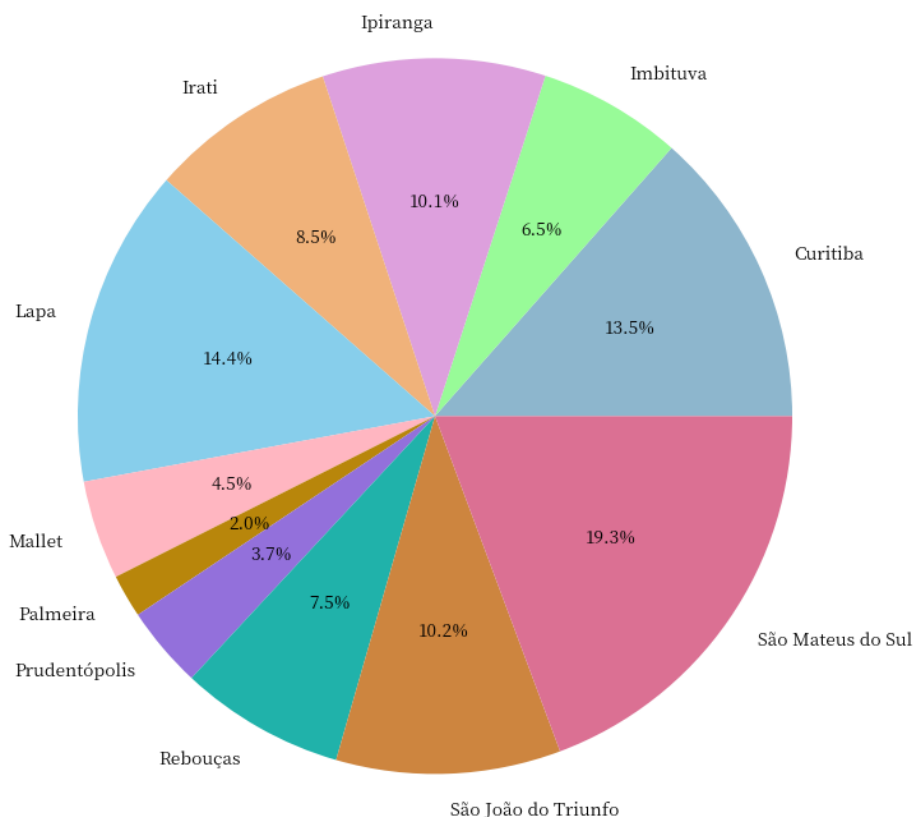
Tabela 4. Cooperativas de erva-mate.

Cidade	Cooperativa de erva-mate
Curitiba	Curitiba
Guarapuava	Guarapuava
Imbituva	Imbituva
Ipiranga	Ipiranga
Irati	Florestal
Lapa	Legendária
Mallet	Concórdia
Palmeira	Palmeira
Prudentópolis	Prudentópolis
Rebouças	Linha Sul
Rio Azul	Rio Azul
São João do Triunfo	Triunfo
São Mateus do Sul	Iguaçu
Teixeira Soares	Teixeira Soares
União da Vitória	Vitória

Fonte: Planificação Cooperativista do Mate, s.d. *apud* Oliveira, 1974.

Essas 15 cooperativas estavam localizadas nas regiões Centro-Sul e Sudeste do Paraná:

Gráfico 5. Distribuição de cooperados por município em 1943.



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

Os municípios que mais congregavam cooperados eram São Mateus do Sul (1.117 cooperados), Lapa (833) e Curitiba (780). Tratava-se, portanto, de uma parcela significativa da população, especialmente dos municípios menores; com exceção de Curitiba e Guarapuava, até hoje esses municípios não passam de 60 mil habitantes.

Visando articular os esforços, dois anos mais tarde, em 1945, os agricultores se organizaram para debater os impactos das políticas do INM na economia ervateira brasileira. Aconteceu, assim, o 1º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil, na cidade de Curitiba, reunindo uma expressiva participação de aproximadamente três mil cooperados do setor ervateiro. Dado o regime autoritário de Vargas, os congressos precisavam de autorização do governo, e, os que fossem considerados uma ameaça à ordem estabelecida, poderiam ser censurados ou proibidos; portanto, apesar da insatisfação com as políticas públicas, as discussões técnicas foram o cerne do evento. Uma parte desses cooperados saíram de Ipiranga com rumo à capital, em cima de caminhões por pelo menos um dia, pela desafiadora estrada de terra:

Imagem 20. Produtores de Ipiranga a caminho do 1º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil.



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2013).

Em uma fotografia que muito se assemelha às dos desfiles cívicos, na imagem 16, os produtores estão reunidos em frente à praça central de Ipiranga. Apesar da preponderância de homens, também estão embarcadas algumas mulheres, atrelando a produção ervateira – e suas discussões técnicas e políticas – ao trabalho feminino. Além disso, nota-se que esse foi um momento que mobilizou a cidade, chamando a atenção das crianças, exigindo um traje formal e contando com a presença de um fotógrafo que registrou, também, demais espaços importantes da erva-mate no município.

O 1º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil contou com representantes de diversas regiões produtoras: estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do território de Ponta Porã. As longas distâncias percorridas pelos ervateiros evidenciam o esforço logístico para participar do congresso em Curitiba, reconhecendo a importância desse evento para o setor. Nesse evento, ficou acordado que a COCPM controlaria os estoques, obrigando que os industriais a adquirir exclusivamente da Federação a erva-mate a ser comercializada. Somente quando extintas suas reservas, poderiam buscar outras fontes de abastecimento (Bertagnoli, 1978).

Durante a década de 1940, as cooperativas filiadas à Federação apresentavam um notável aumento no número de associados (Bertagnoli, 1978). Até 1946, as cooperativas foram impulsionadas pelo momento propício da economia ervateira associado às conquistas da

COCPM, que triplicou o preço mínimo por quilo e contribuiu diretamente para a produção, financiando e armazenando (IPARDES, 1974).

A Cooperativa dos Produtores de Mate de Ipiranga estava ligada ao principal ervateiro da cidade, Major Vicente de Castro, que doou um depósito antigo para a primeira sede:

Imagem 21. Cooperados da Cooperativa dos Produtores de Mate de Ipiranga.



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2013).

Na imagem, são identificados Elias Calixto, José Marques Portela, Nelson Silveira de Macedo, Ildirino Buhner, Major Vicente de Castro e Hildebrando Araújo. Esses cooperados faziam parte dos 584 produtores que constituíam a Cooperativa de Ipiranga em 1943, que foi presidida por João Denck, Bernardino Giovanetti Vaz, José Marques Portela, Alcides Colman de Miranda e João Leonel Denck (Lavalle, 1996).

Os ervateiros estavam bastante dispersos no território ipiranguense, “desde o Olho D'Água até Ivaí, Bom Jardim e outros pontos do município” (Lavalle, 1996, p. 36), e destinavam sua produção a empresas exportadoras. A maior parte da produção era adquirida por João de Paula Xavier⁴¹, em Ponta Grossa. De acordo com o Acervo Uriel Nogueira, esse industrial foi um dos poucos exportadores que mantiveram regularidade, interrompendo-a somente em 1959, três anos antes de seu falecimento. De 1945 a 1959, exportou, pelo INM, 566.800 quilos.

⁴¹ Filho de Joaquim de Paula Xavier, personalidade conhecida em Ponta Grossa como Dr. Paula Xavier.

Dada a importância dessa organização, a Cooperativa se mudou para um barracão grande ao fundo do Clube 1º de Janeiro (Clube Asdecopi), que atualmente pertence ao Grupo Blum. Localiza-se na rua João Denk, cujo nome homenageia o presidente da Cooperativa que foi responsável pela construção do prédio.

Imagem 22. Última sede da Cooperativa dos Produtores de Mate de Ipiranga.



Fonte: Casa da Cultura de Ipiranga (2013).

Major Vicente de Castro, enquanto principal ervateiro do município, possuía dois depósitos de erva-mate e foi essencial para a constituição da Cooperativa, apesar de não haver indícios de que ele residiu em Ipiranga. De acordo com *O caderno de Dona Selmira* (1989), um livro escrito por sua filha Selmira, o Major trabalhava para uma Casa Atacadista de São Paulo, provavelmente comercializando parte da erva por ele produzida. Essa personalidade, que era bastante ativa na vida política de Ipiranga na primeira metade do século XX, é uma figura central para compreender a conexão, mediada pela erva-mate, das cidades pequenas com a capital do Estado, estabelecida a partir de relações entre famílias ervateiras.

O Barão do Cerro Azul, que tinha um depósito em Ipiranga (Lavalle, 1996), era sogro de Fido Fontana, da importante ervateira Fábricas Fontana S.A. Uma das principais empresas que Fido Fontana trocava cartas era a Farhat & Cia. (Stollmeier, 2016), pertencente ao sírio Nicolau

Farhat⁴², comerciante e exportador de erva-mate de Ipiranga. Nesse contexto, Hildebrando Araújo era um importante funcionário de Farhat, e, portanto, possuía relações com Fontana. Hildebrando, ao se destacar no comércio de erva-mate, passou a gerir a Farhat & Cia. – a Casa de Comércio que foi a primeira sede da cooperativa –, se casou com a filha do ervateiro Major Vicente de Castro, e, posteriormente, mudou-se para Curitiba para gerenciar o engenho do sogro (Lavalle, 1996). Major possuía também outra filha, casada com Flávio Suplicy de Lacerda, da José Lacerda & Cia Ltda., que tinha uma irmã casada com David Carneiro, da David Carneiro & Cia S.A.. Depois de viúvo, Fido anexou o engenho herdado por sua esposa, com o seu, dando origem ao grande engenho da família Fontana (Stollmeier, 2016). Fido era, também, sogro de Ivo Leão, da Leão Jr. & Cia (Fernandes, 2019).

Com todos esses nomes e personalidades, é possível notar que a erva-mate produzida em Ipiranga teve uma participação direta nas grandes empresas da capital. Com exceção da Leão Jr. & Cia, todas essas empresas citadas foram condensadas em 1953, originando a Moinhos Unidos Brasil-Mate. Enquanto isso, o maior negociante de erva-mate de Ipiranga e formador da cooperativa do município, Hildebrando Araújo atuou como jornalista⁴³ e, posteriormente, sua influência econômica e social se transformou em força política, chegando à Assembleia Legislativa do Paraná, sendo conhecido como Coronel Brandico (Lavalle, 1996).

Através de alianças estratégicas e casamentos que fortaleceram laços comerciais, estruturou-se o mercado da erva-mate, e o movimento cooperativista não fugiu dessa lógica. O cooperativismo rural paranaense demonstra que a constituição legal e organizacional do cooperativismo só ocorre após se estabelecer como um agente econômico. Este, por sua vez, provém da junção do gerenciamento empresarial e da representação política do empresariado. Nesse sentido, a atuação do Estado foi fundamental no incentivo à criação das entidades, orientação e fiscalização. Por outro lado, suas ações geraram uma desigualdade entre os próprios cooperados ao formar uma elite político-representativa responsável pela interlocução entre o Estado e os cooperados. Como foi possível acompanhar pelo caso de Hildebrando Souza, o modo de funcionamento das cooperativas abriu os caminhos para que os promotores dos interesses dos associados se tornassem, posteriormente, representantes políticos (Costa e Stöberl, 2016).

⁴² Farhat começou no comércio na região de Ivaí, interior de Ipiranga, e era chamado de Papai Noel da pobreza de Ipiranga. Despontou no comércio e na indústria, mudando-se para Ponta Grossa e, posteriormente, instalando uma serraria em São Paulo, ainda em funcionamento (Lavalle, 1996).

⁴³ Hildebrando Souza foi redator nos jornais *O Serrote* e *Ipiranga* e proprietário e diretor do *Diário da Tarde* em Curitiba (Lavalle, 1996).

O papel exercido pelo município de Ipiranga, enquanto ponto de produção e articulação comercial, reforça a importância das pequenas cidades na dinâmica estadual. A economia ervateira, mesmo que já não ocupasse o posto principal, seguia permeado por uma complexa teia de relações que envolviam produtores, industriais, políticos e comerciantes de diferentes origens. Mesmo que o objetivo comum fosse a manutenção da exportação do mate, os conflitos provenientes dessas relações antagônicas foram consumindo o movimento cooperativista da erva-mate.

3.4 A DESTITUIÇÃO DA BASE

A economia ervateira prosperou de maneira satisfatória desde que as cooperativas foram organizadas, em 1943, até o início de 1947, havendo um crescimento de quase 75% no número de cooperados – em 1947, o Paraná chegou a ter 9.766 ervateiros cooperados. Entretanto, os industriais, cientes das mudanças que o movimento cooperativista promovia no território, passaram a realizar campanhas para desligá-lo, argumentando que a COCPM era prejudicial à economia ervateira. Em reportagens veiculadas pelo jornal *O Dia*, de Curitiba, em 1936, a COCPM foi descrita como uma organização indesejável, com membros caracterizados como "lobos travestidos de ovelhas" e a instituição como um "monstro merecedor da indiferença e frieza" (Bertagnoli, 1978).

Mesmo com conquistas pontuais, a resistência dos industriais se somava à falta de capital da COCPM – já que o recurso para seu funcionamento era proveniente de um percentual sob a erva exportada –, culminando no fechamento quatro anos após sua fundação. Com isso, as cooperativas, com capital muito inferior ao do parque industrial, sofreram inúmeras dificuldades comerciais e financeiras motivadas pela precária assistência e amparo aos produtores, mesmo que já houvesse um instituto dedicado exclusivamente à erva-mate, que, após o fim da COCPM, se tornou responsável pela coordenação do movimento cooperativista. Resultado dos inúmeros esforços políticos, o INM agora controlava as cooperativas e definia os preços para exportação e mercado interno. Para as cooperativas, o INM criou a Comissão de Planejamento Cooperativo do Mate, cuja função era autorizar a Federação a realizar operações de crédito com o Banco do Brasil ou outro estabelecimento fiscal (Bertagnoli, 1978). Portanto, o INM se tornou uma ponte que decidia se as cooperativas teriam ou não acesso a crédito.

Além do fim da COCPM, a partir de 1947 uma série de fatores contribuíram para o declínio desse setor: houve a abolição do regime de cotas; o acúmulo de grandes estoques nas cooperativas; o excesso de produção e a redução da demanda; a escassez de divisas no mercado

internacional; os problemas internos de organização e funcionamento das cooperativas e a falta de planejamento. Apesar dos impactos negativos da dissolução da COCPM, a princípio as cooperativas continuaram atuando tanto na comercialização – intermediando a venda da produção de seus associados nos mercados interno e externo –, quanto no beneficiamento da erva-mate. Entretanto, sem um órgão que efetivamente as amparasse, ao longo do tempo o setor perdeu espaço em relação a novos segmentos cooperativistas que surgiram no Estado, baseados em produtos agrícolas como o café e, posteriormente, o trigo e a soja (Lima, 1974 *apud* Serra, 2013).

Entre 1947 e 1959, houve uma redução de 12,48% no número de cooperados do Paraná, reflexo da dissolução da cooperativa de Curitiba. No entanto, nas demais cooperativas, não houve perda nem acréscimo significativo de membros. Mesmo com as dificuldades impostas, o movimento cooperativo estava inserido no território e já era habitual a necessidade de resistir às pressões, ao tempo em que se uniam todas as entidades representativas à doutrina (os princípios norteadores) e à filosofia cooperativista (o escopo social de igualdade e solidariedade) (Costa; Stöberl, 2016).

As tentativas de organização seguiam. Em 1957, 12 anos após o primeiro congresso, a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate se dirigiu à Câmara dos Deputados solicitando recursos para a realização do 2º Congresso Cooperativo de Ervateiros do Brasil. Os motivos expostos reconheciam que o cenário não era mais o mesmo que o evento de 1945:

O que era, em 1945, um esboço, um plano, uma previsão, é agora uma patente realidade.

Aí estão trinta e três Cooperativas filiadas a quatro Federações estaduais, abrangendo toda a imensa área em exploração da mancha ervateira do Brasil.

Aí está uma perfeita rede de armazéns, possibilitando a estocagem e o escoamento controlado de um produto delicado como é o mate.

Aí estão engenhos modernos, nas sedes das quatro Federações, beneficiando ou industrializando o produto, dentro dos mais modernos métodos.

Aí estão os patrimônios dos ervateiros, administrados por dirigentes eleitos dentre a classe, assistidos e fiscalizados, pelo Ministério da Agricultura, ao qual se deve grande parte do êxito desse empreendimento.

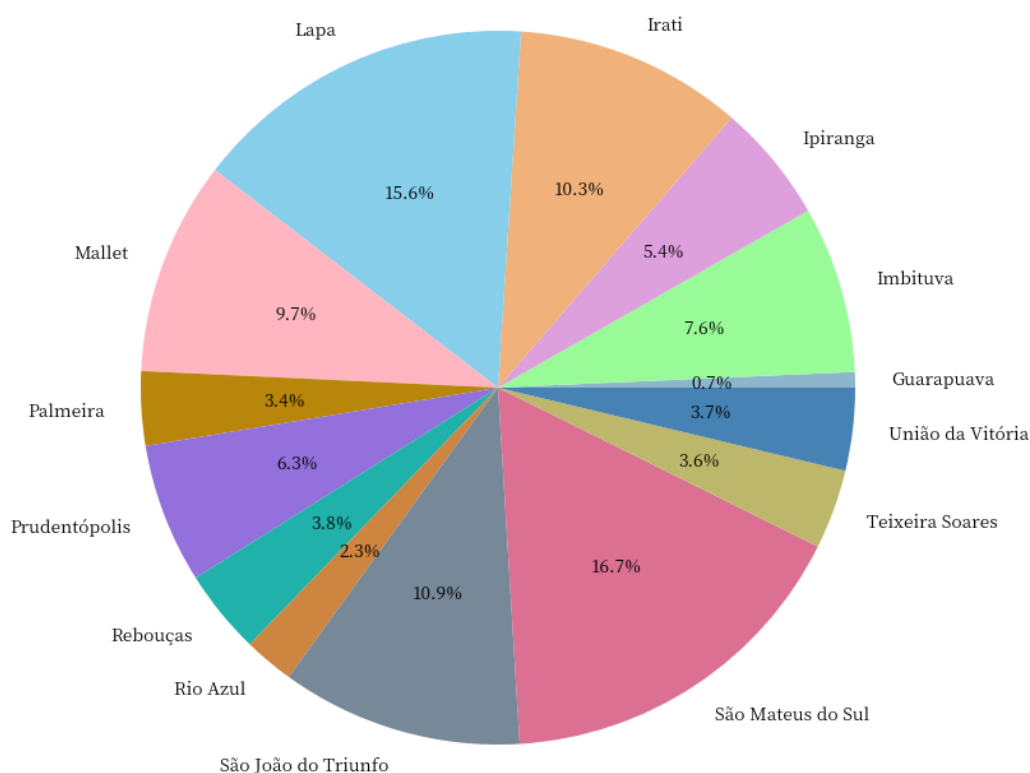
Mas, acima dos capitais imobilizados em sedes, engenhos e armazéns, acima dos vultosos patrimônios, estão vinte mil produtores inscritos nas trinta e três Cooperativas, participando dos benefícios de um sistema econômico-social reconhecidamente benéfico às coletividades produtoras (Federação das Cooperativas de Produtores de Mate à Câmara dos Deputados, 1957).

Através de um discurso que glorificava as conquistas cooperativistas, houve a aprovação do recurso destinado ao evento. Entretanto, não foram encontrados mais registros sobre sua ocorrência.

Mesmo com a redução de cooperativas e cooperados de 1947 a 1959, houve um acréscimo de 2.951 cooperados entre o ano inicial dos dados, 1943, e o ano final, 1959. Esse crescimento

partiu da criação de outras três cooperativas de erva-mate: em 1946, a de Guarapuava e de Rio Azul, e, em 1952, a de Teixeira Soares. Aumentada a quantidade de cidades com cooperativas, o cenário, em 1959, era:

Gráfico 6. Distribuição de cooperados por município em 1959.



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

As cooperativas de São Mateus do Sul e da Lapa continuavam liderando em número de cooperados, seguidos por São João do Triunfo, Irati e Mallet.

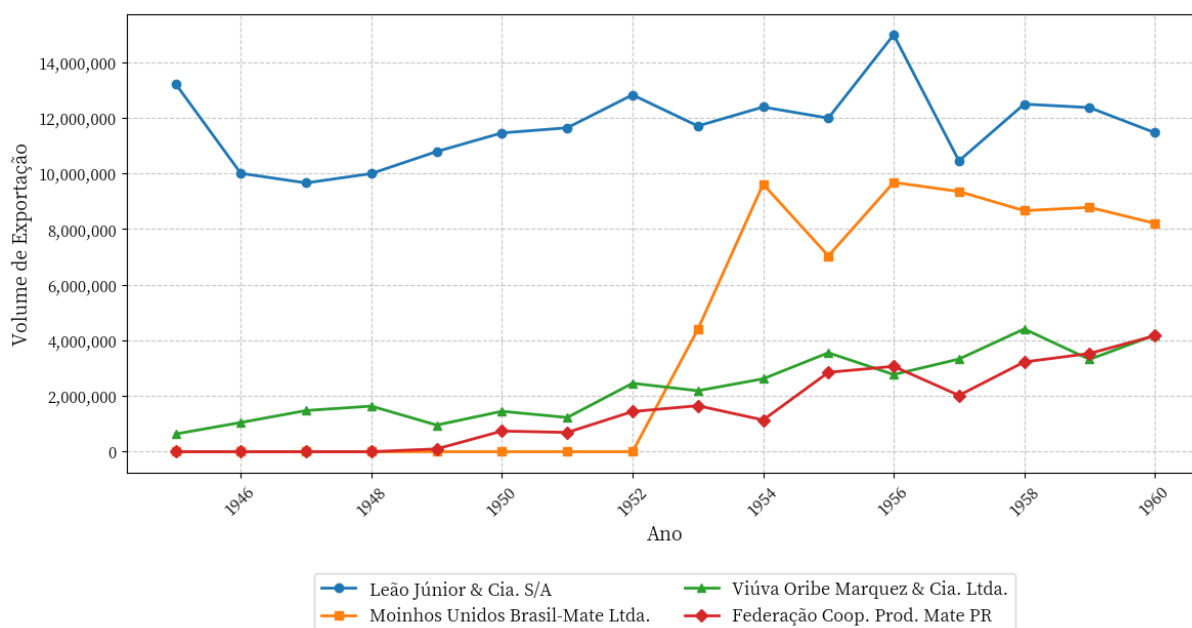
No período de 1945 a 1946, nenhuma cooperativa realizava exportações. Entre 1947 e 1948, a Federação Cooperativa dos Produtores de Mate de Santa Catarina Ltda. começou a exportar pelo Paraná, provavelmente incluindo a produção paranaense. Posteriormente, entre 1949 e 1960, a Federação Cooperativa de Produção de Mate do Paraná Ltda. assumiu essa função.

Das 15 cooperativas do Paraná, apenas quatro exportaram diretamente: Vitória (1958), Rebouças (1959 e 1960), Iguaçu (1956 a 1960) e Prudentópolis (1952 a 1959). Os volumes variavam entre 2.500 e 41.162 kg, com destaque para Prudentópolis (40.024 kg) e Iguaçu (41.162 kg). Apesar dessas exportações diretas, nenhuma cooperativa ultrapassou 1,8% do

volume exportado pela Federação, indicando que não havia concorrência significativa entre as cooperativas e a Federação que as representava.

A Federação Cooperativa de Produção de Mate do Paraná Ltda., que ocupava a 18ª posição em 1949, cresceu expressivamente no mercado internacional, passando à terceira maior exportadora em 1959, cujos dados são verificáveis no gráfico a seguir, elaborado com as 4 principais exportadoras de 1960:

Gráfico 7. Exportação de erva-mate (1945-1960).



Fonte: Dados do Acervo Uriel Nogueira. Elaborado pela autora (2025).

De acordo com o gráfico, é possível perceber que, mesmo dentre as maiores exportadoras, havia uma discrepância significativa das demais, com as duas maiores – a Leão Júnior, que em todos os anos se manteve na liderança, e a Moinhos Unidos, fundada em 1952 a partir da fusão de outras importantes indústrias. A Federação, portanto, não foi capaz de superar, e nem mesmo de se aproximar, da exportação de erva-mate beneficiada por essas duas empresas.

Com base nos dados gerais de exportação entre 1945 e 1960, foi possível compreender que não ocorreu uma queda na exportação das empresas privadas a partir da inserção da Federação do Paraná. Houve, sobretudo, um acréscimo da exportação total de erva-mate beneficiada nesse período. Ou seja, a atuação da Federação do Paraná não prejudicou o montante que já era exportado, indicando que muito provavelmente a produção que agora

passava pela Federação, antes era comercializada como erva-mate cancheada, por vezes sem passar pela taxaço do INM.

A única empresa que apresentou uma queda significativa na exportação foi Adalberto Araújo, a empresa ponta-grossense explanada no primeiro capítulo, indicando que problemas internos causaram o fechamento da empresa, e não um problema estrutural dessa economia.

Especula-se, portanto, que o motivo para a perseguição às cooperativas era devido ao aumento do preço da erva-mate cancheada, que, anterior a esse período, necessariamente seria destinada às empresas beneficiadoras e exportadoras. Com a inserção do pequeno produtor na exportação de erva-mate beneficiada, as empresas precisavam convencer cada agricultor, através da melhoria de pagamento, a disponibilizar a erva-mate ao particular. Com a valorização do produto, a longo prazo poderia ocorrer um enriquecimento dos produtores, tornando-os potenciais concorrentes das empresas tradicionais.

Retomando ao Gráfico 1, apresentado no primeiro capítulo, é possível rememorar que, desde 1940 houve uma tentativa de recuperar os altos índices de exportação, mas, ao menos durante o período analisado nesta dissertação, isso não aconteceu. De 1940 até a década de 1960, houve um crescimento de cerca de 25% nas exportações, o que também repercutiu no crescimento da Federação do Paraná. Entretanto, posteriormente a queda só se estendeu, ao menos até a década de 1980, assemelhando-se às perdas do pior período da crise, compreendido entre 1935 e 1940.

Ainda que haja ausência de dados no Acervo Uriel Nogueira sobre os primeiros anos da década de 1960, sabe-se que, em 1968 a Agro-mate Paraná Ltda. já substituiu a Federação nessa atividade, enquanto persistiam as mesmas condições precárias que afligiam os produtores menores. De acordo com análise realizada pela CODEPAR em 1965, os médios e grandes produtores apresentavam uma situação econômica favorável, sustentada por diversos fatores: maior disponibilidade de recursos, diversificação de atividades econômicas e, em alguns casos, atuação simultânea como industriais e exportadores. Esta posição privilegiada conferia aos grandes produtores maior autonomia e capacidade de articulação, recorrendo ocasionalmente a apoios institucionais. Em contraposição, a realidade dos pequenos produtores, que representavam a maioria expressiva do setor, bem como dos trabalhadores dos ervais, revelava-se extremamente precária. As condições de vida observadas nos ervais eram alarmantes, caracterizadas por moradias improvisadas em madeira e um ciclo persistente de pobreza, enfermidades e baixa produtividade. Este cenário desfavorável perdurava há mais de 100 anos, sem perspectivas concretas de transformação no contexto regional (Fernandes, 2019).

A Agro-mate, por mais que possuísse, na década de 1970, mais de cinco mil associados, a maior parte não operava mais com a cooperativa (IPARDES, 1974). Esse cenário pode ser atribuído a transformações econômicas e sociais, como a urbanização e a migração rural-urbana, que levaram muitos produtores a abandonar a atividade agrícola. Além disso, mudanças no mercado, políticas agrícolas e a falta de sucessão geracional entre os produtores de mate contribuíram para o declínio das operações ativas, somadas às dificuldades financeiras ou operacionais da cooperativa que reduzem o engajamento dos associados. Apesar disso, muitos mantiveram sua filiação por razões simbólicas ou de apoio à comunidade, garantindo que a cooperativa continuasse a representar seus interesses e a oferecer benefícios, mesmo com a redução da participação ativa.

Enquanto funcionou, a cooperativa foi fundamental para o acesso aos mercados por produtores de Ipiranga, que eram prejudicados pela ausência de uma ferrovia até a década de 1960, enquanto esse tipo de transporte era crucial ao escoamento da produção. O isolamento comercial da cidade certamente contribuiu para as culturas que foram adotadas posteriormente à exaustão dos recursos madeireiros e o declínio da produção de erva-mate. A partir de 1963, a cultura do fumo se espalhou pelas pequenas propriedades, através do incentivo ao cultivo e preparo das folhas, financiadas pela Companhia Souza Cruz. Para difundir a atividade, um representante da empresa, morador bastante conhecido no município, utilizava métodos inovadores, como exibições de filmes ao ar livre, instruindo os agricultores sobre plantio, colheita e financiamento. A produção de fumo se consolidou ao longo dos anos, permitindo que pequenas propriedades de três a quatro hectares fossem utilizadas, aportadas no trabalho familiar (Lavalle, 1996). Vale salientar que, em Ipiranga, a agricultura familiar permanece como o modelo de produção predominante, representando mais de 75% dos trabalhadores rurais nos dias atuais (IBGE, 2017).

Paralelamente, a modernização da agricultura brasileira impulsionou o plantio mecanizado de grãos, cujo processo de *sojificação* parte de uma estratégia empreendida pelo Estado, visando favorecer os grupos econômicos dominantes através de políticas públicas e propaganda intensiva (Klanovicz e Mores, 2017). Em Ipiranga, esse processo foi liderado por outro morador, a partir de 1976, cujo cultivo em larga escala exigiu áreas superiores a 50 hectares, devido ao alto custo dos equipamentos agrícolas. A introdução de técnicas modernas, como o plantio direto, contribuiu para o aumento da produtividade. A mecanização reduziu a necessidade de mão de obra, sendo empregados trabalhadores fixos ou sítiantes conforme a demanda sazonal. Além da agricultura, a suinocultura se tornou uma atividade relevante com a entrada da empresa Sadia (atual BRF S.A., uma das maiores companhias de alimentos do

mundo), que implementou um sistema integrado de criação e engorda de suínos. Esse modelo garantia um ciclo rápido de capital e um mercado estável para a produção local (Lavallo, 1996).

O abandono da produção ervateira e a centralização das grandes indústrias na capital, outras culturas passaram a ganhar espaço em Ipiranga, alterando não apenas o perfil econômico da região, mas também os hábitos de trabalho e o modo de vida dos produtores rurais, que tiveram que se adaptar a novas formas de cultivo e comercialização. Com isso, a identidade ervateira desses municípios mais fala sobre o costume, do que sobre uma possibilidade real de crescimento econômico, que, agora, está associado ao agronegócio – a atividade para a qual os descendentes de ervateiros se destinaram.

As primeiras consequências da Revolução Verde atingiram toda a região produtora da erva-mate no Paraná já na década de 1960. O processo de modernização agrícola, impulsionado pelo movimento global que promovia a adoção de tecnologias como maquinários, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes de alto rendimento, visava o aumento da produtividade agrícola e a integração do país ao mercado internacional de *commodities*. Nota-se que, enquanto no processo de independência do Brasil a erva-mate foi utilizada como um instrumento da democracia, agora ela apresentava um obstáculo para a inserção do Paraná no mercado internacional.

A concentração fundiária se tornou um dos grandes entraves para a agricultura familiar nesse período. A ausência de políticas públicas específicas para a erva-mate, aliada à falta de uma reforma agrária efetiva, beneficiou os grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos agricultores. Essa realidade dificultou a organização dos produtores de erva-mate, que enfrentavam não apenas a competição com culturas mais rentáveis, mas também problemas estruturais, como baixos preços pagos aos produtores e a carência de infraestrutura adequada para o beneficiamento do produto. Além disso, o mercado da erva-mate passou por uma fase de declínio, não apenas no produto voltado à exportação, mas no âmbito interno, devido à concorrência com produtos industrializados, como café e refrigerantes (Bonallume, 2003).

Apesar desses desafios, muitos pequenos produtores mantiveram práticas tradicionais de cultivo da erva-mate, sobretudo o sistema sombreado sob a cobertura da Mata Atlântica. Essa prática contribuiu para a conservação de áreas nativas, especialmente realizada por comunidades caboclas e quilombolas, que tinham na erva-mate um elemento importante de sua subsistência e começaram a reivindicar maior apoio e reconhecimento para preservar suas práticas tradicionais.

A crescente conscientização sobre os problemas ambientais e sociais associados ao modelo de desenvolvimento adotado no período levou a uma reavaliação das práticas agrícolas

e à busca por alternativas mais sustentáveis, especialmente no final da década de 1970. Embora ainda não houvesse uma estrutura formal e consolidada, como a que surgiria nas décadas seguintes, alguns produtores começaram a se articular em associações para enfrentar os desafios comuns. Essas primeiras formas de organização foram importantes para a troca de experiências e para a busca de soluções coletivas, como a melhoria das práticas de cultivo e a tentativa de acesso a mercados mais justos. No caso dos produtores de erva-mate, essa mudança de perspectiva preparou o terreno para as transformações que ocorreriam nos anos 1980, quando a organização coletiva e a adoção de práticas agroecológicas ganharam força.

Estando o Brasil em um momento de transição política e social, o processo de redemocratização trouxe consigo novas demandas por participação popular, justiça social e desenvolvimento sustentável. No campo, esses anseios se traduziram em um fortalecimento dos movimentos sociais rurais, que passaram a reivindicar políticas públicas específicas para a agricultura familiar e a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis. Nesse contexto, os produtores de erva-mate, que haviam enfrentado marginalização e dificuldades econômicas nas décadas anteriores, encontraram novas oportunidades para se organizar e buscar alternativas para seus problemas. Novamente, foi um processo político que deslocou o papel da erva-mate – agora, esse produto que sempre teve um papel importante na cultura e na economia regional, passou a ser visto não apenas como um bem tradicional, mas também como um símbolo de resistência e sustentabilidade (Chaimsohn *et al.*, 2013).

Surgiram, então, os primeiros movimentos de organização social e sindical entre os produtores rurais. A fundação de sindicatos rurais, ainda que inicialmente voltada para a luta por direitos trabalhistas e acesso à terra, gradualmente compreendiam os produtores de erva-mate, ao tempo em que a luta pela terra não era vista apenas como uma questão de posse dos meios de produção, mas como uma representação dos valores, formas de vida e de identidades. Vindo a fortalecer esse movimento, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) desempenhou um papel fundamental na articulação dos produtores de erva-mate e na defesa de seus interesses, oferecendo apoio técnico, político e jurídico (FETRAF-PR, 2025). Essas organizações permitiram que os produtores ganhassem maior poder de negociação, tanto no acesso a insumos e tecnologias quanto na comercialização de seus produtos, além do acesso a políticas públicas e programas governamentais voltados para a agricultura familiar.

Outro aspecto fundamental desse período foi a introdução dos conceitos de agroecologia entre os produtores de erva-mate. A agroecologia, que propõe um modelo de produção agrícola baseado nos saberes tradicionais, na sustentabilidade ambiental e na justiça social (Altieri, 1998), encontrou na erva-mate um campo fértil para sua aplicação. O papel das organizações

não governamentais, como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), foi decisivo para a disseminação de práticas agroecológicas – ao atuar diretamente com os produtores, a AS-PTA promoveu capacitações, intercâmbios de experiências e a adoção de práticas agroecológicas. Essas práticas incluíam o cultivo sombreado, que mantém o sistema tradicional de cultivo da erva-mate sob a sombra da Mata Atlântica, preservando a biodiversidade e contribuindo para a sustentabilidade ambiental; a redução de agrotóxicos, a adubação verde e a adoção de técnicas que minimizam o uso de insumos químicos, priorizando o controle natural de pragas e doenças; e a valorização dos saberes locais, integrando os conhecimentos tradicionais dos produtores com técnicas modernas de manejo sustentável (AS-PTA, 2010).

A adoção de práticas agroecológicas e a organização coletiva dos produtores tiveram impactos positivos tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Do lado social, houve uma melhoria nas condições de vida dos produtores, com aumento da renda, maior acesso a políticas públicas e fortalecimento da identidade cultural associada à erva-mate. Do ponto de vista ambiental, o cultivo sombreado da erva-mate contribuiu para a preservação da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A integração da erva-mate com a floresta nativa ajudou a manter a biodiversidade, a proteger os recursos hídricos e a mitigar os efeitos das mudanças climáticas (Chaimsohn *et al.*, 2013).

A agroecologia não apenas melhorou a qualidade da erva-mate produzida, mas também criou um produto que tem plena capacidade de atingir novos mercados. Entretanto, apesar da crescente valorização dos produtos orgânicos e sustentáveis, a erva-mate agroecológica segue procurando um espaço nesse mercado e um reconhecimento enquanto um produto de alta qualidade e baixo impacto ambiental, ao contrário do que ocorre com os monocultivos de erva-mate a pleno sol. Mesmo com os esforços de instituições como CEDerva e Embrapa, a falta de subsídios às pesquisas sobre erva-mate sombreada colocam em xeque a valorização comercial do produto, e, consequentemente, a justa remuneração dos produtores. Mesmo que historicamente as cooperativas tenham contribuído para o acesso ao mercado de exportação, atualmente, a única cooperativa dedicada exclusivamente à erva-mate no Paraná é a Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (COOPERMATE), localizada em Santa Maria do Oeste, constituída por 536 famílias de assentados e 194 sócios. Em um movimento inovador articulado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a COOPERMATE consegue, através da parceria com a empresa Guayaki Yerba Mate, destinar parte de seus produtos à exportação (Sandri, 2019), numa rara parceria de sucesso.

A impossibilidade de comercialização direta, desde a criação das legislações sanitárias pelo Ministério da Agricultura, na década de 1980, transformou a relação das famílias com esse produto. A falta de recursos para a construção de uma indústria de beneficiamento nos moldes exigidos pela lei, coage à venda do produto sem processamento para a grande indústria. Detentora do poder, é essa indústria que determina a remuneração dos agricultores – sem alternativa, os agricultores recebem pelo quilo da erva-mate o quanto o parque industrial decide pagar. Com o passar dos anos, originou-se o cenário atual, no qual é absolutamente incomum um agricultor conseguir se sustentar apenas com o capital obtido pela colheita de erva-mate agroecológica, sem se render aos monocultivos de *commodities*.

A sustentabilidade de comunidades tradicionais, como o caso do Faxinal dos Lemes, em Ipiranga, foi arruinada pela introdução de insumos químicos e pelo desmatamento, que resultaram na perda de biodiversidade e na extinção de práticas tradicionais de manejo da erva-mate. Esse processo não apenas comprometeu a segurança alimentar das famílias faxinalenses, mas também as tornou dependentes de um sistema econômico vulnerável.

O Faxinal dos Lemes é apenas uma das inúmeras comunidades tradicionais que foram assediadas pelas políticas desenvolvimentistas e que, mesmo respaldado no zelo à terra, seus moradores não conseguiram resistir às pressões externas. No momento de criação das legislações que visam salvaguardar esses locais, esse faxinal já estava desestruturado, levando ao não reconhecimento da comunidade como uma Área Especial de Uso Regulamentado do Paraná.

Na conjuntura desses fatores, não apenas uma área produtiva foi degradada para dar vez aos monocultivos, mas a cultura desses povos tradicionais é colocada em perigo. Da possibilidade de aumento de renda, eles perderam o que haviam estruturado por mais um século, e uma mata que resistia mesmo enquanto alimentava a população, mas que só não resistiu ao “progresso”.

Essa não é, infelizmente, uma história à parte, um caso restrito. Muitos dos faxinais que não existem mais passaram por histórias similares, algo que nem mesmo a legislação específica conseguiu deter.

Na conjuntura desses entraves, os agricultores erveiros agroecologistas, como os mesmos se denominam, se aportam na erva-mate sombreada como um símbolo para a superação da marginalização do pequeno trabalhador rural que se posiciona contrário às práticas predatórias do agronegócio. Resta, agora, o devido reconhecimento social e monetário desses atores como fundamentais à preservação da natureza e das práticas ancestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando o percurso desta pesquisa, é possível reconhecer que a trajetória da cadeia produtiva da erva-mate no Paraná, entre as décadas de 1930 e 1960, se constrói a partir de um emaranhado de relações históricas, econômicas, sociais e ambientais que definiram tanto o papel das comunidades produtoras quanto os rumos do setor industrial. Partiu-se da problemática central – compreender os fatores que afastaram as comunidades ervateiras do capital gerado pelo mercado da erva-mate – para, ao longo da análise, evidenciar que tal afastamento não se explica por determinismos naturais ou por uma suposta incapacidade dos agricultores em se inserir no mercado, mas, sobretudo, por uma estrutura que concentrou poder e renda nas mãos de uma elite industrial e comercial, apoiada por políticas estatais seletivas. Tal sistema, especialmente verificado em países vítimas da colonização, é construído por essas duas categorias de poder – o econômico e o político – que se transpõem, dando origem a uma base institucional constituída por líderes comerciais e políticos que, afiliados, limitam a mobilidade social e a autonomia das comunidades produtoras através de mecanismos estruturais de subordinação.

A investigação percorreu diferentes dimensões dessa realidade: o potencial dos saberes tradicionais no manejo da planta; as formas de apropriação e transformação industrial da matéria-prima; as tensões geradas pelo ingresso de intermediários e pelo predomínio das grandes empresas exportadoras; e as tentativas de reequilibrar forças por meio da organização cooperativa. Ao analisar essas dinâmicas, buscou-se não apenas compreender um processo histórico local, mas também contribuir para o debate mais amplo sobre as interações entre trabalho rural, identidade ambiental e desenvolvimento econômico no Brasil.

A cadeia produtiva, excludente desde sua gênese, foi fundada na apropriação de saberes indígenas, ressignificados pela colonização – o domínio técnico dos Guarani e Kaingang sobre a colheita e o processamento da erva-mate foi subitamente capturado pelos colonizadores, enquanto a exploração mercantil aflorava através da cruzada de interesses imperialistas, liberais e oligárquicos. Contudo, as diferentes fases da economia da erva-mate permitiram que as práticas tradicionais, como o uso do carijó e barbaquá, coexistissem com inovações técnicas como o uso de vapor, barricas de araucária e processos de industrialização urbana.

A indústria ervateira, em seu auge, constituiu-se como um dos pilares da economia paranaense, inicialmente sustentada pela mão de obra nativa e, posteriormente, pela incorporação de imigrantes. A modernização tecnológica, marcada pela introdução de maquinários a vapor e novas técnicas de beneficiamento, impulsionou a expansão do setor, mas

também consolidou uma estrutura de poder concentrada nas mãos de grandes industriais. Esses agentes econômicos, contudo, não se restringiam à produção ervateira: diversificaram seus investimentos em setores como a mineração, a olaria, a exploração madeireira e, sobretudo, o cultivo do café, estabelecendo um modelo de acumulação de capital que persistia mesmo com as flutuações do mercado do mate. Essa estratégia assegurava a manutenção de seus lucros e a perpetuação de estilos de vida luxuosos, enquanto a maioria dos pequenos produtores e trabalhadores rurais permanecia em condições de pobreza persistente. Conclui-se que a industrialização da erva-mate no Paraná, embora tenha se fundamentado em práticas de cultivo tradicionais, não foi capaz de assegurar condições dignas de vida para aqueles que ocupavam a base da cadeia produtiva; pelo contrário, consolidou um modelo de acumulação de capital que perpetuava as desigualdades e marginalizava os saberes locais.

Nessa cadeia produtiva, os grandes industriais controlavam o beneficiamento e a comercialização da erva-mate, enquanto aos pequenos produtores rurais, geralmente organizados em unidades familiares, cabia o fornecimento da matéria-prima. Movida pelo capital, a relação de subordinação originada por essa dinâmica, somada à ausência de políticas públicas que refreasse a atuação dos industriais no campo, permitiu que esses barões compelissem os agricultores a migrar para os centros urbanos e se incorporar ao operariado. O êxodo rural, longe de ser um fenômeno natural, foi resultado de uma coerção econômica que inviabilizou a permanência no campo, acentuando as desigualdades estruturais entre o grande e o pequeno capital.

No centro dessa análise, a metáfora do pêndulo da erva-mate mostrou-se um recurso interpretativo fundamental. A transição da força humana para a maquinofatura, na primeira metade do século XX, simboliza a “energia cinética” que permitiu às grandes indústrias atingir o ápice de sua influência econômica e política. Entretanto, essa transformação não beneficiou de forma proporcional os produtores de menor porte, que, sem acesso a crédito, equipamentos modernos e canais diretos de comercialização, permaneceram detentores de uma “energia potencial” não convertida em mobilidade social ou em maior participação na renda gerada.

No âmago da estrutura produtiva, os trabalhadores rurais e posseiros representavam o elo mais vulnerável da cadeia ervateira. Submetidos a um processo contínuo de expropriação dos meios produtivos, esses grupos perderam gradualmente o controle sobre sua produção e a capacidade de participar de forma autônoma do mercado. Sem acesso à terra em condições seguras, às tecnologias de beneficiamento e aos canais de comercialização, restava-lhes vender a matéria-prima a preços baixos ou migrar para as cidades em busca de trabalho assalariado, muitas vezes em condições igualmente precárias.

Dentro dessa dinâmica, os intermediários exerceram papel central na manutenção do desequilíbrio. Atuando como atravessadores entre produtores e indústrias, absorviam parcela significativa do valor que poderia retornar aos agricultores. Valiam-se de assimetrias de informação e de crédito, impondo condições de compra que impediam os produtores de negociar igualitariamente. Figuras como Nagib e outros comerciantes destacados nas fontes históricas funcionavam como uma camada extra de extração de valor na cadeia, reduzindo ainda mais a margem de renda dos ervaíros e contribuindo para que o pêndulo permanecesse preso ao lado do capital concentrado.

No topo da hierarquia encontravam-se os grandes industriais, vinculados historicamente à oligarquia paranaense. Além de controlarem os meios de produção e beneficiamento, exerciam influência decisiva sobre as instâncias políticas e institucionais. Essa capacidade de moldar políticas públicas de acordo com seus interesses ficou evidente na atuação do Instituto Nacional do Mate (INM), que frequentemente favorecia os grandes exportadores, dificultando o acesso de pequenos produtores a crédito e mercados externos. Especialmente representadas pela Leão Júnior e pela Moinhos Unidos, essas empresas se consolidaram como potências econômicas e símbolos do poder industrial ervaíro, cujo domínio nas exportações não apenas assegurava lucros substanciais, como também lhes permitia ditar os rumos da produção.

Enquanto os grandes industriais favoreciam-se pela estrutura, centenas de pequenos produtores e cooperativas lutavam para sobreviver em um sistema estruturalmente adverso, sobrecarregados por custos de transporte, tributações elevadas e ausência de assistência técnica efetiva. O resultado disso foi um impacto profundo sobre a estabilidade econômica e social dos pequenos municípios produtores, marginalizando os saberes locais e relegando à erva-mate a um papel secundário ou meramente representativo, reduzindo essa rica história econômica e cultural a um estereótipo relacionado ao consumo de chimarrão. Esse processo de apagamento da memória social e econômica das comunidades ervaíras deve ser compreendido como parte da mesma lógica de expropriação e subalternização que sustentou o desequilíbrio do pêndulo.

Ainda que o Paraná mantivesse vastas áreas de ervais nativos no período estudado – diferentemente da Argentina e do Rio Grande do Sul, que já na década de 1930 investiam em monocultivos – a dinâmica de exploração não resultou em fortalecimento das comunidades locais. O deslocamento da produção dos arredores de Curitiba para as regiões Centro-Sul e Sudeste do estado, que hoje figuram entre as maiores produtoras mundiais, não implicou necessariamente a instalação de grandes indústrias nesses territórios. A produção permaneceu voltada ao abastecimento das plantas industriais nos maiores centros populacionais, mantendo

a dependência logística e financeira dos pequenos agricultores em relação aos grandes processadores.

Esse cenário foi reforçado pela opção de classe do Estado, que se manifestava com clareza sempre que os interesses industriais demandavam suporte, mas se mostrava inerte às reivindicações dos produtores. A atuação estatal, em aliança com os industriais, não apenas construiu a infraestrutura necessária à expansão da produção e do beneficiamento, como também legitimou práticas de mercado que restringiam a capacidade competitiva dos agricultores e cooperativas. Essa parceria se refletiu na manutenção de políticas tributárias desfavoráveis aos pequenos, na ausência de assistência técnica adequada e na dificuldade de acesso a crédito compatível com suas necessidades.

Foi nesse contexto adverso que o cooperativismo ervateiro surgiu como tentativa concreta de alterar o curso do pêndulo em direção a um equilíbrio projetado. As cooperativas buscaram criar mecanismos de comercialização direta, eliminar intermediários e conquistar maior autonomia para os produtores. Experiências como a COCPM (Cooperativa Central dos Produtores de Mate) e a atuação da Federação dos Produtores de Mate foram expressões dessa mobilização coletiva, alicerçada na necessidade de recuperar parte do valor agregado que, de outra forma, era apropriado pelos industriais.

O movimento cooperativista, ainda que representasse um importante processo de resistência, através do qual os agricultores visavam proteger sua renda, buscar preços mais justos e reduzir a dependência dos intermediários e industriais que controlavam o mercado, foi também persuadido pelos limites impostos por um mercado cada vez mais oligopolizado e um Estado atrelado aos interesses das elites industriais. As ações cooperativas – como a padronização de preços para a erva-mate cancheada, a comercialização direta com o mercado externo e a organização de congressos de produtores – revelavam uma clara tentativa de acessar parte do protagonismo econômico. No entanto, a dependência de crédito, a falta de acesso maquinário moderno e a necessidade de autorização ou mediação estatal mostravam que a autonomia plena era inalcançável naquele contexto. Suas conquistas reais, afinal, dependeram de momentos de mobilização e coesão social, bem como de sua capacidade ou não de se manter independente das forças que buscavam instrumentalizá-lo.

A metáfora do pêndulo ajuda a compreender o significado dessa resistência: a ascensão do cooperativismo representou a “energia cinética” dos produtores tentando se elevar a um patamar mais favorável no movimento pendular. Houve momentos de impulso e organização que pareciam deslocar a balança em direção a maior equidade; porém, as forças estruturais do

capital industrial, somadas à opção de classe do Estado, invariavelmente empurravam o pêndulo de volta ao seu ponto de desequilíbrio.

A resistência cooperativa, embora importante, não foi capaz de romper definitivamente com a concentração de poder. E, à medida que novas culturas agrícolas começaram a expandir-se – como o fumo e a soja –, o papel da erva-mate no setor industrial declinou. Esse redirecionamento produtivo não significou necessariamente maior independência econômica para as comunidades rurais; ao contrário, introduziu novas formas de dependência ligadas ao mercado global.

Esse processo histórico demonstra que a trajetória da erva-mate não pode ser dissociada de um movimento constante de tensão entre acumulação e resistência. Mesmo quando iniciativas coletivas conseguiram avanços pontuais, a estrutura geral do sistema permaneceu inclinada à concentração de renda e poder. Assim sendo, a busca pelo equilíbrio do pêndulo requer transformações estruturais capazes de modificar as relações de poder que sustentam o modelo produtivo.

A metáfora do pêndulo da erva-mate, concebida aqui como recurso analítico, revela-se particularmente fecunda quando articulada ao materialismo histórico e dialético. Tal como Schopenhauer concebeu seu pêndulo filosófico, oscilando entre dois extremos, o pêndulo da erva-mate não se movimenta entre dor e tédio, mas entre exploração e resistência. O movimento não é aleatório: ele responde a forças concretas que moldam a produção e a distribuição da riqueza na cadeia ervateira. No extremo da exploração, encontra-se a lógica de acumulação do capital industrial, que exige a apropriação sistemática do excedente gerado pelos produtores rurais; no extremo da resistência, situam-se as práticas coletivas, o cooperativismo, as alianças comunitárias e, mais recentemente, a agroecologia – todas formas de tensionar a estrutura produtiva na tentativa de deslocar o pêndulo em direção a um equilíbrio mais justo.

O movimento pendular da erva-mate, entretanto, foge da filosofia de Schopenhauer no que diz respeito à inevitabilidade do desequilíbrio, como sendo um destino inscrito na natureza dessa produção. Apresentando-se como uma proposta analítica, o materialismo histórico e dialético evidencia que tal desequilíbrio é o resultado de relações sociais de produção que podem ser transformadas. A expropriação dos meios produtivos e a opção de classe do Estado – ambas recorrentes no histórico do setor – moldaram uma economia em que os benefícios da industrialização foram apropriados por poucos, enquanto os custos e as instabilidades recaíram sobre muitos.

A análise dialética também permite compreender que as transformações históricas não ocorrem linearmente, mas resultam de contradições entre forças opostas. No caso da erva-mate,

as tentativas de organização dos produtores e a adoção de estratégias cooperativas funcionaram como antíteses à tese da exploração industrial. Embora nem sempre tenham produzido mudanças estruturais imediatas, tais experiências acumularam aprendizados, fortaleceram redes de solidariedade e mantiveram viva a possibilidade de alteração do movimento pendular.

Dessa expectativa, a partir da década de 1990, a agroecologia emergiu como um eixo fundamental de resistência. Ao propor um modelo produtivo baseado no respeito aos ciclos naturais, na preservação da biodiversidade e no fortalecimento da agricultura familiar, a agroecologia apresenta-se como contraponto à lógica do agronegócio e ao paradigma de monocultivos. Nas regiões Centro-Sul e Sudeste do Paraná, comunidades produtoras de erva-mate sombreada incorporaram práticas agroecológicas não apenas como opção técnica, mas como ato político, reafirmando sua autonomia diante das pressões modernizadoras, incorporando movimentos sociais, organizações comunitárias e instituições de pesquisa que reconheceram o valor cultural, ambiental e econômico dos sistemas tradicionais de manejo. Nesse sentido, a agroecologia não apenas dialoga com as demandas por sustentabilidade, mas também fortalece a luta por soberania alimentar, garantindo que as comunidades locais possam definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, livres do controle centralizado das corporações.

Desta forma, a resistência contemporânea dos erveiros – agricultores e agricultoras que preservam o cultivo sombreado – mostra que o pêndulo não está designado a oscilar permanentemente no sentido da exploração. Ao contrário, o fortalecimento dessas práticas indica a possibilidade real de um deslocamento duradouro do movimento pendular, desde que sejam asseguradas políticas públicas consistentes, acesso a mercados diferenciados e reconhecimento institucional.

O reconhecimento do Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/GIAHS) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) representa um marco significativo na história recente da erva-mate sombreada do Paraná. Mais do que um título honorífico, trata-se de um instrumento político e estratégico que legitima décadas de resistência das comunidades ervateiras e reforça a importância de seus sistemas produtivos tradicionais para a preservação ambiental, a segurança alimentar e a diversidade cultural.

Esse reconhecimento opera em múltiplos níveis. Em primeiro lugar, valida a centralidade dos saberes locais na manutenção de um sistema agrícola sustentável. Ao reconhecer oficialmente que o cultivo sombreado de erva-mate é não apenas viável, mas também essencial para a conservação da Mata Atlântica e para a preservação de práticas culturais, o SIPAM

rompe com a narrativa histórica que subordinava a produção tradicional às exigências do mercado industrial.

Em segundo lugar, o reconhecimento internacional abre novas possibilidades de inserção econômica para os produtores familiares, especialmente por meio da valorização de produtos de origem, certificações diferenciadas e nichos de mercado que premiam práticas sustentáveis e agroecológicas. Ao mesmo tempo, cria um ambiente político favorável para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas comunidades.

Em terceiro lugar, o título SIPAM/GIAHS funciona como catalisador da memória social. Ele reforça a narrativa de que o patrimônio agrícola da erva-mate não se limita a um produto comercial ou a um símbolo cultural desvinculado de suas raízes históricas. Ao contrário, trata-se de um patrimônio vivo, continuamente recriado por comunidades que resistiram a sucessivas ondas de modernização excludente e que, por meio de práticas adaptativas, mantiveram uma relação de equilíbrio com o território.

A valorização do patrimônio agrícola tradicional está intimamente ligada à preservação da identidade cultural. Ao reconhecer a importância da erva-mate sombreada, o SIPAM contribui para combater o apagamento histórico que reduziu a complexidade das comunidades ervateiras. Esse resgate simbólico é tão importante quanto o suporte econômico, pois fortalece o sentimento de pertencimento e de legitimidade social dos agricultores.

Entretanto, o título em si não garante a transformação estrutural do setor – o SIPAM/GIAHS deve ser entendido como ferramenta estratégica de resistência, mas não como solução definitiva. Para que o reconhecimento se traduza em mudanças concretas, é necessário que ele seja acompanhado por políticas de incentivo, investimentos em infraestrutura adequada, programas de capacitação técnica e ampliação dos canais de comercialização, utilizando-se da inserção das comunidades no circuito mais amplo de debates sobre sustentabilidade, soberania alimentar e justiça social.

A análise histórica desenvolvida nesta dissertação mostra que o desequilíbrio do pêndulo da erva-mate não é inevitável, e que, embora tenha se mantido como característica predominante ao longo das décadas analisadas, é resultado de relações sociais e econômicas construídas e, portanto, passíveis de transformação. Essa constatação reposiciona o debate: em vez de aceitar a desigualdade como destino, é possível reconhecê-la como campo de disputa, no qual diferentes atores – produtores, movimentos sociais, cooperativas, instituições públicas – podem intervir.

Nesse sentido, a agência humana torna-se elemento central. Os erveiros que mantêm práticas agroecológicas, as cooperativas que se articulam para eliminar intermediários, os

movimentos sociais que pressionam por políticas públicas e reconhecimento – todos eles representam formas contemporâneas de resistência. Ao longo da história, essas ações coletivas não apenas buscaram melhorar as condições econômicas, mas também reafirmaram a importância cultural e ambiental da produção sombreada de erva-mate.

Espaços de discussão e agenciamento, como o Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-Mate (CEDErv), demonstram essa capacidade de organização. Ao articular produtores, pesquisadores e entidades de apoio, esses movimentos promovem o resgate da memória social, defendem o patrimônio agrícola e lutam contra a marginalização histórica das comunidades ervateiras. Além disso, buscam inserir a produção tradicional em mercados diferenciados, valorizando a qualidade, a origem e o caráter sustentável do produto.

O reconhecimento institucional – como no caso do SIPAM/GIAHS – é, em grande parte, fruto dessa mobilização. Ele não surge de forma espontânea, mas como resultado direto da ação coletiva e da construção de alianças estratégicas. Esses avanços demonstram que, mesmo em um sistema marcado por profundas desigualdades estruturais, há espaço para iniciativas que reposicionem o papel das comunidades na cadeia produtiva.

A não-inevitabilidade do desequilíbrio implica reconhecer que o pêndulo pode, sim, oscilar em direção a um cenário mais equilibrado. Mas, para que isso ocorra, é necessário um conjunto articulado de medidas: políticas públicas que priorizem a agricultura familiar e agroecológica; investimentos em infraestrutura e beneficiamento local; ampliação dos canais de comercialização direta; fortalecimento das redes cooperativas; e reconhecimento pleno do valor cultural e ambiental dos sistemas tradicionais de produção.

O papel das cooperativas, nesse contexto, não deve ser subestimado. Mesmo limitadas pelas regras do mercado, elas continuam a representar um espaço privilegiado de articulação econômica e política para os produtores. Sua capacidade de negociar coletivamente, de compartilhar recursos e de criar marcas próprias constitui uma estratégia de resistência que pode ser expandida e adaptada às demandas atuais.

É fundamental compreender que a luta pelo equilíbrio do pêndulo da erva-mate não se resume à disputa econômica. Trata-se, sobretudo, de uma luta por reconhecimento – social, cultural, político e ambiental. Ao resgatar a centralidade das comunidades na constituição do patrimônio da erva-mate, este trabalho reafirma que o futuro desse sistema produtivo dependerá, acima de tudo, da capacidade dessas comunidades de continuar organizadas, mobilizadas e conectadas com redes de apoio e solidariedade.

A trajetória investigada nesta pesquisa também impõe a necessidade de desconstruir a narrativa industrial centrada que, por décadas, orientou a compreensão da história da erva-mate. A historiografia dominante e a memória social amplamente difundida atribuíram o protagonismo quase exclusivo à indústria, aos grandes engenhos e às figuras dos chamados “barões da erva-mate”. Embora a relevância desses atores seja inegável para a formação do setor, tal narrativa invisibilizou ou minimizou a importância das comunidades rurais que, por gerações, sustentaram a base produtiva e mantiveram vivo o sistema tradicional sombreado.

Ao recolocar no centro dessa história os trabalhadores rurais, posseiros e erveiros agroecológicos, a dissertação revela que o patrimônio da erva-mate não é um legado construído unicamente pela acumulação de capital, mas também – e principalmente – pela persistência de saberes, práticas e modos de vida que sobreviveram à industrialização excludente e às pressões do agronegócio.

O fortalecimento dessas comunidades de prática é condição fundamental para a manutenção do equilíbrio socioeconômico e ambiental. Isso inclui a valorização das práticas agroecológicas, o reconhecimento formal de seus direitos territoriais, a promoção de circuitos curtos de comercialização e a criação de mecanismos que garantam preços justos para a produção. Ao apoiar essas comunidades, assegura-se um modelo de produção que contribui para a soberania alimentar e para a resiliência dos ecossistemas locais.

Um dos elementos mais preocupantes revelados por esta investigação é o apagamento sistemático da memória social e cultural das comunidades ervateiras. Ao longo das décadas, a história da erva-mate foi progressivamente reduzida a um símbolo simplificado e despolitizado que, embora carregada de valor afetivo para muitos, invisibiliza a complexidade das relações de trabalho, das disputas territoriais, das resistências comunitárias e da própria luta pela sobrevivência econômica que moldaram a trajetória da erva-mate no Paraná.

Esse apagamento está intrinsecamente ligado à lógica de expropriação e subalternização que sustentou o modelo industrial. Ao marginalizar os saberes locais e reduzir a importância do cultivo sombreado a um aspecto folclórico, reforçou-se a ideia de que o desenvolvimento rural dependeria exclusivamente da modernização tecnológica e da integração ao mercado global. Assim, a própria noção de protagonismo do campo foi esvaziada, gerando a percepção de que somente a entrada de agentes externos – notadamente o agronegócio – poderia gerar “progresso” e “desenvolvimento” na produção.

Esse discurso contribuiu para o enfraquecimento da identidade rural. A agricultura familiar, que historicamente garantiu não apenas alimentos, mas também saúde, trocas de serviços e redes de solidariedade, passou a ser vista como atrasada ou improdutivo. Esse estigma

social fragiliza a coesão comunitária e dificulta a mobilização política em defesa dos modos de vida tradicionais. Ao mesmo tempo, legitima a concentração de terras e a busca por áreas agrícolas por parte de investidores que visam tanto à especulação fundiária quanto à incorporação dessas terras aos sistemas de produção de larga escala.

Como consequência, há a notável intensificação de um processo de ruptura social e cultural. Comunidades inteiras perdem não apenas sua base econômica, mas também os vínculos simbólicos e afetivos que sustentam a vida no campo. Essa ruptura compromete a transmissão intergeracional de saberes e reduz a capacidade das novas gerações de reconhecer e valorizar sua própria herança cultural.

Combater o apagamento da memória e o enfraquecimento da identidade rural exige mais do que resgatar histórias e tradições; requer políticas públicas ativas de valorização do patrimônio imaterial, programas de apoio à agroecologia e mecanismos de fortalecimento da economia local.

A defesa da dignidade humana constitui eixo central de qualquer proposta que vise a reequilibrar o pêndulo da erva-mate. Isso significa garantir renda, mas também condições plenas de vida para as comunidades produtoras: acesso à saúde, educação, transporte, moradia digna e participação efetiva nas decisões que afetam seu território. Afinal, é dessa forma que se reconhece que essas comunidades são sujeitos históricos e protagonistas legítimos da construção e preservação do patrimônio agrícola que sustenta a cadeia da erva-mate.

Encerrando este percurso analítico, é possível afirmar que a história da erva-mate no Paraná – especialmente entre as décadas de 1930 e 1960 – constitui um espelho das tensões estruturais que marcam o desenvolvimento rural brasileiro. Ao longo desta investigação, identificou-se que o afastamento das comunidades ervateiras do capital gerado pelo mercado não foi um fenômeno natural nem um reflexo inevitável das mudanças tecnológicas ou comerciais. Foi, antes, resultado de decisões políticas e econômicas conscientes, tomadas em um contexto de disputas de poder e sustentadas por estruturas que privilegiam a acumulação concentrada de capital.

Mesmo que, historicamente, o pêndulo tenha oscilado quase sempre em favor do capital concentrado, perpetuando o desequilíbrio e dificultando a mobilidade social no campo, essa oscilação não é imutável. As experiências de resistência – como o cooperativismo, a agroecologia, a ação de movimentos sociais e o reconhecimento do SIPAM/GIAHS – demonstram que existem formas concretas de alterar o curso desse movimento. Elas mostram que, mesmo em um cenário adverso, a organização coletiva e a articulação política podem ampliar o espaço de autonomia e gerar mudanças significativas.

O desafio, entretanto, é transformar essas iniciativas em mudanças estruturais duradouras. Isso requer um compromisso político contínuo, capaz de garantir às comunidades condições efetivas de produzir, comercializar e viver com dignidade. É necessário que políticas públicas reconheçam e apoiem o papel estratégico da erva-mate sombreada na conservação ambiental, na soberania alimentar e no fortalecimento da agricultura familiar.

Mais do que uma questão econômica, essa é uma questão de justiça histórica. O patrimônio da erva-mate não pertence apenas às empresas que lucraram com sua industrialização; ele é fruto, em grande medida, da persistência de comunidades que, apesar de marginalizadas, mantiveram viva a relação entre floresta, cultura e trabalho. Reconhecer isso é passo fundamental para romper com a lógica de expropriação e subalternização que moldou o setor por mais de um século.

Esta dissertação, ao reposicionar as comunidades ervateiras no centro da narrativa, convida à construção de um futuro no qual o pêndulo possa finalmente oscilar em direção a um equilíbrio mais justo. Isso implica resgatar a memória social, valorizar as práticas tradicionais, investir em modelos produtivos sustentáveis e garantir que o desenvolvimento econômico caminhe lado a lado com a preservação ambiental e a dignidade humana.

Em última instância, o pêndulo da erva-mate não é apenas uma metáfora para compreender o passado; é também um instrumento para pensar o futuro. Cabe às comunidades, às instituições e à sociedade como um todo decidir para qual lado ele continuará a oscilar. A escolha entre a perpetuação da desigualdade e a construção de um modelo mais equilibrado e inclusivo está aberta – e as experiências históricas aqui analisadas demonstram que essa escolha é, acima de tudo, uma questão de ação coletiva e de diretrizes políticas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AMARAL, Giana Lange. O templário, jornal maçônico pelotense: uma visão sobre a maçonaria, o positivismo e educação nos primeiros anos do século 20. **História da Educação**, v. 4, n. 7, p. 5-19, 2000.
- ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira. O cooperativismo agrícola paranarnse, segundo os arquivos da Junta Comercial do Paraná (1916-1976). Em: **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba: CODEPAR, n.70, (jan. 1980), p.55-77.
- ARQUIVO NACIONAL. Glossário de História Luso-Brasileira. Em: **História Luso-Brasileira**. 2012. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/>. Acesso em: 12 dez 2024.
- AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. **Quem somos**. Disponível em: <https://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BACILLA, Antônio. **O drama do mate**. 1940.
- BALDIN, Marco Antônio. **O pacificador beligerante: Alberto José Gonçalves-um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896)**. 2006.
- BARRETO, Marcelo Renato. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital: espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da Floresta com Araucária do Paraná**. 2014. 132 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/504/1/MARCELOBARR.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BARRETO, Marcelo; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Os faxinais e erva-mate: a incorporação da produção camponesa ao movimento da indústria capitalista. **Terr@ Plural**, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2007.

BAGGIO, A. J., VILCAHUAMAN, L. J. M., CORREA, G.. Arborização na cultura da erva-mate: aspectos gerais, resultados experimentais e perspectivas. **Embrapa Florestas**. 2008.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. **Revisitando o pensamento de Jacques Ellul na sociedade do século XXI**. 2015.

BERMÚDEZ, Aline Juchem. **O desenvolvimento econômico argentino e o impacto do período entreguerras**. 2009.

BERTAGNOLI, Lucrécia Caron. **Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977)**. 1978. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). UFPR.

BERTHOLDO, Delma Tânia. **Etnomatemática do ofício de tanoaria no contexto da imigração italiana no RS, Brasil: Análise da Sagma**. 2023.

BONALUME, Claudia Regina. **A erva-mate: da floresta ao mercado**. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BONETI, L. W. Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná. MOTTA, M.; ZARTH, P. **História Social do Campesinato**, v. 1. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1989. Tradução de Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CALDAS, J. **Museu Interativo da Física da UFPA: Ação educativa com ênfase em divulgação e popularização da História e da Filosofia da Ciência para o ensino de Física**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Física. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CEDERVA. **Sistemas tradicionais de cultivo: a erva-mate sombreada**. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.cederva.org/sistemas-de-producao.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**, 1982.

CHAIMSOHN, Francisco P. SOUZA, Adriano M. **Sistemas de produção tradicionais e agroflorestais de erva-mate no centro-sul do Paraná e Norte Catarinense**. Circular Técnica. IAPAR. Ponta Grossa, 2013.

CHANG, Man Yu. Sistema faxinal. Uma forma de organizacao camponesa em desagregacao no centro-sul do Parana. **Boletim Tecnico-Fundacao Instituto Agronomico do Parana** (Brazil). no. 22., 1988.

CHÁS LEÃO. **Sobre nós**. Disponível em: <https://chasleao.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 18 out. 2024.

CORREA, Línive de Albuquerque. **Hostória e imprensa: a divisão do Estado do Mato Grosso na Folha de S. Paulo**. 2014.

CORRÊA, Roberto. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Samuel Guimarães. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

COSTA, Paulo Roberto Neves; STÖBERL, Paulo Roberto. Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 258-281, 2016.

CRUZ, Lucia Santa; CARVALHO, Vinicius Augusto. Memórias do Vimarck Cine: a trajetória do cinema de rua de Irati, no Paraná. **Ciberlegenda**, n. 36, 2018.

DAMBROS, Eli Berto. **Schopenhauer e a sabedoria “para a vida no mundo”**. 2014.

DANELON, Jean Roger Bombonato; BARCELOS, Anna Carolina. **Processos antropogênicos induzidos em ambientes urbanizados**. Mercator (Fortaleza), v. 21, 2022, artigo e21033. ISSN 1984-2201. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2022.e21033>.

ESMELINDRO, Maria Carolina; TONIAZZO, Geciane; WACZUK, Adroaldo; DARIVA, Cláudio; OLIVEIRA, Débora de. Caracterização físico-química da erva-mate: influência das etapas do processamento industrial. **Food Science and Technology** (Campinas), v. 22, n. 2, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-20612002000200016>.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, José Antonio. **Erva-mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943 a 1970)**. Editora Prismas, 2017.

FERNANDES, José Antonio. **O Instituto Nacional do Mate e a economia ervateira brasileira (1938-1967)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, António Luis. **O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XVI as Capelas Imperfeitas e o Renascimento em Portugal**. Tese de Doutorado. 2014.

FETRAF-PR – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Paraná. **História**. Disponível em: <https://www.fetrafparana.org.br/historia/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FÍGARO, Paulo da. A Vila Odete: o esplendor do ciclo ervateiro em Curitiba. **Blog do Paulo da Figaro**, 15 fev. 2016. Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2016/02/a-vila-odete-o-esplendor-do-ciclo.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FOLCH, C. Stimulating Consumption: Yerba Mate Myths, Markets, and Meanings from Conquest to Present. **Comparative Studies in Society and History**, v. 52, n. 1, p. 6–36, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. São Paulo: Editora Vozes. 1975.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Paidós, Buenos Aires, 2006, 352 pp.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. 1979.

GOULART, Ilza Barbosa. O chimarrão e a construção de identidades no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 97-110, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7g4p3kJ7rGq7qXQYv7V7F3x/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2025.

GUIMARÃES, Selmira de Castro. **O caderno de Dona Selmira**. Museu da Imagem e Som do Paraná, 1989.

GUTIÉRREZ, Horacio. A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração. **Estudos de História**, Franca, v. 8, n. 2, p. 209-231, 2001.

HENSEN, Amarildo; LIMA, Jandir F.; STADUTO, Jefferson A. R. **Industrialização paranaense**. Editora Unicentro. Guarapuava, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 291-319, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ipiranga/panorama>. Acesso em 6 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXI volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná: diagnóstico e análises**. Curitiba, 1974.

IPARDES. **Estado do Paraná: classificação da cobertura vegetal original**. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES. **Estado do Paraná: regiões geográficas**. Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em: 7 jan. 2025

IPATRIMÔNIO. **Casa da Memória Paraná**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/ponta-grossa-casa-da-memoria-parana/>. Acesso em: 18 out. 2024.

IPATRIMÔNIO. **Olaria Aymoré**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/ponta-grossa-olaria-aymore/>. Acesso em: 18 out. 2024.

JANER, Zilkia. (In) Edible Nature: New world food and coloniality. In: **Globalization and the decolonial option**. Routledge, 2013. p. 239-259.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A Sociedade do Trabalho: Discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KLANOVICZ, Jó; MORES, Lucas. A Sojização da Agricultura Moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de história ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Vol. 6, n. 2, p. 240-263, 2017.

KOBUS, B. Porto União e União da Vitória são cidades diferentes. Não para os moradores. **Gazeta do Povo**, 4 out. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/porto-uniao-e-uniao-da-vitoria-sao-cidades-diferentes-nao-para-os-moradores-agiiq6z2krifwsxkugkjwgs8s/>>. Acesso em: 6 fev. 2025.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. Ateliê Editorial, 2001.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

LAVALLE, A. M. **Memórias de Ipiranga - da floresta ao asfalto**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1996. v. 1. 101p .

LEMES, E. C.; LÖWEN SAHR, C. L. **Da subsistência do Sistema Faxinal a subordinação a agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no município de Ipiranga–PR**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária–II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira–Presidente Prudente... Anais, Simpósios, v. 11, 2005.

LIMA, Ederson Santos. Guilherme Glück: a coleção, o fotógrafo e a educação (1920-1950). **História da Educação**, v. 20, n. 49, p. 163-185, 2016.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. 1969.

LUZ, Alex Faverzani da; SANTIN, Janaína Rigo. As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930. **História (São Paulo)**, v. 29, p. 268-278, 2010.

MACIEL, Maria Eunice. **Chimarrão: identidade, ritual e sociabilidade**. Temas em cultura e alimentação, p. 39-55, 2007.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. **A questão agrária no Brasil**, v. 2, p. 1960-1980, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Editora Contexto. 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Primeiro Manuscrito. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Calendário Agrícola do Brasil**, 1954.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento de 1920**. Rio de Janeiro, 1927.

MONASTIRSKY, Leonel Brizola. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado CCHF-UFSC, 1997.

MORETTO, Luciana Nair. **Implantação da Instituição Escolar Pública em Ipiranga PR: a criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (1914)**. 2020.

MOURA, Guilherme Lima; ANDRADE, Lourdes Magalhães C. de O. O "paradoxo" e a "galinha": o controle organizacional e as comunidades de prática. **O&S**, v. 13, n. 36, p. 27-35, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/tzXFDLrjNrJT9zGcBG4HGYF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2025.

NAROK, Miriam. Compreendendo o processo de produção de erva-mate no Paraná a partir do Acervo de Uriel Nogueira. In: **Anais eletrônicos do 3º. Colóquio do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa: Regionalidades no**

tempo: aprender, ensinar, preservar; XIV Seminário Nacional de Didática da História; 17ª Primavera dos Museus, 2023/ Luis Fernando Cerri; Alessandra Isabel de Carvalho (Coord.). Ponta Grossa: PPGH-UEPG, 2023.

NAVARRO, Zander. **Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, p. 472-489, 2019.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia paranaense**. Imprensa Oficial do Paraná, 1926. v. 1.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. 220 p.

NIMMO, E. *et al.* **Erva-mate sombreada: Sipam “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”**. Embrapa Florestas, Colombo, 2022.

NIMMO, Evelyn; NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Sementes da discórdia: o plantio e comércio de erva-mate no contexto missioneiro e colonial na América Platina. In: **Ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural**. FLECK, E. C. D ROGGE, J. H. orgs. Editora Oikos. São Leopoldo, 2019. p. 376-404.

NOELLI, F. S.; VOTRE, G. C.; SANTOS, M. C. P.; PAVEI, D. D.; CAMPOS, J. B. Ñande reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guaraní. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 11, n. 1, p. 13-45, 2019.

PADIS, Pedro Calil. O Paraná: uma visão de conjunto. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, p. 35-50, 1971.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. **Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. **Estudo da erva-mate no Paraná (1939-1967)**. 1974.

PÁDUA, J. A. **Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades**. In: Oliveira, L. A. Museu do amanhã. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/livro/10-vivendo-no-antropoceno.html>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. 1996.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história dos Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

POCHMANN, Marcio. **A desigualdade hereditária: origem e trajetória no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

REIS, Paulo Roberto de Oliveira. **A communitas capitalista banguense no contexto da modernização brasileira (1889-1930)**. 2020. 265 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIZZI, Suzelle. **Cândido de Abreu e a arquitetura de Curitiba entre 1897 e 1916**. 2004.

ROQUE, A. **O Pêndulo Físico**. Física II (Química) – FFCLRP – USP. Aula 4. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5190749/mod_resource/content/1/aula4.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

ROSA, Lilian; SOUZA, Taciana Santos. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 1, 2019.

ROZIN, V., *et al.* **To distinguish and clarify the concepts of "technique", "technology", "technical environment"**. 2022.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Editora Schwarcz. 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Itatiaia, 1978.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas (2004). «Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao Proes» (PDF). **Banco Central do Brasil**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; HARIDASAN, Mundayatan. Recovery of species richness and conservation of native Atlantic forest trees in the cacao plantations of southern Bahia in Brazil. **Biodiversity and Conservation**, v. 16, p. 3681-3701, 2007.

SANDRI, Alexandre Maurício. **Produção e comercialização de produtos de base ecológica: políticas públicas e atuação das cooperativas de assentados da reforma agrária**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2019.

SCHUSTER, Wladimir Teixeira; LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. **O Faxinal do presente e o Faxinal do passado: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo/PR**. Publicatio UEPG: Ciências Exatas e da Terra, Agrárias e Engenharias-ATIVIDADES ENCERRADAS, v. 15, n. 01, 2009.

SERRA, Elpídio. A participação do estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil In. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 6-37, 2013.

SILVA, Andre Fabricio; DAMIANI, Daiana Marsal; PERAZZA, Gabriella. Curitiba e o legado Industrial: reflexões sobre o patrimônio industrial curitibano e a sua descaracterização. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 253–281, 2024.

SILVEIRA, Maria Lúcia. O chimarrão: práticas, significados e representações. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 555-568, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/56543>. Acesso em: 29 maio 2025.

STOLLMEIER, Luara Antunes. **"Papo em horário de serviço não vai ter": Notas de uma memória em ruínas**. 2013. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

STOLLMEIER, Luara Antunes; OLIVEIRA, M. de. **Indústria Curitibana e Imigração: O esboço de uma anatomia política do detalhe (1830-1930)**. Cadernos OBMigra, v. 1, n. 3, 2015.

THOMÉ, N. Aspectos histórico-culturais da região do contestado: ensaio com destaque para a cultura do mate no setor setentrional do espaço livre do Contestado. In: DALLABRIDA, V. (org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial**. São Paulo, SP: LiberArs, 2013.

THOMÉ, Nilson. **Da Caá-í, Congõ ou Kukuai Ao Chimarrão**. Clube de Autores, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Editora Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Histórico**. Disponível em: <<https://ufpr.br/historico/>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Uma senhora centenária**. 2012. Disponível em: <https://ufpr.br/eventos/uma-senhora-centenaria/>. Acesso em: 18 out. 2024.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Estudos sobre o funcionamento do sistema de ensino: da reprodução das desigualdades sociais ao efeito escola. **Cadernos de Educação**, n. 32, 2009.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **As novas maiorias: Bolívia, povo e etnia no governo Evo Morales**. 2011.

WACHOWICZ, Romão. **A saga de Araucária**. Gráfica Vicentina, 1975.

WAIBEL, Leo. European colonization in southern Brazil. **Geographical Review**, v. 40, n. 4, p. 529-547, Oct. 1950. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/211101>. Acesso em: 23 fev. 2025.

WITTE, Gerson. **Os Caboclos dos Campos de Palmas e sua Representação na Guerra do Contestado**. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. PR. 2017

APÊNDICE A – FONTES

Acervo Uriel Nogueira, Museu Campos Gerais:

Erva mate embarcado no porta-avião norte-americano “enterprise” oferecido pelo Instituto Nacional do Mate. Fotografia. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1938.

Incêndio em barbaquá. Fotografia. Sem data.

Estatística de exportações de erva-mate do Estado do Paraná.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1945. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1946. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1947. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1948. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1949. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1950. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1951. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1952. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1953. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1954. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1955. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1956. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1957. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1958. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1960. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1968. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Exportação de mate do Estado do Paraná, durante o ano de 1969. Delegacia Regional do Paraná. Instituto Nacional do Mate.

Relação dos engenhos de erva mate beneficiada no Estado do Paraná. GCFAL – Setor de erva mate. Delegacia Estadual do Paraná. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Relação dos industriais, exportadores, associações de erva mate. Estado do Paraná. Análises relações de ervateiros.

Biblioteca IBGE

Industrialização do mate: Município de Curitiba (PR). Fotografia. Acervo dos trabalhos geográficos de campo. Esso Standard do Brasil. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=421634>>. Acesso em 14 out. 2024.

Museu Paranaense:

Coleção Família Leão:

Cartão Postal: Sapêco da erva-mate. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=16966>. Acesso em 23. mar. 2024.

Casa operário Leão. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/240506>>. Acesso em 23. jan. 2025.

Outras coleções:

Sapeco de erva-mate. Coleção Guilherme Glück. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/50826>>. Acesso em 26. jan. 2025.

Zona ervateira. 1925. Doador: Romeu Guimarães Machado. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/136155>>. Acesso em 5 fev. 2025.

Erva Mate. Prudentópolis. 1925. Doador: Romeu Guimarães Machado. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/133271>>. Acesso em 5 fev. 2025.

Erva Mate. Prudentópolis. 1925. Doador: Romeu Guimarães Machado. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/136120>>. Acesso em 5 fev. 2025.

Carroça transportando erva-mate. 1925. Doador: Romeu Guimarães Machado. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/134598>>. Acesso em 5 fev. 2025.

Erva mate. 1925. Doador: Romeu Guimarães Machado. Fotografia. Secretaria de Estado da Cultura (MP). Disponível em: <<http://www.memoria.pr.gov.br/acervo/134823>>. Acesso em 5 fev. 2025.

Quadro Fotográfico: Transporte de erva-mate em carroções. Fotografia. Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura MP.LE.121. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/mobile/resultado_info.php?cod_acervo=240422>. Acesso em 23. mar. 2024.

ANEXO A – PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA-MATE (1880)

Cidade/Região	Proprietários de Estabelecimentos
Curitiba	Antonio Alves de Araújo Antonio Rodrigues da Costa Caetano José Munhoz Francisco Borges de Macedo Francisco Fasce Fontana Francisco Heráclito dos Santos Guilherme Xavier de Miranda Ildefonso Pereira Correia Joaquim Alves de Araújo João Carvalho de Oliveira José Pinto Rebelo J. Ventura de Almeida Torres Luiz Manoel Agner Matias Taborda Ribas Vitorino Correia Zacarias de Paula Xavier
Campo Largo	Agostinho Ribeiro de Macedo Antonio Carlos Küster Daniel Oliveira Portela Domingos A. Cunhas Francisco Custódio Natel Francisco Pinto de A. Portugal Jaime Pinto de A. Portugal João Ribeiro de Macedo José de Almeidas Torres Visconde de Nácar e Filhos Viúva Macedo
Litoral	Antonio Ricardo dos Santos Antonio Polidoro Cipriano José da Costa Francisco José Pereira da Silva Guilherme Xavier de Miranda João de Souza Dias Negrão Jr José Antonio de Loyolla José Antonio dos Santos Joaquim José Alves José Pinto Rebelo José Ribeiro de Macedo Manuel Cordeiro Gomes Manuel Salustiano Gonçalves Marques Ricardo Negrão Rufino Gonçalves Cordeiro Vicente Ferreira de Loyola e Viúva Loyola Ibidem

Timbu	Francisco de Almeida Torres
Timbutuva	João de Almeida Torres Mariano de Almeida Torres
Barigui	Antonio Ricardo dos Santos Herdeiros de Vicente Ferreira da Luz
Lapa	Loyola e Rebello
Palmeira	Joaquim Alves e Ribas João de Araújo França
Ponta Grossa	José Joaquim Pereira Branco
Guarapuava	Herdeiros de Generoso B. de Coimbra

Fonte: Oliveira, 2001, p. 89 *apud* Baldi 2006, p. 73.

**ANEXO B – RELAÇÃO DOS INDUSTRIAIS, EXPORTADORES E ASSOCIAÇÕES
DE ERVA-MATE DO PARANÁ**

Fonte: Acervo Uriel Nogueira, Dados do IBDF (1979-1989)

Industriais – 64

Exportadores – 16

Associações de ervateiros – 4

Sindicatos – 1

ENGENHOS/INDUSTRIAIS

Ampere

Ervateiras Carolina Ltda

Centro

Bituruna

A. Roveda & Cia. Ltda.

Faz. Santa Gema – 0425 - 531279

Cascavel

M. L. Polidório & Cia. Ltda.

BR-467 – Km 04 – 24.3435

Corbelia

Alfredo Saturno

R. Armando Zanato, 161

Canta Galo

Com. De Generos Aliment. Miléski Ltda

R. Sta. Catarina – Vila Caçula

Clevelândia

Ervateira Clevelandense Ltda.

Rua Sete de Setembro s/n

Ervateira Sheffer

Rua Otavio Mayer s/n.

Coronel Vivida

Indústria e Comércio de Madeiras Gigante Ltda.

Rua Clevelândia prol.

Dois Vizinhos

Antonio Possan

São Valentin

Curitiba

Ylex - Ind. e Com. de Erva Mate Ltda.

R. Mach. Deodoro, 503 – 232.5314

Leão Junior S/A

Av. Getulio Vargas, 253 - 233.7822

Moinhos Unidos Brasil Mate S/A

R. João Negrão, 253 - 233.7211

General Carneiro

Indústria e Comércio de Erva Mate Iratim Ltda.

Poso Bonito

Indústria e Comércio de Produtos Aliment. Jangada Ltda
Bairro Santo Antonio

Guarapuava

Mate Chimarrão Guarapuava Ltda.
Av. Cascavel, 396 – 23.3535

Irmãos Souza Ltda.
Av. Cascavel, 259 – 23.1372

Genésio Bonato & Cia. Ltda
BR-277 Km 352 – 23.5046

Irmãos Fagundes Schier Ltda
Rio das Pedras – Guara – 23.5237

Irati

A. Rebesco & Cia. Ltda.
Lagoão

Eduardo Dziecinny & Cia
R. Ladislau Obrezut, 34

Planeta – Indústria e Comércio de Erva Mate Ltda
R. Vicente Machado, 150

Imbituva

Edisom Pupo
0424 – 36.1385

Ivaí

Neiverth & Filhos

Bom Jardim

Lapa

Incomate Ind. Com. Exportação de Erva Mate L.

R. Coronel Emílio Gomes

Laranjeiras do Sul

Constantino Olinto Padilha

Rio Virtuoso

Indústria Mate Laranjeiras Ltda.

BR-277 Km 266

Indústria Becker Madeiras e Erva Mate Ltda.

Vila Becker - Campinas

Mangueirinha

Valdemar Jorge da Silva

Canhada Funda

Erva Mate Indiana Ltda

Av. Principal

Imaribo – S/A Indústria e Comércio

Fazenda São Bento

Marmeleiro

Corrêa & Morais Ltda

Marmeleiro

Edvino Nelson Grassmann

BR-373 Km-382

Elsó Sady Guidini

Vila Guaraci

Madereira Marmeleiro Ltda

Vila Dalla Costa

Paulo Frontim

Ervateira Zaions Ltda

Rua 14 de Dezembro, 500

Palmas

Ervateira Irmãos Valduga Ltda

Vila Valdugas

Ervateira Almeida Ltda

Rua Armindo Saldanha

R. N. Federizze Ltda.

Av. Minas Gerais s/n – (0462)62-1377

Ervateira Ouro Verde Ltda

BR-280 Km-64

Manoel Rosa & Filho Ltda

BR-280 Km-72

Indústria e Comércio Erva Mate Monjolo Ltda

Retiro – Col. Domingos Soares

Ervateira Cascatinha

Bairro Kluber

Erva Mate Campos de Palmas

Palmeiras

Cerealista Campestre Ltda

Campestre dos Vieiras

Pinhão

Indústria e Comércio de Erva Mate Piriquita Ltda

Rua Trifon Hanicz s/n – 77.1269

Pitanga

Antão Sarabun & Cia. Ltda.

Arroio Grande

Cilena – Comércio Ind. de Cederiais e E. M. Sta. Helena Ltda.

R. Riachuelo, 600

Prudentópolis

Coop. Agr. Mista Prudentópolis Ltda

R. Lamenha Lins, 815

Alberto Bossak & Filhos

Av. São João s/n – 46.1350

Ind. Alim. Janeane Ltda Pantarolo

Vista Alegre

Planalto

Pedro Elibio Vier

Rua Rodolfo Ulbrich s/n

Pato Branco

Rodolfo Zanin & Cia. Ltda.

São Braz

São João do Triunfo

Valdomiro Kasprzak

R. Nunes de Souza, 271

Santo Antônio do Sudoeste

Poncio & Cia. Ltda.

Rua Xingú, 530 - Pranchita

São Mateus do Sul

Ervateira Elizabeth

Vila Palmeirinha

Américo Ulbrich

Barra do Pontilhão

Indústria de Erva Mate Maracana Ltda.

Centro

Rio Negro

Indústria e Comércio Maracanã Ltda
Centro – BR 116 Km 101

Serafino Di Rende S/A
BR-116 Km. 102

Quedas do Iguaçu

Giacomet – Marondin Ind. de Madeiras S/A
Est. das Formigas

Indústria de Erva Mate Santo Antonio Ltda
Rua Laranjeiras s/n

União da Vitória

Borille Pasin & Cia. Ctda.
Bairro Malon

Felicio Todis
Rua Afonso Schwarztz s/n

Nutrivale S/A
Saída oeste

EXPORTADORES

Curitiba

Leão Junior S/A
Av. Getulio Vargas, 253 - 233.7822

Moinhos Unidos Brasil Mate S/A

R. João Negrão, 253 - 233.7211

Ind. João José Zattar S/A

Pres. Faria, 533 – 223.2983

Zattar Com. Exp. de E. M. Ltda

Pres. Faria, 533

Ylex - Ind. e Com. de Erva Mate Ltda.

R. Mach. Deodoro, 503 – 232.5314

Leão Irmãos & Cia. Ltda,

R. Mal. Deodoro, 503

Lapa

Incomate Ind. e Com. Exp. E.M. Ltda

R. Barão dos Campos Gerais, 526

Rio Negro

Ind. e Com. EM. MARACANÃ Ltda

Centro em Curitiba f. 222.4219

Quedas do Iguaçu

Giacomet-Marondin Ind. de Mad. S/A -

Est. Formigas

Rio Negro

Serafino Di Rende S/A

BR-I16 Km 102

Paulo Frontin

Ervateira Zaions Ltda

R. 14 de Dezembro, 500

Prudentópolis

Alberto Bossak & Filhos

Centro

Laranjeiras do Sul

Ind. Mate Laranjeiras Ltda

BR-277 Km 206.

Mangueirinha

Imaribo S/A

Faz. São Bento

Palmas

R. N. Federizze

Av. Minas Gerais s/n.

São Mateus do Sul

Ervateira São Mateus Ltda

Vila Palmeirinha